

REVISTA

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

CASA COMUM

Nº 15

ABR/MAI/JUN 2026



A ESPERANÇA EQUILIBRISTA VAI ÀS URNAS

DESTAQUE

Democracia em percalços

O que já mudou nas regras do Brasil e o que ainda está em risco

RAIO X

Eleitorado brasileiro tem pautas concretas que desafiam a polarização vazia

EM PERSPECTIVA

Fascismo à espreita – armadilhas extremistas tentam arrastar a sociedade para longe da emancipação

DEMOCRACIA DIRETA

Pela vontade do povo

Coragem, mobilização e senso de justiça ocupam a ruas por direitos



SUMÁRIO

02 _____ EM DESTAQUE

**Democracia em transformação.
Será que percebemos?**

08 _____ EM DESTAQUE

**Eleições 2026:
assédio ao voto e ao país**

10 _____ EM DESTAQUE

**Dos anseios populares ao
poder da democracia direta
para transformar o país**

16 _____ EM DESTAQUE

**O desafio das políticas
para a soberania**

18 _____ EM DESTAQUE

**Para assistir e refletir:
FatoFlix abre acesso gratuito
à cinema, cultura e política**

19 _____ VOZES EM AÇÃO

**Gira Jurídica:
democracia em quadrinhos
na periferia de São Paulo**

22 _____ RAIO-X

**O Brasil que vota:
um retrato dos eleitores e o
horizonte das pautas sociais**

26 _____ PAPO RETO

**Democracia e ciência
são inseparáveis**

29 _____ EM PAUTA

**A farsa da guerra ao crime: quem
lucra com a violência no Brasil**

32 _____ EM PAUTA

**Brasil pós-COP30 entre
transição e transformação**

34 _____ EM PAUTA

Democracia precisa de alimento

36 _____ NA PRÁTICA

**Democracia digital: as regras
do TSE para as eleições 2026**

38 _____ NA PRÁTICA

**Assédio eleitoral nas
relações de trabalho: do
"voto de cabresto" à era digital**

40 _____ NA PRÁTICA

**Sobre a educação cidadã
nas casas legislativas**

42 _____ CIDADANIA DIGITAL

Não acredite em tudo que você vê

44 _____ MOBILIZE-SE

**A voz das periferias no
Grito dos Excluídos e Excluídas**

45 _____ MOBILIZE-SE

**Aldear a Política, do
território ao Congresso**

46 _____ AGENDA DE PRESSÃO

**Projetos em avanço acelerado
ameaçam direitos e territórios**

50 _____ ESTAÇÃO CRIANÇA

Política é coisa de criança

52 _____ EM PERSPECTIVA

**O fascismo como
avesso da utopia**

54 _____ EM PERSPECTIVA

Como se preparar para o que vem

56 _____ RETRATO BRASIL

A lição dos povos do rio

EXPEDIENTE

ISSN 2965-1433 | ISSN-L 2965-1433

Jornalista Responsável: Rita Freire, MTB 22948 - SP

Coordenação Geral: Fábio José Garcia Paes

Editora-Chefe: Rita Freire

Editora-Assistente: Aline Baker

Revisão: Mariana Rosa

Projeto Gráfico e Diagramação: Alex Mazzini

Coordenação dos Canais Digitais: Tathiana Yuri

Trilha dos Saberes: Fábio José Garcia Paes e
Tatiana Scalco

Formação: Alex Bastos

Foto de capa: Lula Marques/ Agência Brasil

Ilustração Cortesia: Laerte

Administração: Tatiana Junqueira Azevedo Nehin e
Brayan Filipe Farias da Silva

Iniciativa: SINFRAJUPE – Serviço Inter-Franciscano de
Justiça, Paz e Ecologia

Realização: Sefras – Ação Social Franciscana e
Instituto Casa Comum

Colaboraram nesta edição: Ângela Damasceno,
Beatriz Cruz, Blanca Fernandes, Cadu Machado,
Carlos Tiburcio, Carmen de Oliveira, Frei Rodrigo Péret,
Helena Martins, Igor Sousa Gonçalves, Leticia Queiroz,
Lorenzo Aldé Luciana, Marques Coutinho, Mauri Cruz,
Magnólia Azevedo Said, Mário Campagnani, Mônica
Tarantino, Pedro Ivo, Vinicius Souza

Comitê Editorial: Mario, Fatima, Daniel Seidel, Cadu
Machado, Pedro Ribeiro de Oliveira, Robson Savio,
Sônia Oliveira, Tatiana Scalco

Parceiros Institucionais: Agentes de Pastoral Negros
do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e
Profissionais em Educação (ABPEducom),
Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e
do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa
dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação
Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo
Direito à Educação, Casa Galileia, CECIP, Coalizão Direitos
Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela
Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança
Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Ciranda.
net, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana
do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Franciscans
International, Grito dos Excluídos, IDhES/Usideias Instituto
Hori, Instituto Peregum, Instituto Pólis, Movimento
Laudato Sí, Movimento Nacional de Direitos Humanos,
Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional
de Fé e Política, Paulus Editora, Periferia Viva, Plataforma
DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de
Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de
Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana
Social e Via Campesina.

Parceiro para impressão: Paulus Social

TRILHA
DE SABERES



nesta edição,
a partir da página 60

SOBRE A REVISTA

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral feita em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: www.revistacasacomum.com.br

CONTATO

Largo São Francisco, nº 181, sala 509,
Sé, São Paulo (SP) - CEP: 01005-010

Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br
Site: www.revistacasacomum.com.br

Para receber a revista impressa
em sua casa, inscreva-se em:
revistacasacomum.com.br/inscreva-se



@RevistaCasaComum



Acesse
também nossa
revista digital



Realização



Patrocínio

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



DEMOCRACIA EM DISPUTA: O EQUILÍBRIO DO COMUM



A perspectiva equilibrada da democracia é o ponto de partida desta edição. Vivemos um tempo de transformações políticas aceleradas, em um contexto complexo e perigosíssimo, marcado pela reorganização das forças de poder e pelo avanço de projetos que tensionam os próprios fundamentos da democracia. O que está em disputa não é apenas quem governa, mas o sentido próprio da democracia como forma de organização da vida coletiva.

A democracia não costuma ser rompida de forma súbita. Ela se enfraquece quando o conflito político deixa de ser mediado por regras comuns, quando a diferença passa a ser tratada como ameaça e quando decisões que afetam a maioria se afastam do controle público.

Nesse cenário, a disputa pelos espaços legislativos tem sido tratada como eixo estratégico por grupos que se colocam em oposição ao projeto democrático, não apenas para influenciar decisões institucionais, mas também para reconfigurar regras, enfraquecer garantias e reorganizar o próprio funcionamento do Estado. Trata-se de uma disputa que também opera no campo cultural, buscando alterar valores, sensibilidades e formas de percepção coletiva. Reconhecer essa dinâmica é urgente para compreender a profundidade do momento político em curso.

Ao mesmo tempo, algoritmos, plataformas digitais e sistemas de inteligência artificial passaram a influenciar de forma intensa a formação da opinião pública. A disputa política se desloca, ainda, para o campo da percepção, em que narrativas são filtradas, amplificadas e repetidas em escala, muitas vezes a serviço de interesses concentrados.

As próximas eleições não se resumem à escolha de representantes. Elas expressam a disputa entre projetos de sociedade que buscam ampliar, restringir ou redefinir o alcance da democracia.

A democracia se fragiliza quando o poder político se separa das condições materiais da vida social e passa a responder de forma estável a interesses restritos. Quando isso ocorre, o regime democrático mantém suas formas, mas perde substância.

É nesse ponto que o "Ensaio sobre a Cegueira", do saudoso José Saramago, oferece uma chave incisiva: a cegueira não como falta de visão, mas como produção social e política que seleciona o que pode ser visto — e o que deve permanecer invisível.

Por isso, este não é um tempo de escolhas neutras nem de rotina política. É um tempo em que a democracia revela suas fissuras — e o que antes parecia estabilidade se mostra como disputa aberta sobre, o que pode ou não existir como comum.

Diante da urgência histórica deste momento eleitoral, mobilizar-se é preciso. E vamos com coragem e atenção para atravessar esse momento.



Estrago patrimonial no prédio do Congresso Nacional, invadido em 08 de janeiro de 2023, por manifestantes bolsonaristas. É possível identificar objetos quebrados, cadeiras jogadas e vidros estilhaçados, além de extintores e mangueiras contra incêndio espalhadas pelo local.

Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

DEMOCRACIA EM TRANSFORMAÇÃO. SERÁ QUE PERCEBEMOS?

Mudanças vieram de pressões conservadoras, reformas estruturais, emendas constitucionais, tensões entre os poderes e emergências institucionais diante da radicalização da política

“POR RITA FREIRE

As eleições de 2026 encontram um país politicamente mudado, na sua estrutura institucional e no ânimo da sociedade em relação às urnas, mas que também mobiliza a defesa da democracia contra o risco de retrocessos.

Para quem está chegando ao processo eleitoral ou participou apenas das últimas eleições, a polarização parece uma característica brasileira. Mas algo mudou nos últimos 10 anos, forçando uma reacomodação das forças políticas no país. Ou seja, partidos se agrupando em função de interesses imediatos ou considerados urgentes, em alguns casos promovendo campanhas e posições radicais, mesmo colocando em risco o equilíbrio no funcionamento dos poderes da República.

Se, após a Constituição de 1988, as principais lideranças de esquerda e direita confrontavam projetos diferentes para o Brasil, a disputa parecia contida dentro dos limites da democracia escolhida pela Constituinte. De um lado, pressionavam os movimentos sindicais e populares que surgiram nas lutas contra a ditadura, inspirados nas bandeiras socialistas vindas das lutas europeias contra o capitalismo, combatendo as desigualdades sociais, a exploração do trabalho e a concentração da propriedade privada, e, de outro, projetos alinhados a uma modernidade neoliberal que radicalizava a própria ideia de capitalismo, com um projeto econômico propagado pelos Estados Unidos no final da década de 80 (chamado Consenso de Washington), que pedia menor presença do Estado nas funções do país, com limites para os gastos sociais e desregulação do mercado, e agregava em torno de si a elite econômica e também parte da elite intelectual brasileira.

O extremismo advindo dos tempos da ditadura parecia isolado pelas forças e pelos valores democráticos, mas permaneceu vivo e nunca foi afastado de fato. A anistia ampla, geral e irrestrita (nome dado à lei promulgada pelo governo do general João Figueiredo que concedeu perdão a todos que cometeram crimes políticos ou conexos entre 1961 e 1979)

havia fechado os olhos e deixado impunes o Estado brasileiro e seus agentes, sem oferecer justiça para suas vítimas, os mortos e desaparecidos do regime.

A impunidade deixou aberto o caminho para a volta dos fantasmas da ditadura, levando ao que seria impensável tantos anos depois da luta para derrubá-la. De um lado, houve um grande agrupamento de figuras menos expressivas do Congresso (que era chamado de baixo clero por não ter compromisso com um projeto político nacional) para constituir uma nova força de pressão sobre a política, atraindo também deputados ligados a igrejas, ao agronegócio e os saudosos do antigo regime (as bancadas BBB: do Boi, da Bíblia e da Bala). Essas forças abriram caminho ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O deputado Jair Bolsonaro ganhou atenção ao votar pelo impeachment da presidenta eleita defendendo a memória do torturador dela, Carlos Brilhante Ustra. A mesma linha radical o levou à vitória nas eleições presidenciais em 2018. Nas eleições seguintes, em 2022, vimos a inédita aliança vitoriosa entre forças políticas que se enfrentaram nas urnas em anos anteriores, em torno de candidatos do PT e do PSDB, agora enfrentando juntas esses fantasmas na década atual, com uma chapa formada pelo ex-presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-governador tucano Geraldo Alckmin.

Com vitórias em vários Estados e a maior bancada no Legislativo, o universo político partidário brasileiro hoje abriga uma extrema-direita organizada em torno de figuras nacionais e internacionais que se fortaleceram nesse período, defendendo sistemas e práticas repressivas como alternativas de governo. Medidas radicais, como retirada de direitos trabalhistas para ajuste econômico na Argentina, prisões e julgamentos em massa em El Salvador, deportação de imigrantes em nome de um nacionalismo agressivo nos EUA, genocídio na Palestina justificado como direito de defesa do Estado de ocupação israelense, assim como as guerras e os grandes

orçamentos para a indústria armamentista no mundo, tornaram-se parte de um mesmo acordo político internacional. O apelo ao fundamentalismo religioso mostrou-se um forte ingrediente aglutinador de apoio de fiéis, bastante perceptível no Brasil.

O pesquisador Cas Mudde, estudioso da extrema-direita contemporânea, diz que o fenômeno vem se normalizando no mundo, deixando de ser visto como algo à margem e passando a atuar no centro das decisões políticas mais importantes nos países em que se propaga.

FIM DO GOVERNO DE COALIZÃO

O impeachment em 2016 foi um marco na reconfiguração da democracia. A reeleição de Dilma em 2014 representava a continuidade do Partido dos Trabalhadores no poder, já com a conquista de um quarto governo, e havia ainda a possibilidade de reeleição do presidente Lula no pleito seguinte. A oposição reagiu promovendo campanhas que pudessem interromper essa trajetória, angariando o apoio da mídia e contando com processos no judiciário. Desde 2002, lideranças consideradas parte da inteligência estrategista do PT, como o ex-ministro José Dirceu e o ex-deputado José Genoíno, haviam sido afastadas da política institucional por acusações - como a do mensalão exposto pelo deputado direitista Roberto Jefferson, de pagamentos a parlamentares de oposição que cobravam em troca votos ao governo - seguidas de julgamentos e prisões. O afastamento desse núcleo não foi suficiente para impedir a reeleição de Lula em 2006 e de sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010 e 2014. Mas o descontentamento da direita com a derrota de seu então candidato, Aécio Neves, fortemente apoiado pela mídia brasileira, e a nova reorganização das forças de oposição no Congresso desencadearam uma crise de governabilidade que resultou no rompimento do presidencialismo de coalizão - em que o Executivo, sem maioria, forma alianças com múltiplos partidos para governar e aprovar projetos.

Outro fator participou do crescimento da extrema-direita. Em 2014, teve início a Operação Lava Jato, que passou a investigar o PT, as grandes empresas brasileiras e o próprio ex-presidente Lula, levando finalmente à sua prisão e retirada da corrida presidencial em 2018. O processo seria posteriormente invalidado pela atuação parcial do juiz Sergio

Moro, mas, pelo tempo em que operou, ajudou a transformar hostilidades aos alvos da investigação em força política polarizada pela extrema-direita. Jair Bolsonaro venceu as eleições defendendo o armamento da população (com gesto que virou símbolo de sua campanha), o regime militar e a criminalização das esquerdas, além do alinhamento incondicional a Estados Unidos e Israel.

Na disputa por adesão popular, campanhas apoiadas pelo poder econômico tiveram acesso a novas possibilidades de comunicação política. Corporações de internet passaram a lucrar com a propagação de notícias ou *fake news* capazes de mexer com o sentimento popular e transformá-lo em escolhas a serviço de sua clientela. O uso de dados de usuários colhidos pelas redes sociais já havia sido experimentado em campanhas anteriores com sucesso, como na primeira eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. A informação sobre comportamentos da população

permitia direcionar mensagens a públicos influenciáveis, impulsionar conteúdos com potencial de gerar revolta contra a política, a responsabilização de políticos pela instabilidade e a simpatia por discursos autoritários e agressivos que pudessem amenizar a sensação de insegurança.

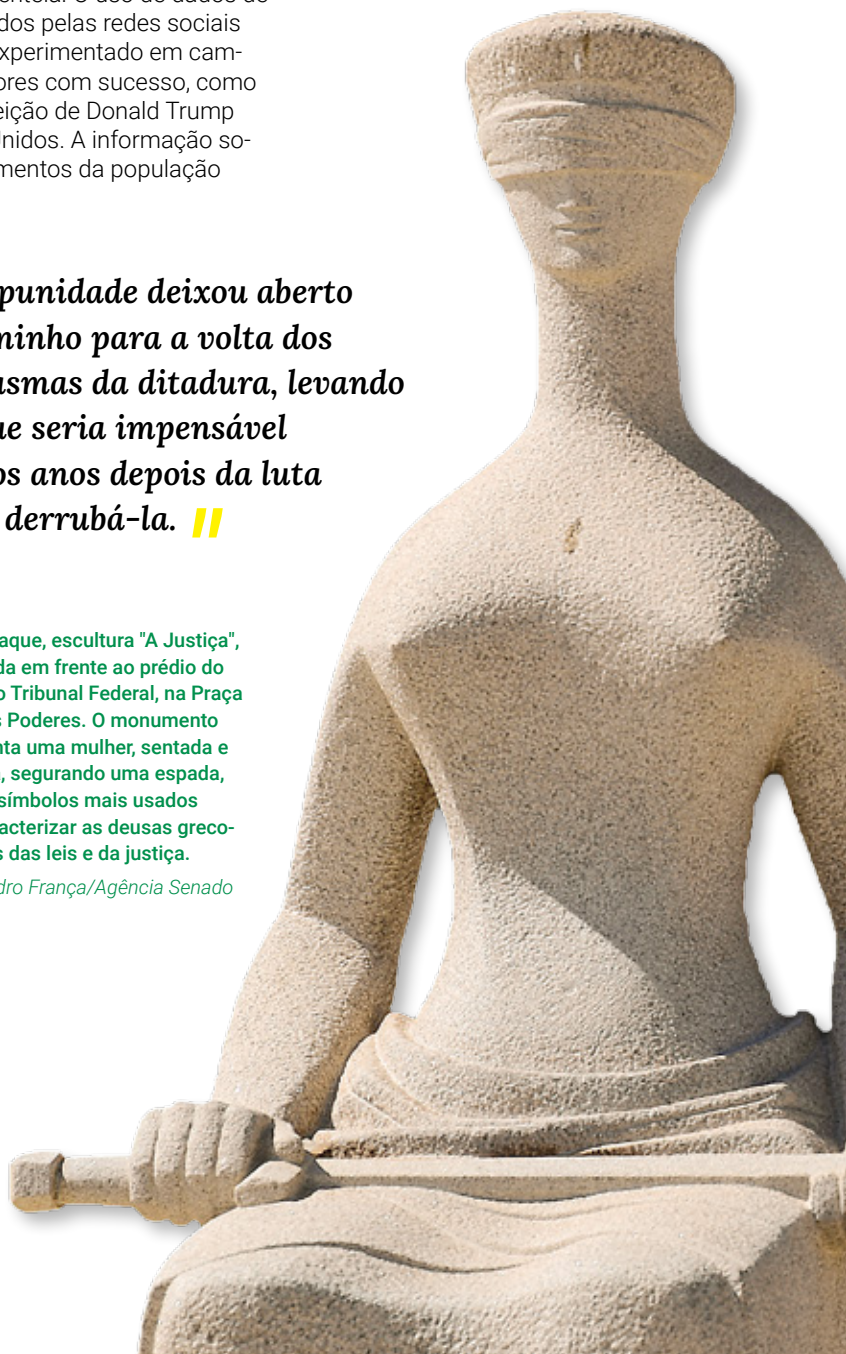
GRANDES REFORMAS, MENOS DIREITOS

A mudança do equilíbrio entre os poderes, com a derrubada de um governo eleito, conferiu protagonismo crescente ao Legislativo e ao Judiciário. Na prática, a lógica dos pesos e contrapesos dos poderes da República, como receita constitucional para equilibrar o

“A impunidade deixou aberto o caminho para a volta dos fantasmas da ditadura, levando ao que seria impensável tantos anos depois da luta para derrubá-la.”

Em destaque, escultura "A Justiça", localizada em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes. O monumento representa uma mulher, sentada e vendada, segurando uma espada, um dos símbolos mais usados para caracterizar as deusas greco-romanas das leis e da justiça.

Foto: Pedro França/Agência Senado



funcionamento democrático, enfrentou sérios solavancos nos últimos anos, fragilizada pelo abuso de emendas e o chamado orçamento secreto, a derrubada de vetos presidenciais pelo Congresso e o envolvimento do judiciário nos conflitos.

Um embate histórico se deu com a aprovação do Marco Temporal das terras indígenas, limitando o direito dos povos originários a demarcações e atendendo ao lobby ruralista. A disputa entre a Constituição de 1988 e o Marco Temporal (*lei 14.701/2023*) opôs o direito originário indígena à posse de terras tradicionais a uma nova tese de que só terras que estavam ocupadas em 1988, ano da Constituição, seriam passíveis de demarcação. A mudança na lei foi vetada por Lula, e seu veto foi derrubado. O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a nova lei inconstitucional, e o setor ruralista passou a pressionar para mudar a própria Constituição, à qual o judiciário deve obediência. São situações em que o Estado é cobrado pelas mobilizações populares a fazer valer direitos históricos ou adquiridos, mas acaba mostrando fissuras nessa proteção, usando ou modificando possibilidades legais.

O STF ficou exposto às pressões políticas em várias oportunidades. Na pandemia, foi chamado a intervir para que estados e municípios pudessem restringir a circulação de pessoas sem depender do governo federal, que resistia ao isolamento social. Mais recentemente, conduziu o julgamento dos envolvidos na invasão da Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro. Nos dois casos, a corte atraiu a ira de partidos de direita contra seus juízes e a própria instituição, ameaçada com projetos de lei para restringir sua independência.

A pressão ficou ainda mais evidente no final de abril de 2026, quando o Congresso derrubou o veto do presidente da

República a um projeto de lei que mudava o tempo de pena dos envolvidos na tentativa de golpe de Estado, o chamado *PL da Dosimetria*. Com isso, o parlamento opôs-se não somente ao Executivo, mas a sentenças já proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, que incluíram a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Uma nota da coalizão Pacto pela Democracia, assinada por mais de 20 organizações, considerou a aprovação da dosimetria uma forma de relativizar ataques frontais ao regime democrático e substituir a soberania popular por projetos autoritários. O enfrentamento prossegue após a suspensão da lei da dosimetria pelo STF.

Entre as mudanças na última década, a Constituição recebeu emendas que impactaram as políticas sociais. O orçamento da União passou a ser limitado pela *PEC do Teto de Gastos*, assinada pelo governo de Michel Temer, o qual ocupou a Presidência após o impeachment. A partir de 2018, o piso de investimentos em Saúde e Educação, que antes obedecia a uma porcentagem obrigatória do orçamento, passou a ser corrigido apenas pela inflação. Também ficaram comprometidos concursos públicos e criação de novas despesas acima do teto, a não ser em alguns casos, como em calamidades públicas.

As grandes reformas trabalhista e da previdência afetaram os trabalhadores e a sua organização. Os sindicatos, que negociam salários e benefícios com as empresas empregadoras a cada ano e influenciam a política através de suas mobilizações, perderam a contribuição obrigatória dos trabalhadores, passando a enfrentar grandes dificuldades financeiras. A reforma da previdência criou novas regras, tornando mais difícil

UM NOVO SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO

As leis eleitorais passaram por mudanças aprovadas pelo Congresso entre 2013 e 2022, mudando a forma como os partidos se organizam e disputam as eleições. Acabaram as coligações proporcionais e surgiram as federações partidárias, sistemas diferentes de participação conjunta na disputa.

Antes, partidos menores poderiam se eleger com os votos de um partido maior, bastando se juntar à mesma coligação nas eleições. Agora, cada partido deve ter votos próprios para eleger seus candidatos e também atingir um coeficiente mínimo para acessar o Fundo Partidário e o tempo de TV. No sistema de federações, só devem juntar-se partidos com programas políticos parecidos, porque eles atuarão em conjunto durante pelo menos quatro anos, mantendo minimamente a coerência com as posições e propostas que os elegeram. Ainda assim, a troca partidária permanece grande entre parlamentares.

Desde o início da atual legislatura, 153 deputados federais trocaram de partido na Câmara dos Deputados. Desse total, 104 mudanças ocorreram durante a janela partidária prévia às eleições de 2026, que se encerrou em 3 de abril.

AS FEDERAÇÕES E SEUS PARTIDOS EM 2026

Atualmente, estão registradas cinco federações do TSE



Federação Brasil da Esperança (**FE Brasil**), criada 2022, reúne Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Verde (PV).



Federação **PSDB Cidadania**, criada em 2022, reúne Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Cidadania (CIDADANIA).



Federação **PSOL REDE**, criada em 2022, reúne Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Rede Sustentabilidade (REDE).



Federação **Renovação Solidária**, criada em 2025, reúne Partido da Renovação Democrática (PRD) e Solidariedade (SOLIDARIEDADE).



Federação **União Progressista**, criada em 2026, reúne União Brasil (UNIÃO) e Progressistas (PP).

e distante o acesso à aposentadoria. Também a participação social foi afetada, com desmonte dos conselhos de monitoramento das políticas públicas, mais recentemente recuperados. Essas várias mudanças aconteceram apesar de campanhas populares para tentar barrá-las, encontrando um Estado pouco permeável ao clamor dos movimentos sociais, que buscam aumentar a pressão através das ações de democracia direta.

A RENOVAÇÃO DO SENADO VIRA PRIORIDADE DAS CAMPANHAS

Eleger presidente e governadores sempre esteve no centro das atenções de partidos e eleitorado, pela valorização do poder Executivo, com papel de definir políticas, direcionar o orçamento público, propor reformas, aprovar ou vetar leis. Logo, o Executivo continua sendo carro-chefe das campanhas, representando projetos e alianças formadas entre os partidos.

Vale destacar aqui que o Brasil oficialmente é presidencialista, mas, devido ao alto grau de fragmentação partidária, o presidente é obrigado a negociar constantemente cargos e emendas parlamentares para governar. Essa necessidade constante de apoio parlamentar faz com que o sistema funcione com traços de parlamentarismo, ou de “semipresidencialismo”. Contudo, esse termo só se aplica àqueles países que dividem os cargos de chefe de Estado (presidente), chefe de governo (primeiro-ministro), enquanto o Brasil concentra os dois na figura do presidente. Hoje, há uma proposta de mudança da Constituição na Câmara dos Deputados (PEC 32/2021) para adotar o semipresidencialismo e dar ao Congresso o poder de eleger o governante (o primeiro-ministro) de forma indireta.

Esse é mais um fator da disputa que está sendo travada pela ocupação dos cargos legislativos como estratégica, sendo que, neste ano, a eleição de senadores deve dar grande poder para a maioria diante das pautas-bomba que preocupam os partidos e eleitores, e o Senado deve ganhar destaque nas campanhas nacionais.

A renovação do Senado é alternada a cada quatro anos, entre eleger um terço ou dois terços da casa; 2026 coloca o Senado no segundo caso. O eleitorado dos 26 estados e do Distrito Federal irão escolher 54 ocupantes de um total de 81 senadores, dois para cada unidade federativa. Apenas 27 dos que foram eleitos em 2022 continuam com mandatos até 2030. Com oito anos de mandato para quem está chegando, vencendo apenas em 2034, a composição do Senado marcará a política de quase toda uma década, com influência decisiva sobre a política brasileira.

AS CHAMADAS “PAUTAS-BOMBA” QUE PREOCUPAM O BRASIL

Tramitam no Senado projetos que podem mudar as regras para julgar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), facilitando a abertura de processos contra eles, inclusive o impeachment de magistrados, o que pede uma ampla maioria de votos dos senadores. Outras propostas buscam reduzir o poder da Justiça frente aos interesses dos congressistas, a exemplo da nova lei para redução das penas de envolvidos nos atos de 8 de janeiro, especialmente o ex-presidente Jair Bolsonaro, hoje inelegível.

Com a aposentadoria de três ministros, o Supremo terá novas vagas, e o Senado terá papel decisivo na escolha de quem



Estudioso da extrema-direita contemporânea vê o fenômeno se normalizando no mundo, deixando de ser visto como algo à margem e passando a atuar no centro das decisões políticas.

vai ocupar esses cargos nos próximos anos ao avaliar e aprovar os nomes indicados pelo atual ou próximo presidente.

Esse papel ficou evidente recentemente, com a demora e a não validação do nome do Advogado-Geral da União Jorge Messias para o Supremo - mostrando como essas decisões também envolvem disputas políticas. Se adiada a escolha, serão quatro vagas a serem aprovadas pelo Senado.

Estão ainda na fila de apreciações dos senadores o *PL Antifacção*, que endurece penas para integrantes de facções criminosas e permite o monitoramento de conversas entre presos e visitantes; a criminalização da posse de qualquer quantidade de drogas; e a proposta de uma consulta popular sobre a descriminalização do aborto.

O CONGRESSO ADIA A VIDA POLÍTICA PARA 2027

Com receio de temas sensíveis em ano eleitoral, o Congresso empurrou para 2027 várias outras pautas de interesse do país. Ainda há pressão para que parlamentares votem este ano a

redução da jornada de trabalho, mas a tendência é que fique para o ano que vem. O mesmo vale para os projetos que visam extinguir os chamados penduricalhos - que aumentam a remuneração de altos cargos do serviço público, incluindo juízes, Ministério Público e Legislativo, acima do teto estabelecido por lei.

Outras pautas adiadas envolvem a área de segurança pública, como a *Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública* aprovada pela Câmara dos Deputados e que aguarda análise e votação no Senado. O texto amplia a atuação da União no combate ao crime organizado e garante o repasse de 50% dos fundos de segurança para estados e municípios. O fato de alterar o papel dos estados e aumentar a atuação do governo federal nessa área ainda gera conflitos com os governadores.

A aprovação final pelo Senado é condição para que o governo federal possa desmembrar o Ministério da Justiça e criar o Ministério da Segurança Pública.

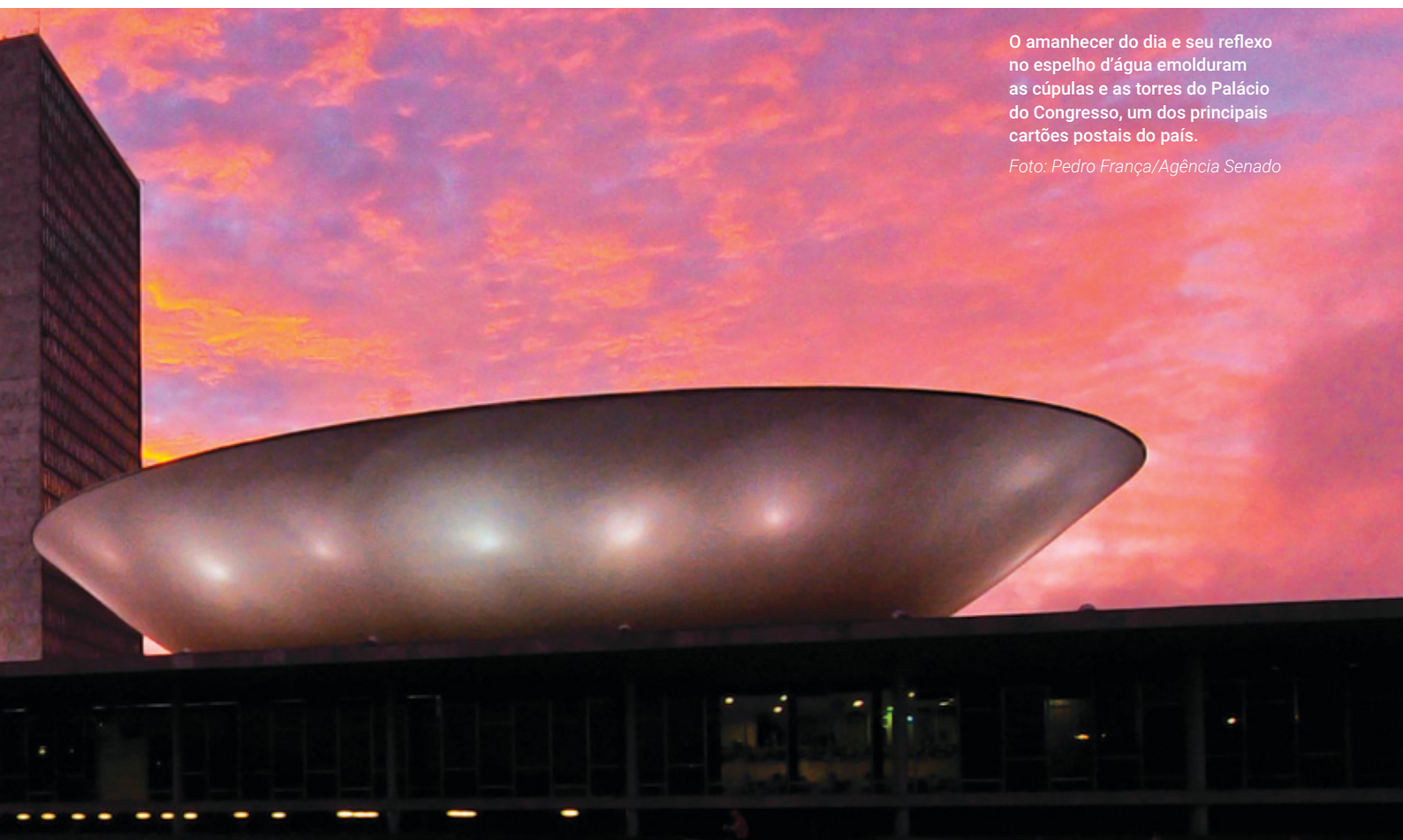
As emendas parlamentares de pagamento compulsório continuarão sendo foco de tensão, porque direcionam parte do orçamento público para decisões do Congresso, provocando disputas políticas, questionamentos na Justiça e pressão da sociedade.

Avançar ou não com mudanças importantes dependerá dos próximos presidentes da Câmara e do Senado (o Congresso é a junção de Câmara e Senado), eleitos a partir de 2027, e das alianças que se formarão entre os partidos.

Essas decisões não ficam restritas ao Congresso: elas definem quem tem acesso a recursos, quais prioridades avançam e quem segue à margem das políticas públicas no país.

O amanhecer do dia e seu reflexo no espelho d'água emolduram as cúpulas e as torres do Palácio do Congresso, um dos principais cartões postais do país.

Foto: Pedro França/Agência Senado





ELEIÇÕES 2026: ASSÉDIO AO VOTO E AO PAÍS

Atos golpistas
de 8 de janeiro.

Foto: Joédson Alves/
Agência Brasil

Por trás das agressivas campanhas de difamação, manipulação da boa-fé e propagação do ódio à política, a própria democracia parece um problema

O caminho do voto pensado e consciente, em tempos de informação distorcida nas redes e uso político da fé, passa por um jogo de espelhos que mais esconde do que mostra o que está em disputa. A corrida não é apenas entre candidatos e partidos por cadeiras na política, mas também entre o povo brasileiro e a cobiça internacional que mira as eleições para acessar recursos e

vozes de comando no país.

Campanhas patrocinadas e propagandas apresentam as posições e intenções declaradas das candidaturas. Mas as eleições de 2026 pedem olho clínico para enxergar quais legendas vão atuar para proteger ou não a soberania do país - ou seja, defender ou deixar o Brasil vulnerável a interesses externos, estranhos à soberania e ao bem-estar da população.

Definidor de rumos no sistema democrático, o voto brasileiro é assediado por campanhas agressivas de difamação de adversários, manipulação da boa-fé por apelos supostamente religiosos, pelo medo e ódio à própria política como forma de captura da atenção e intenção do eleitorado. Da abstenção ao voto rancoroso, estão em jogo direitos conquistados pela população brasileira, não sem sofrimento, ao longo de sua história.

APRENDIZADO AOS TROPEÇOS

O Brasil tem lutado contra imposições de fora desde as revoltas contra a dominação colonial, incluindo a vergonhosa história da escravidão, e ainda tem na memória de gerações de hoje a resistência ao regime militar imposto ao país no século passado. Cada etapa envolveu pressão e tomada das ruas, enfrentamento a golpes de Estado e cobrou cada vez mais consciência popular para se confrontar com a dominação em cada época e superar retrocessos.

Ao lutar contra a ditadura, o país fez a opção pela democracia, a partir de sua Constituição Federal de 1988, mesclando elementos da democracia liberal que delimitam o poder do Estado frente a liberdades individuais e econômicas, e a garantia de direitos fundamentais da cidadania, mas especialmente estabelecendo a independência da justiça e a renovação do Executivo e Legislativo, nas várias unidades da federação, dos municípios ao poder central, por meio das eleições e do voto obrigatório.

O texto constitucional visa assegurar a soberania brasileira definindo-a como fundamento supremo da República (Art. 1º), garantindo autonomia política, territorial e jurídica contra influências externas. Ela estabelece a autodeterminação dos povos, a não intervenção e o voto popular como forma de exercício do poder.

Avançada em proteções sociais, a Constituição ainda pede regulações e aperfeiçoamentos de natureza popular para ser efetiva em combate às desigualdades. Como insiste até hoje Ailton Krenak, líder indígena que participou das mobilizações pela Constituinte em 87 e 88, pintando a cara com jenipapo para expressar a luta dos povos indígenas, não há soberania ou democracia sem o respeito aos territórios originários e à conexão sagrada entre os povos indígenas e a terra. *Ler Revista Casa Comum nº10.*
>> https://revistacasacomum.com.br/wp-content/uploads/2024/09/RCC_10edicao.pdf

Quando a democracia privilegia o poder econômico, armadilhas e manobras legais podem desvirtuar a garantia de direitos históricos, a exemplo da aprovação do Marco Temporal. Abrir espaço para a interferência externa em assuntos como segurança, terras raras, sistema financeiro e de pagamentos (como o pix) e justificativas artificiais para imposição de sanções a autoridades,

Quando a democracia privilegia o poder econômico, armadilhas e manobras legais podem desvirtuar a garantia de direitos históricos, a exemplo do Marco Temporal das terras indígenas.

empresas e instituições brasileiras significa abrir mão da soberania e subordinação a governos estrangeiros.

Da mesma forma permitir que instituições estrangeiras ditem textos legais brasileiros - como é o caso de projetos que visam confundir antissionismo com antissemitismo para silenciar críticas a violações do povo palestino, significa permitir que o nosso Estado seja modificado por interesses de outro e não pelo povo brasileiro.

O TESTE E O TRAUMA DE 2022

O Brasil segue para as próximas eleições presidenciais ainda com a lembrança do trauma que marcou as últimas.

Após o 8 de janeiro de 2023, o Brasil ainda estava impactado pelas imagens dos ataques à Praça dos Três Poderes, mas a nação também respirava aliviada: o atentado que poderia terminar em tragédia e pretendia a ruptura democrática foi enfrentado e contido sem deixar sangue pelo caminho.

O autor de "Como as democracias morrem", Steven Levitsky, escreveu em artigo ao *The New York Times* que "o Brasil teve sucesso onde os EUA

falharam", comparando o caso brasileiro e a invasão ao Capitólio americano contra o resultado das urnas que derrotou o então candidato à reeleição Donald Trump. A contenção dos manifestantes furiosos resultou em mortos e feridos. O francês *Le Monde* chegou a definir a resposta brasileira ao 8 de janeiro como uma "fábrica de democracia", elogiando a resiliência institucional que dispensou intervenções militares, ao contrário de outros contextos históricos ou internacionais.

Mas essa fábrica de democracia é na verdade uma construção frágil, que passou por esse teste duro nas últimas presidenciais e terá de ser novamente testada nas eleições de 2026. Possivelmente não teremos a repetição dos eventos violentos de 2023, porém é real o risco de que extremismos políticos que pareciam contidos no período do pós-Segunda Guerra, como ideias inspiradas no nazismo e no fascismo, e que voltaram a impactar o mundo, continuam ocupando espaços na política institucional brasileira.

O caminho é aberto a cada agressão à soberania nacional.



DOMINAÇÃO E REBELDIA SE ENFRENTAM NA HISTÓRIA DO BRASIL

Lutas contra a exploração, golpes de Estado e resistência contra retrocessos pontuam a trajetória política brasileira.



Confira a edição digital nº 15 da Revista Casa Comum.



PITADAS DE REFLEXÃO PARA O VOTO CONSCIENTE

Confira as dicas de Pedro Ribeiro na Edição Digital nº 15 da Revista Casa Comum.



Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver na Esplanada dos Ministérios. Participam mulheres negras de todo o Brasil de diferentes gerações, territórios e contextos sociais, e também mulheres afrodescendentes de mais de 40 países, em Brasília, 25/11/2025.

Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

“POR LETÍCIA QUEIROZ

A história do Brasil não deixa dúvidas: nenhum direito humano foi dado. Todos foram conquistados. Foi com organização, enfrentamento e várias articulações coletivas que mudanças importantes aconteceram ao longo dos séculos. A abolição da escravização, formalizada pela Lei Áurea, por exemplo, foi resultado de uma longa trajetória de resistência e luta. Da mesma forma, os direitos trabalhistas não surgiram por iniciativa

do Estado, mas foram conquistados por meio de greves, organização dos trabalhadores e pressão popular.

E isso não ficou no passado. A democracia direta acontece quando cidadãos e cidadãs propõem pautas, discutem, pressionam e participam ativamente da tomada de decisões políticas e da aprovação de leis a partir das necessidades cotidianas, transformando reivindicações em políticas públicas.

Recentemente, mobilizações populares demonstraram que a participação direta da sociedade pode influenciar



DOS ANSEIOS POPULARES AO PODER DA DEMOCRACIA DIRETA PARA TRANSFORMAR O PAÍS

Movimentos sociais, organizações populares e articulações coletivas revelam como a participação da sociedade pode moldar decisões políticas importantes no Brasil por meio de organização e resistência

decisões políticas, fazendo projetos avançarem ou recuarem. Nos últimos meses, criações e revogações de leis se deram em decisões políticas a partir da pressão popular. Entre os exemplos, a revogação do Decreto nº 12.600/2025, que previa a concessão de hidrovias em rios da Amazônia. Entendendo que a licença poderia impactar a vida de quem vive na região, indígenas ocuparam o porto da empresa Cargill, em Santarém (PA), e resistiram por mais de um mês pedindo a revogação. O pedido foi atendido pelo atual presidente, Lula.

Entre as pessoas que resistiram, estava Walter Kumaruara, coordenador do Coletivo Jovem Tapajônico e mobilizador das juventudes nos territórios do Baixo Tapajós. Ele esteve à frente da mobilização e comemorou a vitória dos povos. “A manifestação começou com 50 pessoas e depois já tinha mais de 1 mil. E essa resistência se deu pela defesa do território, uma vez que a gente tem um rio e entende que não é só sobre água. É sobre a vida de pessoas que vivem no entorno dele. Às vezes, a população não entende o motivo

das comunidades estarem lutando. Mas nós lutamos pelo direito de existir”, disse Walter.

A democracia direta também se evidenciou quando povos indígenas do Pará se mobilizaram pela revogação da Lei 10.820/2024, que ameaçava a educação indígena presencial ao favorecer o ensino a distância (EAD). Após intensa mobilização, incluindo a ocupação da Seduc-PA, a medida foi derrubada. Todas as manifestações ocorreram de forma pacífica, organizada e dentro dos direitos garantidos pela Constituição de 1988.

“As manifestações, os protestos e as mobilizações em geral são formas de exercer a democracia. Isso é luta coletiva. São decisões tomadas a partir do movimento popular. Os povos indígenas, mais uma vez, lutaram e decidiram. E isso mostra a força dessa organização coletiva do movimento. Dá para mudar, sim, os rumos das coisas com organização coletiva e popular”, afirmou Walter.

A força e a organização das mulheres mostram que as agendas políticas não surgem apenas dentro dos gabinetes ou por iniciativa de representantes eleitos, mas também podem ser propostas pelo povo. Além do papel de cobrar e pressionar, a sociedade pode construir pautas e levar suas demandas para o debate público, seja por meio de mobilizações, campanhas, abaixo-assinados, seja por meio de articulações coletivas. É nesse contexto que ganharam destaque agendas impulsionadas pela própria população, como o fim da escala 6x1 na jornada de trabalho e a luta das mulheres por segurança.

Sônia Coelho, coordenadora nacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), integrante da Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e representante da Marcha no Conselho Nacional de Participação Social da Presidência da República,

explica que todos os direitos das mulheres nasceram de uma longa trajetória de luta. Mesmo enfrentando um sistema machista e patriarcal, foi com mobilização coletiva que conquistas como o direito ao voto, à candidatura e às leis de proteção atuais se tornaram realidade. Com o lema “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!”, entre os objetivos da MMM estão garantir direitos e dignidade às mulheres. “Precisamos manter essa luta, a disposição e não abrir mão nunca de ser feliz, de viver a vida como a gente queira viver. Precisamos olhar para frente, avançar e não deixar nenhuma imposição sobre nós. E nós sabemos como podemos ser felizes”, disse Sônia Coelho.

Ela explica que atualmente o movimento luta no Brasil em várias frentes, como enfrentamento à violência, questões ambientais, economia feminista e debate sobre o trabalho de cuidado. Conta, ainda, que o movimento tem articulado as lutas locais com agendas globais de acordo com as prioridades das mulheres. O fim da escala 6x1 e a luta pela vida das mulheres são prioridades e os assuntos têm sido tratados de forma estratégica.

A MMM também tem chamado atenção para a necessidade de prevenir feminicídios e não apenas endurecer penas depois que uma mulher foi assassinada. O Projeto de Lei (PL) 896/2023, que criminaliza a misoginia — definida

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento feminista internacional que reúne mulheres de diferentes realidades na luta por igualdade e justiça social. Organizado no Brasil e em 40 países, a Marcha atua de forma coletiva, popular e diversa para enfrentar o capitalismo, o racismo e o patriarcado. A inspiração para a criação da MMM partiu de uma manifestação realizada em 1995 em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. Ao final dessa ação, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária.



“Não existe política para as mulheres no Brasil que não seja fruto de luta das mulheres. Sempre foi luta. As feministas que sempre pensaram, elaboraram as próprias políticas e apresentaram para o poder público a fim de que pudessem se apropriar e fazer com que elas virassem realidade, desde as leis mais conhecidas até as mais simples, como a Delegacia da Mulher, os centros de referência. Tudo isso partiu do próprio movimento.”

SÔNIA COELHO



como ódio, aversão ou desprezo às mulheres — equiparando ao crime de racismo, é um avanço importante nesse processo. A medida busca punir os agressores antes de uma escalada de violência. “A gente tem sido insistente: não adianta falar só dos feminicídios se você não faz uma política também preventiva e de longo prazo, com campanhas educativas, com políticas de autonomia econômica, com regulação das mídias sociais. Estamos vendo como a misoginia consegue se espalhar pelo Brasil e contribui para reproduzir a violência e os feminicídios. E grande parte acontece na internet, que precisa ter algum nível de regulação. Por isso que nós temos que pensar políticas integradas e articuladas para que essa violência deixe de acontecer”, explicou.

Nas discussões e mobilizações sobre o fim da escala 6x1, as mulheres destacam outras políticas que podem estar associadas, como a Política Nacional de Cuidados. “É estratégico para a situação que as mulheres vivem hoje, com sobrecarga de trabalho, exaustão, falta de políticas, principalmente nas periferias e para as trabalhadoras rurais. A gente fala também sobre como as mulheres poderão utilizar esse tempo, que não seja cuidando da família, mas com tempo para estudar, para o lazer, para melhorar a sua qualidade de vida, para o ócio”, disse Sônia.

Depois de pautar os assuntos, fazer pressão e conseguir aprovação das leis, ainda é necessário acompanhar a implementação.

A advogada Alana Alves, coordenadora nacional do movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e do VAT Mulher, explica que o VAT se transformou em uma luta coletiva organizada em quase todos os estados brasileiros.

Segundo a ativista Alana Alves, o uso estratégico da internet para expor o problema já mobilizou quase três milhões de pessoas em uma petição pública e chamou a atenção de políticos ligados aos direitos dos trabalhadores. A movimentação popular fez com que a deputada Erika Hilton (PSOL-SP) protocolasse uma Proposta de Emenda à

Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver na Esplanada dos Ministérios. Participam mulheres negras de todo o Brasil de diferentes gerações, territórios e contextos sociais, e também mulheres afrodescendentes de mais de 40 países, em Brasília, 25/11/2025.

Foto: Bruno Peres/Agência Brasil

Constituição (PEC) na Câmara dos Deputados, prevendo jornada de 36 horas distribuídas em quatro dias, sem redução salarial.

Alana afirma que todos os direitos dos trabalhadores foram conquistados com luta ao longo da história. Ela acredita que é preciso avançar mais uma vez. “Hoje tudo o que nós temos já foi um dia chamado de impossível. Já disseram que férias era impossível, que a jornada de trabalho limitada era impossível, que direitos trabalhistas eram um exagero e, ainda assim, tudo isso só existe hoje porque pessoas que nos antecederam se organizaram, enfrentaram resistência e não aceitaram a exploração como regra. O fim da escala 6x1 também poderia ser chamado de impossível até deixar de ser”, afirmou.

“Ir para a rua ainda é o melhor instrumento que a classe trabalhadora tem para reivindicar os seus direitos”, disse Alana.

A Lei nº 15.211/25, que protege crianças e adolescentes na internet, também surge como uma experiência em que a pressão social impulsionou mudanças legislativas. O texto, que ficou conhecido como ECA Digital, entrou em vigor em março deste ano e estabelece novas regras para o ambiente online. O que muita gente não sabe é que a pauta era discutida pela sociedade civil há muitos anos.

Emanuella Halfeld, analista de Políticas Públicas do Instituto Alana, acompanha de perto a pauta desde o início das discussões. Ela conta que em 2022 um Projeto de Lei já estava em tramitação e que o vídeo do influenciador Felca chamou atenção da sociedade para o problema e fez o Congresso se mover. “ECA Digital, que no início era o PL 2.628 de 2022, estava em um momento de negociações, de discussões e de audiências públicas. Em 2023, a gente já tinha grupos diferentes organizados em torno dessa pauta, como organizações de direito digital, infância e adolescência, pastorais, grupos religiosos, grupos de pesquisa de universidades. Toda uma pluralidade de atores acompanhava essa tramitação e atuava por ela. Mas o vídeo de denúncia feito pelo Felca foi muito importante e abriu os olhos da sociedade brasileira em prol dessa causa”, destacou.

Emanuella Halfeld contou que houve organização e colaboração de diferentes atores, todos cumprindo papéis importantes em divisões de tarefas desde o início. Enquanto um grupo atuava em Brasília fazendo incidência no Congresso e pressionando políticos de perto, outros faziam um trabalho de comunicação na internet, com pesquisas e até estudando o cenário internacional. “Eu acho que teve muita criatividade em toda a tramitação. A gente fez um trabalho

muito intenso. Eu achei isso muito bonito. Essa vontade de ajudar o processo. Estava todo mundo empenhado em fazer o melhor possível.”

Agora a sociedade civil acompanha a implementação da legislação ao mesmo tempo em que inspira outros países. A gente tem esse potencial de inovação, de futuro, só que de um futuro com mais salvaguardas. Já tem outros países pensando e refletindo sobre suas abordagens legais e procurando a gente, da sociedade civil atuante aqui no ECA Digital. O que eu diria para alguém que está puxando essa discussão em outros países é que é preciso entender o contexto no seu cenário nacional e se atentar para as especificidades. E eu espero que vários países se unam em frentes amplas, parecidas, voltadas à proteção de crianças e adolescentes, nos ambientes digitais, nos ambientes físicos, em todos os locais, como prioridade absoluta, que é isso que define realmente o nosso horizonte de presente possível e de futuro possível também”, disse Emanuella.

Seguindo essa mesma trajetória de organização e enfrentamento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se consolidou como uma das maiores referências de mobilização popular no Brasil. Há mais de 40 anos, o movimento se organiza na luta pela democratização do acesso à terra, pela reforma

agrária e pelas transformações das relações de dominação e exploração do sistema capitalista. Por intermédio dessa organização popular, cerca de 450 mil famílias que não tinham lugar para morar já foram assentadas em todo o país.

A militante do MST e educadora popular Ayala Ferreira afirma que partir do assentamento e da garantia do acesso à terra para a reprodução da existência, outras conquistas se concretizam “como a produção dos alimentos, o acesso à moradia digna, a escolarização, a saúde, a cooperação e a vivência de relações saudáveis na comunidade”.

Assentada da reforma agrária no PA 26 de Março, em Marabá, no Pará, ela acredita que a democracia vai além do voto e que a participação popular nos processos eleitorais faz parte das iniciativas de aprofundamento da democracia. “Ao longo dos anos fomos extraindo a síntese que o nosso papel enquanto movimento popular é atuar de forma autônoma aos governos, mas ao mesmo tempo defender mandatos que podem ser instrumentos de efetivação dos nossos direitos, assim como na luta obter conquistas materiais para nosso povo em suas comunidades”, disse Ayala.

A especialista em agroecologia e questões agrárias afirma que o MST enfrenta grandes

“O fim da escala 6x1 também poderia ser chamado de impossível até deixar de ser.”



Protesto pela atuação do Congresso Nacional na justiça tributária com a taxa dos super ricos, fim da escala 6x1 e a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, realizado em frente ao MASP em São Paulo (SP), 10/07/2025.

Foto: Paulo Pinto/
Agência Brasil



MOVIMENTO VIDA ALÉM DO TRABALHO



O movimento Vida Além do Trabalho (VAT) surgiu em 2023, criado por Rick Azevedo (que se tornou vereador no Rio de Janeiro) a partir de vídeos nas redes sociais em que denunciava a rotina exaustiva de trabalhadores, especialmente na escala 6x1. O conteúdo viralizou e mobilizou milhares de pessoas, principalmente do comércio e do setor de serviços.

obstáculos, como a extrema-direita fiel ao agronegócio e as tentativas de criminalizar movimentos sociais em um cenário de disputa política e ideológica, mas diz que “a coletividade afasta o perigo da repressão e da violência, assim como amplia a possibilidade de obtermos as conquistas”.

A estrutura agrária brasileira construída historicamente para manter o latifúndio e concentrar terras impede o acesso digno para trabalhadores rurais e gera conflitos, repressão e violência contra quem se organiza por justiça social.

“O objetivo principal do MST é consolidar uma sociedade em que as pessoas possam efetivamente ser livres, felizes, saudáveis e emancipadas. E isso não é possível se não enfrentarmos a concentração da terra e de outros meios de produção, controlados por poucas mãos. Como eu disse, lutam melhor aqueles e

aquelas que cultivam grandes sonhos, no caso o sonho da terra livre e o fim de todas as correntes que nos privam de viver e amar”, finalizou Ayala.

Há séculos, os movimentos sociais e a sociedade civil demonstram que as leis são respostas aos anseios populares e que, para existirem, dependem de organização e mobilização coletiva em seus vários métodos. Enquanto a extrema-direita ocupa as ruas com pautas antidemocráticas e tenta deslegitimar movimentos e comunidades que defendem seus territórios e direitos, o povo reivindica por justiça e vida digna.

Letícia Queiroz – jornalista, comunicadora popular, quilombola da comunidade Ilha de São Vicente em Araguatins (TO), ativista antirracista e militante da CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas.

O DESAFIO DAS POLÍTICAS PARA A SOBERANIA

País precisa virar o jogo e enfrentar as grandes plataformas digitais, sendo indutor de políticas para as infraestruturas e aplicativos da internet e proteção dos dados da população

POR HELENA MARTINS

As mudanças na economia global, sua dominação pelo sistema financeiro e o avanço das tecnologias digitais favoreceram o crescimento de grandes empresas organizadas como plataformas digitais, mais conhecidas do público pela expansão das redes sociais e dos serviços de inteligência artificial.

O que se observou nas últimas duas décadas foi o domínio global de poucas grandes corporações, principalmente dos Estados Unidos. Essas empresas se expandiram por diversos setores e passaram a controlar não apenas mercados e consumidores, mas também grandes volumes de dados de usuários, serviços, empresas e negócios, que permitem entender e até prever comportamentos do mercado.

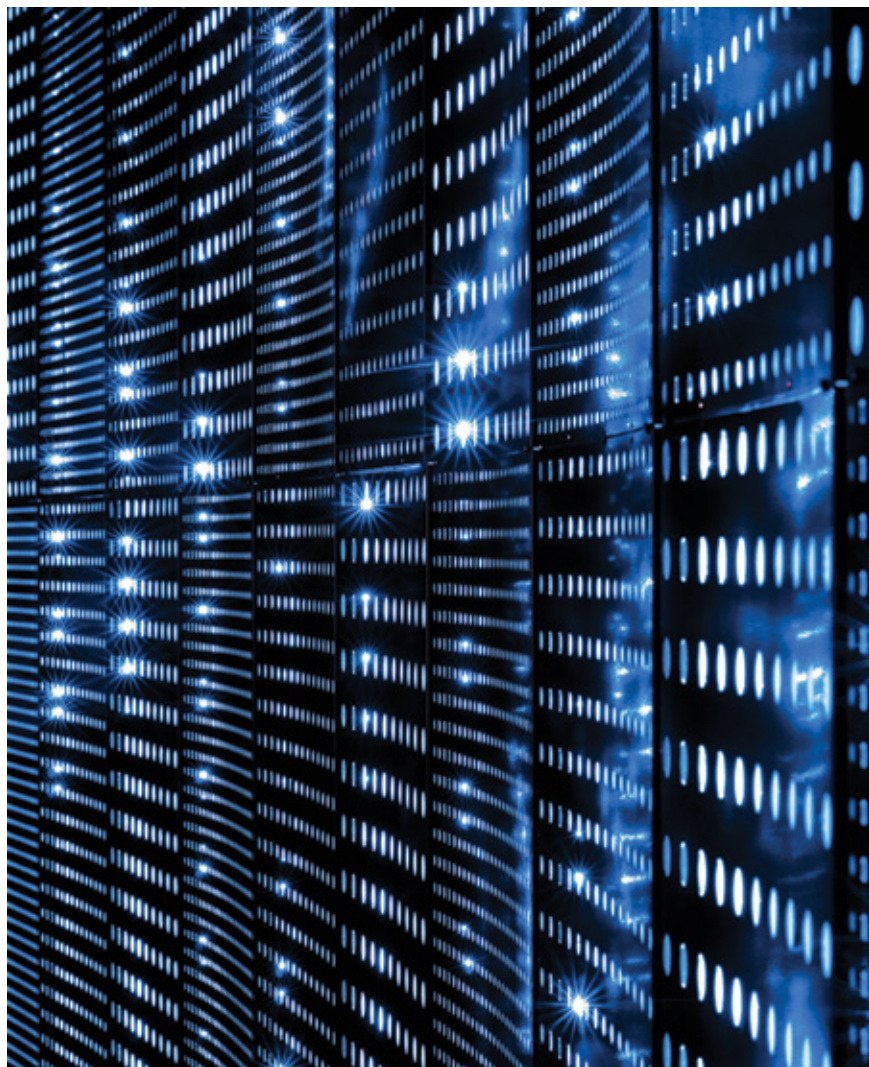
Ao restringir certos conteúdos e direcionar outros, sem transparência ou controle social, essas plataformas passam a ter grande poder sobre o debate público e a representar uma ameaça à democracia. As eleições, em todo o mundo, desde 2016, comprovaram isso, pois nelas ficou nítido o funcionamento das plataformas para desequilibrar a disputa eleitoral.

Até o ano passado, isso era negado pelas corporações donas das redes sociais. A presença de líderes de grandes empresas digitais na posse de Donald Trump, em janeiro de 2025, evidenciam a aproximação com o mesmo projeto político.

Em junho de 2025, a vinculação dessas corporações ao genocídio na Palestina foi apontada em um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU). A relatora especial da ONU para os territórios palestinos ocupados, Francesca Albanese, apontou 48 empresas, incluindo Microsoft, Alphabet e Amazon, como cúmplices. “A ocupação perpétua de Israel tornou-se o campo de testes ideal para fabricantes de armas e grandes empresas de tecnologia – proporcionando oferta e demanda significativas, pouca supervisão e nenhuma responsabilização –, enquanto investidores e instituições públicas e privadas lucram livremente”, diz o relatório. Além das citadas, merece destaque também a Palantir, empresa de análise de dados

Infraestruturas de dados concentradas – A maioria dos servidores e data centers do Brasil depende de corporações estrangeiras, aprofundando a dependência digital e ameaçando a soberania tecnológica do país.

Foto: Krzysztof Kowalik na Unsplash



e Inteligência Artificial (IA), fundada com apoio da CIA, que tem viabilizado dados e processamento que facilitam a identificação de pessoas tornadas alvos por Israel. Mas é preciso reafirmar: é indiscutível o papel das plataformas no desequilíbrio de qualquer disputa atualmente.

Esforços regulatórios com foco econômico propõem, em geral, medidas como reserva de mercado para empresas locais (uma dinâmica especialmente presente na União Europeia) e mecanismos de proteção para setores afetados pela presença das plataformas, especialmente a imprensa, o que gerou uma reação agressiva do Facebook às normas adotadas no Canadá e na Austrália. Mas essas normas não têm como objetivo transformar estruturalmente o cenário que reproduz desigualdade e vigilância sobre países e populações. Por isso, além da regulação, são necessárias políticas ancoradas na ideia de soberania digital, “que se refere à condição para a criação e a adoção de políticas de desenvolvimento autônomo, no plano tanto cultural quanto tecnológico” (Bolaño; Martins; Rivero, 2025, p. 4).

PROPOSTAS ANCORADAS NA SOBERANIA DIGITAL

A regulação deve ser social, não apenas de mercado

Um projeto político para o Brasil deve questionar o modelo de desenvolvimento e o próprio processo de concentração da produção social (e não apenas do mercado) em torno das plataformas e de sua lógica de funcionamento. Ou seja, deve disputar a regulação social em sentido amplo. A China, com todas as suas contradições, que não devem ser esquecidas, mostra que é possível, com definição estratégica, mobilização de diversos setores e acompanhamento das medidas, ter um caminho tecnológico próprio e atrelado aos objetivos do país.

Em países como o Brasil, o problema poderia ser enfrentado de outras duas formas, além da criação de normas. Em primeiro lugar, por meio da mobilização do Estado como indutor de políticas públicas, tanto relacionadas às infraestruturas críticas quanto às aplicações e aos conteúdos.

Big techs na infraestrutura deixam soberania em xeque

Quanto às infraestruturas, as plataformas avançam na aquisição de cabos

submarinos, na oferta de serviços de armazenamento de dados e computação em nuvem, entre outras dinâmicas que aprofundam a dependência em relação a elas. O governo brasileiro, infelizmente, tem apoiado esse tipo de medida, por exemplo, ao abrir margem à participação de corporações como a Amazon até mesmo no projeto de “nuvem” soberana, sob liderança do Serpro, ao viabilizar a atração de data center das big tech, a despeito do que isso gera em termos de vulnerabilidade de dados, de danos ambientais e sociais. Enquanto o governo apresentou ao Congresso uma Medida Provisória propondo uma Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), baseado em renúncia fiscal, a sociedade civil, a exemplo da Coalizão Direitos na Rede e dos indígenas Anacé no Ceará – estado onde a instalação de um data center do Tik Tok em um território tradicional é, numa linguagem bastante colonizada, vendida como progresso – denunciou os impactos da medida e cobra, ao contrário do que tem sido efetivado, uma política soberana.

O Brasil pode contribuir para alternativas do Sul Global

Quanto às aplicações e aos conteúdos, o Brasil poderia liderar o desenvolvimento de tecnologias alinhadas às necessidades e culturas locais, por meio de aplicações livres que venham a ser adaptadas aos diferentes contextos e às áreas e que protejam os dados da população, no setor público, na educação, na saúde, etc. Na comunicação, não há uma rede social expressiva em termos de público que seja nacional. O Brasil poderia, assim, livrar-se do domínio das big tech e contribuir para a articulação dos países do chamado Sul Global no enfrentamento ao poder das plataformas e na busca coletiva por soluções alternativas que não repitam o modelo violador que já conhecemos, mas que parta de uma definição autônoma sobre

para que queremos essas novas tecnologias, mobilizando toda a sociedade e nossas melhores capacidades.

Movimentos e campanhas mostram caminhos, mas são urgentes

Para contribuir com esse processo, nos últimos anos foram lançadas duas iniciativas que expressam a rejeição ao alinhamento explícito das plataformas com a extrema-direita. Em março de 2025, no Brasil, foi lançada a campanha Internet Legal (<https://internetlegal.org.br/>), apresentada como “um movimento por uma rede mais democrática”, com o objetivo de defender a regulação das plataformas e políticas que viabilizem a soberania também no ambiente digital, como o incentivo a plataformas livres. Outra iniciativa, o Fórum – Rede de Comunicações Democráticas, foi convocada por grupos de trabalho da Clacso. Seu objetivo é reunir a academia e as organizações da sociedade civil para formar uma rede em defesa da democracia na comunicação. Redes já existentes no Brasil, como a Coalizão Direitos na Rede e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, têm desenvolvido iniciativas de formulação e mobilização em torno da reivindicação de mudanças nas comunicações. Mas é preciso que os governos e demais instituições públicas, em todos os âmbitos, sejam pressionados para que adotem essa agenda como central e na direção certa. A aprovação do ECA Digital neste ano mostra que há espaço para avanços.

A dimensão do poder das grandes empresas de tecnologia exige enfrentamento com ampla mobilização e articulação no campo democrático. Ainda há tempo para acionar o “freio de emergência”, mas isso exige decisão e ação.

“**Helena Martins** – Professora da Universidade Federal do Ceará, integrante da DiraCom – Direito à Comunicação – e secretária-geral do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações.

“ Se os prometidos ganhos de produtividade com a Inteligência Artificial não se confirmam, suas aplicações militares estão cada vez mais evidentes e perigosas. ”

PARA ASSISTIR E REFLETIR: FATOFLIX ABRE ACESSO GRATUITO À CINEMA, CULTURA E POLÍTICA

Plataforma gratuita reúne filmes e documentários cujas indicações a seguir integram a curadoria do jornalista Carlos Tibúrcio, gestor do projeto, promovendo formação crítica e incentivando exibições comunitárias com acesso simples e suporte aos interessados



Para acessar e também realizar transmissões comunitárias, basta efetuar um cadastro simples na plataforma, que oferece orientações e suporte para as exibições. O acesso e a inscrição podem ser feitos diretamente pelo site: <https://fatoflix.com.br/>.



Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá

Brasil, 2006, 89'
de Silvio Tendler

Sinopse: Quando o mundo estava pautado pelo pensamento único da globalização, o professor Milton Santos foi a voz discordante, denunciando as perversidades do que chamou de globalitarismo, sistema econômico que provoca a concentração de riqueza entre os ricos e que distribui mais pobreza para os desfavorecidos.

>> play.fatoflix.com.br/app/mostra-geopolitica-em-foco/encontro-com-milton-santos



Marighella: retrato falado do guerrilheiro

Brasil, 55', 2001
de Silvio Tendler

Sinopse: Poeta, estudioso, rebelde, brincalhão, duro, coerente. Carlos Marighella viveu a repressão de dois regimes autoritários: o Estado Novo de Getúlio Vargas e a ditadura militar. Foi um dos líderes da luta armada do regime instalado em 1964 e é uma das figuras mais polêmicas da história recente do país.

>> <https://play.fatoflix.com.br/app/mostra-direitos-humanos-e-memoria/marighella-retrato-falado-do-guerrilheiro>



Muito Além do Cidadão Kane

Reino Unido, 1993, 93'
de Simon Hartog

Sinopse: Em parte, uma história da TV no Brasil; um exame das inovações da Globo e de seu poder cultural; em parte, uma revelação de como esse poder cultural foi usado para apoiar sucessivos regimes de direita.

>> play.fatoflix.com.br/app/mostra-comunicacao-e-cinema/muito-alem-do-cidadao-kane



Mil Mãos e Mil Corações

Brasil, 2022, 25'
de Edson M. Cabral e Marco J. D. Maida

Sinopse: O filme resgata o momento histórico da redemocratização (ocorrido na segunda metade dos anos 80 no Brasil). A obra recupera o filme "Crianças Abandonadas", dirigido por Tânia Quaresma em 1989 e nos mostra como diferentes segmentos da sociedade se uniram em torno da formulação coletiva do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90).

>> play.fatoflix.com.br/app/mostra-sementes-da-esperanca/mil-maos-e-mil-coracoes



GIG - A Uberização do Trabalho

Brasil, 2019, 60'
de Carlos Juliano Barros, Caue Angeli e Maurício Monteiro Filho

Sinopse: O trabalho mediado por aplicativos e plataformas digitais cresce no mundo todo. Mas o avanço da chamada "gig economy", também conhecido no Brasil por "uberização", vem despertando debates sobre a precarização e a intensificação do trabalho numa sociedade cada vez mais conectada.

>> <https://play.fatoflix.com.br/app/mostra-mundo-do-trabalho/gig-a-uberizacao-do-trabalho>



Martírio

Brasil, 2016, 162'
de Vincent Carelli

Sinopse: A grande marcha de retomada dos territórios sagrados Guarani-Kaiowá através das filmagens de Vincent Carelli, que registrou o nascedouro do movimento na década de 1980. Vinte anos mais tarde, tomado pelos relatos de sucessivos massacres, Carelli busca as origens desse genocídio, um conflito de forças desproporcionais: a insurgência pacífica e obstinada dos despossuídos Guarani-Kaiowá frente ao poderoso aparato do agronegócio.

>> <https://play.fatoflix.com.br/app/mostra-cop30/martirio/trailer-martirio>



Fotos: Aline Baker

GIRA JURÍDICA:

DEMOCRACIA EM QUADRINHOS

NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

A cartilha Gira Jurídica, do coletivo do mesmo nome, é fruto da resistência política das mulheres negras na pandemia e do aquilombamento urbano sob um viaduto na Zona Leste

“POR RITA FREIRE

No dia 29 de abril de 2026, um coletivo de mulheres negras da Zona Leste de São Paulo reuniu convidados e convidadas em sarau político-cultural para marcar o lançamento de uma cartilha construída a partir de uma série de encontros sobre as lutas democráticas brasileiras, os direitos conquistados por lutas e as lutas que ainda não chegaram ao fim. O material, intitulado *Gira Jurídica – Mulheres refletem sobre a Constituição*, explica a Constituição brasileira em linguagem acessível, com o apoio de quadrinhos criados por Kaká Palácio.

Os conteúdos foram produzidos a partir de rodas de conversa conduzidas por Astrogilda Pereira, a Gilda, uma liderança comunitária à qual as participantes do projeto se referem com especial deferência: integrante da Marcha das Mulheres Negras, fundadora da Associação Baobá de Canto Coral, professora de história aposentada e promotora legal popular - uma formação para apoiar o acesso das mulheres à justiça. Ela introduziu a reflexão sobre a política, a conjuntura e a história brasileira na rotina de encontros coletivos que nasceram buscando driblar o isolamento social.

ARTE E POLÍTICA NA MESMA AÇÃO

A reportagem da *Revista Casa Comum* reuniu-se com as mulheres do coletivo, que também leva o nome de Gira Jurídica, na cozinha da casa de Gilda, na Vila Matilde. A conversa começou com ela e outras duas lideranças, as ativistas e sambistas apaixonadas Maria da Graça Araújo e Marlene Santana, enquanto se ouvia uma quarta integrante, a Lígia, filha de Gilda, ensinando piano a uma criança na sala da casa, antes de juntar-se ao grupo.

No cotidiano das mulheres da Gira: a arte, o ativismo cultural, a educação, as pesquisas, a música e a dança parecem parte inseparável da ação política do grupo. Lígia é musicista desde muito cedo e regente de coral infantil. A irmã, Valquíria, do mesmo coletivo e que ajudou a intermediar a entrevista de longo prazo que ela está na Bahia -, é percussionista e mestrande em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, na Universidade Federal do Recôncavo. Marlene e Graça coordenam a velha guarda da Escola de Samba Acadêmicos do Tatuapé - dedicação sempre presente em suas conversas. Na entrevista, sabemos que o instrumento de Marlene é o tambor, uma instrumento que, segundo ela, "vai buscar quem mora longe" - como ela e Graça fazem embaixo do Viaduto Artur Alvim, onde coordenam, juntamente com uma terceira liderança, Angelina Aparecida Reis, o Espaço Cultural Adebankê. Elas são chamadas de



as "pretas bás", homenagem à resistência e ao papel das negras escravizadas na história do Brasil, termo que aparece na voz de Clara Nunes, na canção "Mãe África" e que as inspirou.

O lançamento da Gira Jurídica ocorreu justamente lá, embaixo de uma estrutura viária de 230 metros de extensão, com seis faixas de tráfego fazendo ligação entre bairros e vias importantes da Zona Leste. A apropriação comunitária liderada pelas mulheres negras foi transformando o lugar, que antes apenas servia de teto improvisado a quem o ocupasse, em um centro de cultura popular, ativismo e acolhida. O Adebankê é aberto à população e foi, aos poucos, atraindo usuários, pessoas em situação de rua, passantes, moradores, artistas da região para uma programação própria.

Os nomes que identificam o grupo têm origem africana, ou afro-brasileira, como a palavra "gira", que vem das giras da umbanda. Adebankê é um termo

nigeriano feminino que significa "Deus está cuidando dela" e foi escolhido para o "aquilombamento urbano" sob o viaduto - outro termo que significa, segundo a organização negra Geledés, o processo contemporâneo de resistência e organização coletiva da população negra em cidades, recriando territórios de afeto, cultura e ancestralidade para combater o racismo, a exclusão social e a violência. No caso das mulheres negras, combater tudo isso agravado pela cultura machista e patriarcal.

A cartilha agora é instrumento para o trabalho que já começa em mais um ano eleitoral, continuando a ressignificar um espaço que foi construído para ser apenas o concreto que sustenta o intenso tráfego de automóveis da região.

MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NA PANDEMIA, ONDE TUDO COMEÇOU

A origem da Gira Jurídica remonta aos primeiros meses da pandemia de covid-19, quando o isolamento social interrompeu atividades presenciais da comunidade e acentuou a necessidade de organização para apoio às mulheres negras da região. Eleições municipais programadas para o final do ano foram adiadas de outubro para novembro de 2020, por precaução sanitária. Para votar, era preciso usar máscara e

“Cedo descobri que era preciso ter lado na política, vendo meus pais sempre em contato com a vida em comunidade.”



Da esquerda para direita:

Maria da Graça, uma das coordenadoras do Espaço Cultural Adebante, integrante da Escola de Samba Acadêmico do Tatuapé, da Velha Guarda.

Lígia Rosa, filha da Astrogilda e Geraldo Rosa. Militante do movimento negro, fundadora da Associação Baobá de coral infantil, musicista, professora de piano e regente de Coral Infantil.

Astrogilda Pereira, professora aposentada de história, integrante da Marcha das Mulheres Negras, promotora legal popular e fundadora da Associação Baobá de coral infantil.

Marlene Santana, tocadora de tambor, militante do Grupo de Mulher do Consciência Negra, fundadora do grupo de mulheres Cor e Raça, gestora do Espaço Cultural Adebante e coordenadora da velha guarda da Academia Tatuapé.

Fotos: Aline Baker

higienizar as mãos na entrada da cabina da urna eletrônica com álcool gel.

Foi nesse contexto que surgiu o coletivo Sacode, embrião da Gira Jurídica, justamente buscando sacudir o ânimo das mulheres da comunidade isoladas pela pandemia. A articulação começou de forma simples, formando uma rede de contatos em que cada mulher convidava outra, uma ideia apresentada por Valquíria Rosa e colocada em prática pelo grupo. “Um dia, ela me ligou e disse: como eu liguei pra você, você liga e chama mais uma. E a gente foi formando e ampliando esse encontro, porque não tinha como não conversar sobre política e sobre como estava o nosso povo”, lembra Marlene.

Os encontros se concentraram em uma programação online, reunindo mulheres da comunidade em debates semanais, chamando uma candidata negra por semana para falar às outras pela internet. A iniciativa cresceu, discutindo preocupações comuns, a conjuntura da política local e nacional e ajudou a eleger duas candidaturas coletivas negras feministas, o mandato Quilombo Periférico nas eleições municipais em 2020 e o mandato feminista liderado do Mônica Seixas nas estaduais em 2022.

O coletivo tornou-se um núcleo de ativismo político-cultural permanente e

deve impulsionar mais uma vez as discussões na campanha em 2026. A Gira Jurídica é um instrumento. Mas, com ela, o grupo discute também as questões do racismo, do conservadorismo, da laicidade do Estado, o papel da religião e a ocupação dos espaços políticos e de poder pelas mulheres negras.

FORMAÇÃO POLÍTICA COM BASE NA CONSTITUIÇÃO

A virada do grupo para o estudo sistêmico da Constituição foi proposta por Gilda, argumentando que a participação política exige apropriação de conhecimento sobre a história e o sentido da democracia. A Gira Jurídica nasce dessa percepção. “Cada direito alcançado pelo povo brasileiro não se deu sem luta e cada conquista não pode ser ameaçada por desconhecimento”, diz a professora. A cartilha, lançada em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, foca na trajetória das sete constituições do Brasil e aponta as dívidas históricas do país com sua população: a cidadania historicamente negada a negros e indígenas.

MEMÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

A trajetória pessoal das integrantes da Gira Jurídica atravessa décadas de lutas sociais e se conectam à história mais ampla do movimento negro, das lutas

feministas negras e da resistência contra a ditadura no Brasil.

A política entrou cedo na vida familiar de Lígia e de forma abrupta. Aos 15 anos, o pai foi preso. “Eu nunca tinha ouvido falar em comunismo, até meu pai ser levado”, ela recorda. Coube à mãe explicar que havia uma ditadura no país. “Cedo descobri que era preciso ter lado na política para defender valores que aprendi vendo meus pais, sempre em contato com a vida em comunidade.”

Marlene Santana e Graça militaram juntas no Grupo União e Consciência Negra, criado no início dos anos 80 entre religiosos católicos, época em que a teologia da libertação tinha presença forte e influência nas lutas sociais. Hoje, elas são chamadas de as “pretas bás” do Axé, que abraçam a religiosidade afro-brasileira com o mesmo compromisso com a emancipação popular.

“É importante ver que as mulheres que compõem esse projeto já têm uma ação política muito bem fortalecida nesta região”, diz Lígia. “Então, a Graça, a Marlene e a Angelina, elas já vêm com uma ação política há muitos anos, debaixo do Viaduto Arthur Alvim. E minha mãe também. A história dela, no bairro, junto com meu pai e a nossa família, e a gente tem a Associação Baobá, que já atuava aqui com crianças pretas há mais de 20 anos. E, quando a Valquíria tomou essa iniciativa de juntar essas mulheres, foi juntar uma força de mulheres políticas que já faziam política de ação afirmativa com pessoas pretas na região.”

Para baixar a Gira Jurídica acesse: <https://rosalux.org.br/livro/gira-juridica-mulheres-refletem-sobre-a-constituicao/>





Votar pede atenção aos direitos, às necessidades básicas, ao respeito pelas diferenças e à política que se reflete no dia-a-dia da população. Lutas populares cobram compromissos reais com a vida na construção da democracia.

FOTOS EM SENTIDO HORÁRIO:

1. Mulheres negras contra a discriminação racial.

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

2. Mulher trans com bandeira LGBTI+

Foto: Mídia NINJA

3. Manifestante com cartaz

Foto: Mídia NINJA

4. Lançamento do ECA Digital

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

5. Lar dos velhinhos

Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



O BRASIL QUE VOTA:

UM **RETRATO** DOS ELEITORES E O HORIZONTE DAS PAUTAS SOCIAIS

|| POR ALINE BAKER

Demandas urgentes que movimentam a sociedade ajudam a definir a disputa pelas urnas em 2026

O eleitorado brasileiro de 2026 revela um retrato complexo de um país diverso, pressionado por desafios cotidianos e cada vez mais atento às decisões que impactam sua vida em diferentes níveis de escolaridade e realidades socioeconômicas, o Brasil chega às urnas refletindo tanto desigualdades históricas quanto novas urgências. Dados recentes do IBGE e de organismos internacionais indicam que essas diferenças se manifestam de forma contraditória: ao mesmo tempo em que o país celebra avanços significativos, como a consolidação de sua saída do Mapa da Fome da ONU, a estrutura das disparidades permanece profunda. Os 10% mais ricos concentram rendimentos mais de 13 vezes superiores aos dos 40% mais pobres, reforçando que as disparidades persistentes entre regiões e grupos sociais continuam sendo o grande nó a ser desatado no debate eleitoral.

Com base no balanço consolidado pelo TSE em maio, o Brasil possui cerca de 158 milhões de eleitores aptos a votar. A maior concentração está na região Sudeste (42%), seguida pelo Nordeste (27%), Sul (14%), Norte (8%) e Centro-Oeste (8%), com o exterior representando cerca de 1% do eleitorado. A maior parcela votante possui Ensino Médio completo,

perfil que dialoga com avanços na escolaridade apontados pelo Censo Escolar 2025. Paralelamente, dados do IBGE indicam que cerca de 48 milhões de brasileiros não concluíram a educação básica e não frequentam a escola atualmente, reforçando que a permanência escolar e a qualidade da aprendizagem seguem entre os principais desafios do país.

As prioridades da população, segundo o Datafolha de março de 2026, colocam a saúde pública no topo (21%), seguida pela segurança (19%). A economia e a inflação preocupam 11% dos brasileiros, refletindo a dificuldade de manter o poder de compra. Esse cenário econômico é também influenciado por fatores externos: conflitos internacionais elevam o preço do petróleo no mercado global, encarecendo os combustíveis. Como consequência, aumentam os custos de transporte de mercadorias, o que se reflete diretamente nos preços dos alimentos. Pesquisas da Ipsos indicam que nove em cada dez brasileiro(a)s temem os impactos econômicos da guerra no Oriente Médio.

O eleitorado afetado por eventos climáticos extremos irá às urnas preocupados com seus efeitos sobre a vida cotidiana e as políticas de enfrentamento. A observação dessas demandas contribui para a análise do contexto eleitoral e as exigências que precisam se transformar em políticas públicas.

O BRASIL QUE VOTA: UM RETRATO DO ELEITORADO E O HORIZONTE DAS PAUTAS SOCIAIS

Pautas urgentes que
mobilizam a sociedade e
chegam às urnas em 2026

Dignidade trabalhista

73% dos brasileiros apoiam o fim da escala 6x1 e 84% defendem ao menos duas folgas semanais, segundo pesquisa Nexus (2026). A proposta busca reduzir a sobrecarga de trabalho e ampliar o equilíbrio entre emprego, saúde, educação e vida familiar.

Direitos LGBTQIA+ e representatividade

Segundo o IBGE, **2,9** milhões de adultos no Brasil se declaram homossexuais ou bissexuais.

Entre as principais pautas da população LGBTQIA+ estão a garantia de direitos, a proteção contra a violência, o acesso à saúde integral, a educação inclusiva e o fortalecimento da representatividade política.

Quilombolas e desenvolvimento sustentável

A população quilombola registrada no TSE soma **188.565** mil pessoas (**0,12%** do eleitorado). Entre as principais pautas estão a titulação de terras, a garantia de direitos, a preservação da ancestralidade e o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Povos indígenas e território

Os povos indígenas representam **0,88%** do eleitorado cadastrado. Entre as principais pautas estão a demarcação de terras, a rejeição ao Marco Temporal, a proteção dos biomas e o fortalecimento da representação indígena nos espaços de decisão política.

Movimento negro e reparação

Pretos e pardos representam **63%** do eleitorado registrado pelo TSE. Entre as principais pautas estão a reparação histórica, o combate à letalidade policial e à violência política, as cotas raciais no financiamento de campanhas e a ampliação da representação no Legislativo.

Moradia e autogestão

Dados da Fundação João Pinheiro, o Brasil registra um déficit habitacional de **5,77** milhões de domicílios. O dado reforça a defesa de políticas públicas voltadas à moradia digna, à ampliação do acesso à habitação e ao fortalecimento da participação comunitária na construção de soluções habitacionais.

Mulheres e orçamento público: do combate ao feminicídio à representatividade

As mulheres representam **53%** do eleitorado e defendem mais investimentos no combate ao feminicídio, monitoramento de agressores, redução da jornada de trabalho e maior participação nos espaços de poder. Mulheres negras reivindicam representação no STF.



"Das ruas não sairemos"
Esse é o recado dos movimentos sociais que chegam a 2026 dispostos a transformar mobilização em voto e resistência em política pública.

Foto: Mídia NINJA

Urgência por justiça às vítimas da crise climática

Uma pesquisa da Ipsos mostra que **24%** dos brasileiros já precisaram deixar suas casas

temporariamente devido a eventos climáticos extremos. Além disso, mais de 6,2 milhões de pessoas ficaram desalojadas ou desabrigadas entre 2013 e 2024. Os dados reforçam a necessidade de políticas de moradia segura e reassentamento digno para famílias afetadas por desastres.

Juventude e futuro

Os jovens de 15 a 29 anos somam **34,4** milhões de eleitores, cerca de **22%** do eleitorado nacional.

Entre suas principais pautas estão educação, saúde mental, combate à desinformação, proteção ambiental e a regulamentação da Inteligência Artificial.

Inclusão de pessoas com deficiência no Brasil

As pessoas com deficiência somam **1,83** milhão de eleitores, o equivalente a **1,17%** do eleitorado cadastrado no TSE.

Entre as principais demandas estão a efetivação das políticas de inclusão, o cumprimento das cotas no mercado de trabalho, a reserva de vagas em concursos públicos e a garantia de educação inclusiva.

Reforma agrária e campo

Mais de **122** mil famílias vivem em cerca de **1.250** acampamentos aguardando a reforma agrária, segundo o MST.

Os dados reforçam a necessidade de ampliar o acesso à terra, fortalecer a agricultura familiar, investir em infraestrutura rural e combater a violência no campo.

Pessoas idosas e inclusão

De acordo com o TSE, a população de 60 a 99 anos reúne **36,2** milhões de eleitores, o equivalente a **23%** do eleitorado nacional.

Entre suas principais pautas estão aposentadoria digna, combate ao etarismo, acessibilidade urbana, inclusão digital e mobilidade para garantir autonomia e qualidade de vida.

Direito à cidade e combate à gentrificação

O Brasil possui **11,4** milhões de imóveis vagos, segundo o IBGE.

O dado fortalece o debate sobre a função social da propriedade, o aproveitamento de imóveis ociosos para moradia e o combate à gentrificação.

Saúde pública como eixo central

Dados recentes do Ministério da Saúde, apontam que aproximadamente, **76%** da população brasileira dependem diretamente do SUS para acesso e atendimento gratuito a serviços de saúde, de acordo com dados recentes do Ministério da Saúde. Por isso, o fortalecimento do SUS para reduzir desigualdades e garantir bem-estar físico e mental para a população é uma das premissas centrais do eleitorado.

Observação: Os dados biográficos de identidade de gênero, raça, etnia indígena e pertencimento a comunidades quilombolas ou tradicionais são autodeclaratórios e passaram a ser coletados pela Justiça Eleitoral em 2022. A atualização ocorre gradualmente, conforme os eleitores realizam atendimentos, e os dados do perfil do eleitorado serão atualizados pelo TSE em julho.

O COMUM NAS LUTAS QUE MOBILIZAM O BRASIL EM 2026

Respeito ao planeta, preservação dos recursos naturais ameaçados e dos povos que os protegem. Confira edição da **Casa Comum na Cúpula dos Povos da COP 30** https://revistacasacomum.com.br/wp-content/uploads/2025/10/RCC_14EDICAO.pdf

Direitos sociais básicos como saúde e educação universalizados e políticas para a qualidade de vida são obrigações democráticas. Confira a edição da **Casa Comum sobre um direito que exige todos os demais: a moradia digna** https://revistacasacomum.com.br/wp-content/uploads/2025/08/RCC_13EDICAO.pdf

Cultura é emancipação e alimento à consciência coletiva sobre sonhos e direitos, resistência e transformação. Confira a edição da **Casa Comum sobre a luta cultural** https://revistacasacomum.com.br/wp-content/uploads/2025/05/RCC_12edicao.pdf

Comunicar é instrumento de construção do bem comum, quando o controle privado ou autoritário não imperam. Confira a edição da **Casa Comum sobre a batalha da comunicação** https://revistacasacomum.com.br/wp-content/uploads/2025/01/RCC_11edicao.pdf

DEMOCRACIA E CIÊNCIA SÃO INSEPARÁVEIS

“Cabe a nós, como sociedade, entender que não podemos mais tratar esses códigos dos algoritmos como algo neutro”

ENTREVISTA DA PRESIDENTA DA SBPC, FRANCILENE PROCÓPIO GARCIA, À JORNALISTA MÔNICA TARANTINO

Cientista e presidenta da SBPC,
Francilene Procópio Garcia.

Foto: Jardel Rodrigues/SBPC

Entre os temas estratégicos para o futuro do país, a ciência ocupa papel central, sustentando uma democracia baseada em decisões informadas e políticas públicas fundamentadas na exigência da sociedade e também na produção científica das universidades e dos centros de pesquisa brasileiros. Essa produção gera evidências confiáveis para orientar decisões que impactam a sociedade. Eleger parlamentares comprometidos com princípios científicos e com a democracia é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos.

O cenário atual é marcado por desinformação, expansão das Inteligências Artificiais e intensa disputa de narrativas nas plataformas digitais, o que aumenta o risco de escolhas coletivas guiadas por distorções e não por fatos. Nesta entrevista, a cientista Francilene Procópio Garcia, eleita em 2025 para presidir a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, explica a relação entre ciência e democracia e comenta temas estratégicos, como regulação das plataformas digitais, ampliação da transparência da informação e diversidade na produção do conhecimento.



Revista Casa Comum: *Como a ciência influencia a democracia e vice-versa em um país que vive ciclos de desinformação que afetam a confiança pública, inclusive na própria ciência e na democracia?*

Francilene Garcia: Democracia e ciência são indissociáveis. Desde sua criação, em 1948, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), uma senhora de quase 80 anos, mantém um compromisso com a defesa do Estado Democrático de Direito e com o uso de evidências e fundamentos científicos como base da vida pública, sociedade e para escolhas e decisões mais consistentes de dirigentes em um modelo democrático, como o nosso.

Na crise sanitária da covid-19, vimos uma presença muito forte de pesquisadores e cientistas mostrando a importância da informação qualificada chegar ao dia a dia das pessoas, inclusive antes que a vacina fosse disponibilizada. Foi um momento crítico de sobrevivência da sociedade, em que também proliferaram teses como o uso da cloroquina, medicamento ineficaz contra essa doença. Nesses momentos de cautela e inquietação, a comunidade científica chega para sustentar a vida humana, para explicar a importância das evidências científicas e, quando elas ainda não existem, para evitar a disseminação de informações falsas. Outro caso recente é o da polilaminina, apresentada como uma possível alternativa para ajudar pessoas com lesões medulares graves a recuperarem funções neurológicas. É crucial que a população entenda que se trata de um experimento em andamento e que, enquanto não forem concluídas todas as etapas exigidas pela ciência e pelos órgãos de regulação, não é possível afirmar que o tratamento é eficaz, que é seguro ou que a cura está assegurada. Nesse sentido, temos trabalhado muito fortemente com redes de publicações, como vocês, e com as nossas próprias mídias na qualo que é melhorar a qualidade da informação que circula. É importante dizer que a ciência deve chegar junto à sociedade para operar em prol de melhores informações, com efeitos concretos na vida das pessoas e com as questões trazidas da sociedade.

Revista Casa Comum: *Por que a nossa sociedade é tão vulnerável à desinformação, ao negacionismo e às fake news, fenômenos que tendem a se intensificar em períodos eleitorais?*

Francilene Garcia: Vivemos, do início do século XXI para cá, uma enxurrada de informação. A maior presença das pessoas nas redes sociais, por meio de mídias extremamente acessíveis, fez com que esse volume passasse a interferir na própria capacidade crítica sobre os fatos. Basta cada um de nós ter acesso, no celular, a canais de comunicação, e podemos não só contribuir para o espalhamento das informações que recebemos, mas também agregar conteúdos não qualificados que seguem se propagando. As pessoas perdem, aparentemente, a capacidade de criticar.

Mais fatores participam desse processo. As bolhas informacionais, por exemplo, reúnem pessoas que defendem determinados princípios — seja por conduta comportamental, seja por pertencerem a um grupo — e passam a consumir informações dentro de uma bolha predeterminada pelos algoritmos. Elas consomem essas informações, ajudam a propagá-las e ainda geram engajamento para o modelo de monetização dessas plataformas, o que acaba colocando a pessoa mais profundamente dentro dessas bolhas. Há, ainda, uma interferência muito direta e silenciosa dos algoritmos na forma como a política chega às pessoas, influenciando a informação e as próprias relações sociais. Nós não vamos viver sem os algoritmos, mas eles devem atuar como ferramentas, e não se converter em instituições que passam a estabelecer regras. O que temos feito ajuda a tentar romper esses modelos informacionais formados a partir de crenças não comprovadas cientificamente, trazendo informações de qualidade, acessíveis e comprovadas.

“ O que distingue um país comprador de tecnologia de um país que a desenvolve é justamente a capacidade de transformar conhecimento em autonomia. ”

Revista Casa Comum: *A SBPC fez um documento defendendo a regulação das redes sociais. O que significa essa regulamentação?*

Francilene Garcia: Temos um avanço exponencial dos algoritmos e das plataformas nas nossas vidas. A gente precisa reconhecer, como sociedade, que os algoritmos presentes em várias das nossas atividades rotineiras têm, ali por trás, uma infraestrutura. Isso acontece, por exemplo, quando você se dirige a um plano de saúde para algum atendimento, quando você faz uma transação no mercado online ou quando solicita um crédito para alguma ação que vai fazer, entre outras situações. Baseados em algumas regras estabelecidas por quem gerou os seus códigos, esses algoritmos passam a regular nossos comportamentos e a distribuir decisões baseadas em critérios que não são transparentes. Então, há uma opacidade nesses algoritmos, que são verdadeiras instituições sociais, como dizem pesquisadores brasileiros.

Cabe a nós, como sociedade, sobretudo a comunidade científica, entender que não podemos mais tratar esses códigos dos algoritmos como algo neutro nem a gestão desses códigos, inclusive porque, em alguns casos, eles estão submetidos a corporações estrangeiras. Nesse contexto, a regulação ajuda a dar mais transparência aos processos de decisão estimulados no âmbito dessas plataformas. Não é censura. É preciso ter um debate público mais qualificado sobre o impacto social dessas plataformas.

“ Se nós temos estudos científicos comprovando determinados impactos, ignorá-los significa tomar decisões com base em opiniões e não em evidências. ”

Revista Casa Comum: Na prática, o que diferencia um país que compra tecnologia de um país que a desenvolve? Pode falar sobre o que é ter soberania tecnológica?

Francilene Garcia: A soberania tecnológica de um país passa pela sua capacidade de formular boas políticas públicas na área da educação e no desenvolvimento científico, com capacidade de continuamente investir em ciência e em autonomia.

É importante dizer que, na ciência de fronteira, o Brasil está entre os 15 principais produtores de conhecimento do mundo. Temos, como nação, uma presença certamente privilegiada em relação à boa parte dos países. Mas a gente precisa ir além disso. Precisamos ser não só produtores de conhecimento, mas ter a capacidade de transferir esse desenvolvimento, esse conhecimento, para a vida das pessoas. Estamos falando também de não deixar que as decisões sobre dados, recursos naturais e tecnologias críticas sejam definidas de fora para dentro, pois elas devem ser orientadas pelas necessidades do próprio país, fortalecendo a autonomia para decidir seus próprios caminhos.

Assim, o que distingue um país comprador de tecnologia de um país que a desenvolve é justamente a capacidade de transformar conhecimento em autonomia, com pesquisa, inovação e soluções próprias para áreas estratégicas. Também é preciso haver um pouco mais de atenção para as tecnologias que colocam os grandes desafios do país à mesa. Quando o atual governo lançou o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, por exemplo, reconheceu que, no campo da transformação digital — hoje tão presente nas organizações públicas e privadas e na vida das pessoas —, é fundamental que o país tenha autonomia e soberania.

Revista Casa Comum: O Brasil tem exemplos de soberania tecnológica bem-sucedidos?

Francilene Garcia: O Sistema Único de Saúde (SUS), na sua concepção, é um exemplo concreto de soberania tecnológica e de política pública baseada em ciência. É um sistema que organiza informações, produz dados e orienta decisões em escala nacional. Nenhum país tem uma estrutura informacional dessa magnitude.

Além disso, temos exemplos na área de energia, na agricultura e também em tecnologias ligadas à exploração de recursos naturais, como no caso das terras raras. É importante dizer que esses elementos mostram o quanto o Brasil tem capacidade de desenvolver soluções próprias para desafios complexos. Ainda assim, precisamos investir de forma contínua para consolidar essas capacidades e garantir que elas estejam a serviço do desenvolvimento social e econômico do país.

Revista Casa Comum: Como o negacionismo científico impacta decisões políticas concretas no Brasil?

Francilene Garcia: A sociedade precisa estar mais conectada com os temas científicos, especialmente quando eles impactam diretamente a vida das pessoas. É importante dizer que o negacionismo não se restringe ao campo das ideias, mas se traduz em decisões políticas que podem comprometer o futuro do país.

Vimos isso, por exemplo, em debates recentes no Congresso Nacional, em que evidências científicas foram desconsideradas em temas fundamentais, como a questão ambiental. É importante dizer que, se nós temos estudos científicos comprovando determinados impactos, ignorá-los significa tomar decisões com base em opiniões e não em evidências. Isso tem consequências diretas na vida da população e no desenvolvimento do país.

Revista Casa Comum: No podcast da SBPC, a senhora disse que promover a diversidade é também uma forma de

combater o negacionismo, corrigir rotas, ampliar visões e melhorar a inovação na ciência. Por quê?

Francilene Garcia: A escuta, a inclusão e o diálogo com a sociedade são fundamentais para avançar na política pública e nos processos de pesquisa e inovação que geram impacto na sociedade. Quando falamos da necessidade da preservação da floresta, por exemplo, estamos falando da escuta de comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. A ciência indígena, por exemplo, que chamamos de conhecimento tradicional, precisa dialogar fortemente com a ciência fundamentada nas pesquisas desenvolvidas nas universidades, para enfrentar alguns problemas ligados à pauta ambiental discutida na COP30. Diversidade, mesmo na ciência em linha de fronteira, quer dizer incluir não só nos processos investigativos, mas também no diálogo com os diferentes atores da sociedade e na incorporação de seus saberes.

Revista Casa Comum: A senhora gostaria de dizer algo para concluirmos esta conversa?

Francilene Garcia: Talvez a gente possa dizer que a sociedade precisa sair em defesa da ciência, porque a ciência ajuda e acaba sendo um guia para que políticas públicas possam ser aprovadas, melhoradas ou até rejeitadas em algumas situações, como nos momentos em que enfrentamos ondas de negacionismo. É importante que a gente reforce o papel da ciência na vida das pessoas, de cada um e de cada uma e também das futuras gerações. E que a democracia é baseada em ideias e diálogo. O crescimento se dá a partir da possibilidade, transparente e objetiva, de partir de confrontos para projetar o futuro. É com esse diálogo, com essa capacidade de encontro, mesmo na não convergência de ideias, que a gente consegue mediar e moldar uma sociedade melhor. Uma sociedade silenciada ou pasteurizada, em cima de bolhas informacionais, não contribui em nada para a vida do país nem para a vida de ninguém.

“ Mônica Tarantino é jornalista especializada em saúde e ciência. Recebeu, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, o prêmio “Jornalista Tropical”, título que aprecia muito.

A FARSA DA GUERRA AO CRIME: QUEM LUCRA COM A VIOLÊNCIA NO BRASIL

■ POR BLANCA FERNANDES E CADU MACHADO

Nas eleições nacionais deste ano, a segurança pública será um dos temas centrais do debate, enquanto cresce uma sensação permanente de medo e insegurança

Quem liga a TV a qualquer hora do dia tem a impressão de que a violência está em toda parte. Essa sensação, sem dúvidas, influenciará diretamente o pleito de outubro, gerando apelos para o apoio a políticas e leis repressivas como aparente solução, sem atacar as raízes da violência.

Os principais projetos de segurança pública em discussão no Brasil em 2026 focam no combate ao crime organizado e na integração das forças de segurança, com destaque para a *PEC da Segurança Pública* (PEC 18/2025), que visa uniformizar normas nacionais e aumentar a cooperação entre polícias, e o *PL Anti-facção*, que endurece penas contra organizações criminosas e milícias. No entanto, o debate sobre os projetos envolve interesses e gera preocupações que vão além da segurança interna e tocam diretamente na soberania nacional.

Na mira dos projetos, estão as organizações do crime organizado, especialmente o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), que se espalham pelo país. Em nome



Militares na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, em 25/09/2017.

Foto: Fernando Frazão/
Agência Brasil

do seu combate, ocorre uma verdadeira guerra aos pobres, como demonstram as chacinas e mortes em favelas e periferias com grande envolvimento policial. E isso foi agravado com a decisão do governo norte-americano de classificar as organizações criminosas como terroristas, além de sérias consequências para o Brasil.

REPRESSÃO POLICIAL SEM PREVENÇÃO SOCIAL NUNCA RESOLVEU

Há décadas, governos e grandes meios de comunicação repetem o mesmo discurso: o Brasil vive uma “guerra contra o crime”, em que as polícias seriam as defensoras da segurança. Punir sem controle, em vez de prevenir com políticas, só fez aumentar a criminalidade e a violência.

Ao mesmo tempo, o crime organizado se aproveita da miséria e da falta de empregos formais para cooptar a juventude pobre, oferecendo empregos precários e colocando a vida de milhares de jovens a serviço de seus negócios.

Com menos apelo eleitoral, planos para conter a apropriação do espaço público pela criminalidade, ocupar a juventude com seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional, garantir condições de vida, renda, educação e saúde às comunidades, todos esses compromissos poderão ficar ausentes da maior parte dos programas eleitorais se predominar apenas o discurso punitivista.

Na verdade, o crime organizado não é um elemento externo ao sistema, mas um de seus negócios mais lucrativos. Enquanto o grande capital opera as finanças do comércio internacional de drogas para aumentar suas fortunas, o aparato policial do Estado é usado para reprimir e controlar o povo.

VIOLÊNCIA, ENVOLVIMENTO POLICIAL E IMPUNIDADE

Em 19 de março deste ano, a Polícia Militar do estado de São Paulo deflagrou a “Operação Impacto” no Morro do São Bento, na Baixada Santista. Segundo informações da Agência SP, foram

mobilizados 302 policiais militares, 82 viaturas, 13 drones, cinco cães e uma aeronave. O coronel Carlos Lucena a classificou como “uma grande operação para o enfrentamento ao tráfico e o fortalecimento da presença do Estado na região”. A ação gigantesca resultou na prisão de três pessoas, sem divulgação de apreensões relevantes.

São Bento é o bairro onde morava o menino Ryan da Silva Andrade Santos, de 4 anos, baleado no abdômen e morto enquanto brincava na rua durante uma operação da Polícia Militar. Seu primo, Gregory Ribeiro Vasconcelos, de 17 anos, também foi morto na mesma ação. No mesmo dia, 7 de dezembro, policiais militares foram ao enterro, circunstância em que intimidaram familiares com abordagens e revistas truculentas a pessoas em luto. O pai de Ryan, Leonel Andrade Santos, já havia sido morto pela PM durante as operações Escudo/Verão, em fevereiro do mesmo ano.

São histórias que se repetem no rastro dos 20 anos de impunidade para os chamados Crimes de Maio de 2006, quando confrontos entre policiais militares e integrantes do PCC provocaram 564 mortes, com indícios de execução de vítimas por agentes do Estado. Em denúncia formal à Organização das Nações Unidas (ONU) contra o Estado brasileiro, o movimento Mães de Maio acusa a omissão das autoridades na investigação e punição dos responsáveis, além de denunciar a continuidade da violência policial nas periferias do país.

AS VÍTIMAS TÊM COR E ENDEREÇO

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 17 pessoas são mortas por dia pela polícia no Brasil. Dentre as vítimas, 97% são homens, em sua maioria negros e moradores de favelas.

Na Bahia, estado com maioria da população negra, impera a maior taxa de letalidade policial do país: apenas em 2024, a polícia matou 1.557 pessoas. Nos anos de 2023 e 2024, a Polícia Militar da Bahia matou mais pessoas do que todas as polícias dos Estados Unidos juntas no mesmo período.

O Atlas da Violência 2025 revela que uma pessoa negra tem 2,7 vezes mais chances de ser assassinada do que uma pessoa branca. Em 2023, 34% das mortes de jovens no país foram causadas por homicídios, sendo a morte violenta a principal causa de óbito entre pessoas de 15 a 29 anos no Brasil.

No Rio de Janeiro, o Massacre da Penha, realizado no final de 2025, foi a maior chacina policial já registrada no país, totalizando 121 mortos. Destes, 117 foram classificados como “suspeitos” pela polícia — todos homens, entre 20 e 30 anos — e quatro eram agentes de segurança. Apesar de mobilizar cerca de 2.500 militares, a operação não resultou na prisão de nenhum líder do tráfico, mas indica uma política de extermínio sem qualquer respaldo na legislação brasileira.

No estado do Amapá, que possui uma das maiores taxas de homicídios do Brasil, 16,7% de todas as mortes decorrem de causas não naturais, sendo os homicídios a principal delas, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O fato é que o principal saldo de operações com mortes e sem justiça é o de moradores de bairros pobres vivendo sob uma sensação constante de medo e insegurança. O sistema da violência e o aparato repressivo funcionam como forma de paralisar a população e impedir reação.

O NEGÓCIO INTOCÁVEL DO TRÁFICO

A cerca de um quilômetro de distância do Morro do São Bento — visível a partir do morro mesmo nos dias mais nublados —, está o Porto de Santos, o 37º maior porto do mundo e o maior do Hemisfério Sul. E nele se concentra um dos maiores fluxos de exportação de cocaína do mundo e a maior rota de envio da

São Paulo (SP), 31/10/2025 - Policiais militares fazem barreira em frente a pessoas na Avenida Paulista durante manifestação contra a operação policial. Contenção no Rio de Janeiro.

Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil



droga para a Europa, segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tráfico nos portos brasileiros¹. Se o objetivo de uma operação como a do São Bento fosse de fato enfrentar o tráfico, faria mais sentido direcionar a rota das operações para lá.

No segundo semestre de 2025, foram apreendidas mais de seis toneladas de cocaína no Porto de Santos, em operações da Polícia Federal e da Receita Federal. As apreensões envolveram drogas ocultas em contêineres, cargas comerciais e até na estrutura de navios. Esses dados comprovam que a circulação massiva de drogas não está concentrada nas favelas brasileiras, onde ocorrem as operações policiais letais, mas nas fronteiras, nos portos e nos aeroportos.

Ainda segundo o TCU, se a cocaína apreendida nos portos brasileiros em 2023 fosse uma *commodity* agrícola, ocuparia a oitava posição entre os produtos exportados do país, com valor estimado em US\$ 2,79 bilhões – considerando apenas o volume interceptado.

Investigações da Polícia Federal e do Ministério Público de São Paulo apontam que o fluxo financeiro desse mercado segue caminhos complexos e estruturas sofisticadas que operam dentro da economia formal, revelando o envolvimento do crime organizado com o sistema financeiro no Brasil.

Operações como a batizada de Carbono Oculto, realizadas na Avenida Faria Lima – coração financeiro do país – revelaram grandes esquemas de lavagem de dinheiro envolvendo o Primeiro Comando da Capital (PCC), empresas de fachada, fundos imobiliários ilegais, a cadeia produtiva de combustíveis e plataformas financeiras digitais usadas para “limpar” o dinheiro do tráfico. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022 o crime organizado movimentou, ao menos, R\$ 146,8 bilhões apenas em mercadorias lícitas como combustíveis, bebidas, mineração e transporte de cargas. Somando-se os ganhos com tráfico de drogas, fraudes e crimes virtuais, estima-se uma



Dezenas de corpos são trazidos por moradores para a Praça São Lucas, na Penha, zona norte do Rio de Janeiro, em 28/10/2025. Operação Contenção.

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

movimentação anual de cerca de R\$ 348 bilhões – o equivalente a 3,4% do PIB brasileiro. Trata-se de uma economia criminosa de escala internacional, profundamente integrada ao sistema econômico.

E A PIOR AMEAÇA: TRATA O BRASIL COMO PAÍS DO TERRORISMO

O debate da segurança no Brasil, num momento em que a América Latina é visada por acordos de militarização com os Estados Unidos, acabou sendo contaminado por interesses em favorecer a ingerência externa nos assuntos do país. Isso acontece, no âmbito externo, no anúncio da classificação de organizações criminosas (como PCC e CV) como grupos terroristas e, no âmbito interno, de tornar isso lei por iniciativas como o PL 3.830/2024.

Um substitutivo aprovado na Comissão de Relações Exteriores da Câmara incluiu PCC e o PV no rol de grupos terroristas, alterando as leis atuais.

De acordo com o presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim), Antonio Pedro Melchior, no site Consultor Jurídico, o terrorismo é uma forma de violência com finalidade político-ideológica, que não se confunde com a atuação de facções, que são voltadas ao controle de mercados ilícitos. Ele alerta que “o alargamento do conceito de terrorismo visa legitimar ações de exceção, a exemplo do extermínio de pessoa ou grupos. Se a proposta for aprovada, o Brasil teria potencialmente

mais grupos terroristas que países do Oriente Médio, que estão no centro das questões geopolíticas envolvendo esses grupos”.

O Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE) aponta o risco de pressões políticas e econômicas externas, exigências internacionais de novas medidas de segurança e tentativas de interferência estrangeira em nome da “segurança internacional”. Juntam-se a isso possíveis restrições e controles financeiros, comerciais e cooperação internacional. No limite, essas consequências podem reduzir a autonomia do Brasil em decisões de política interna e externa”, diz o instituto. A alteração ainda poderia levar à supressão de direitos e garantias fundamentais em nome de uma suposta preservação da segurança nacional, aponta o Consultor Jurídico.

As ameaças avançam com iniciativas de políticos brasileiros. Um relatório pedindo que o CV seja considerado terrorista pelos EUA foi enviado pelo governo do Rio Janeiro à embaixada americana no estado.

- ❖ Blanca Fernandes é coordenadora da Frente Negra Revolucionária na Baixada Santista. Formada em Serviço Social pela Unifesp, é servidora na Praia Grande.
- ❖ Cadu Machado integra a redação do jornal A Verdade. Formado em Relações Internacionais pela UFABC, escreve sobre lutas sociais, economia e conjuntura nacional e internacional.

¹ Tribunal de Contas da União (TCU). Auditoria operacional sobre a atuação de órgãos no combate ao tráfico de drogas em portos brasileiros (TC 005.929/2025-3). Brasília, 2026. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/uploads/noticias/pdf/2026/03/18/005.929-2025-3-AN_-auditoria_trafico_de_drogas_portos_Mare_Branca.pdf. Acesso em: mar. 2026.



À direita na foto, a pilha de estéril da mineradora Sigma; à esquerda, atravessando o riacho Piauí, as casas da comunidade de Piauí Poço Dantas, situada a apenas 90 metros da pilha.

Foto: Caio Guatelli.

BRASIL PÓS-COP30 ENTRE TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

A Cúpula dos Povos denunciou o caráter sistêmico da crise climática e cobrou transformações profundas, baseadas na justiça socioambiental, na defesa dos territórios e na superação do modelo extrativista

✶ POR FREI RODRIGO PÉRET, OFM

Vivemos um tempo de mudança de época, marcado por crises interligadas que desafiam profundamente o futuro da humanidade. A crise climática se intensifica ao mesmo tempo em que o mundo é atravessado por guerras, disputas geopolíticas e o avanço de políticas imperialistas que atualizam formas contemporâneas de dominação e colonialismo. Nesse cenário, a chamada transição energética tem sido apresentada como solução global; contudo, ela não ocorre de forma isolada. Está profundamente articulada às transições digital e militar, formando um mesmo complexo econômico, tecnológico e estratégico que se retroalimenta e se sustenta na crescente demanda por minerais críticos e terras raras. Esse processo tem ampliado o extrativismo, os conflitos territoriais e a violação de direitos, especialmente nos países do Sul Global. É nesse contexto que se inserem os desafios pós-COP30 para o Brasil, ainda mais complexos por estarmos em um ano eleitoral, no qual se definem rumos estratégicos para o país.

A COP30, realizada em Belém, evidenciou a existência de dois caminhos em disputa. De um lado, o campo diplomático-institucional, marcado por negociações técnicas, consensos mínimos e soluções incrementalistas, muitas vezes incapazes de enfrentar as causas estruturais da crise. De outro, o campo político-popular, fortalecido pela Cúpula dos Povos, que denunciou o caráter sistêmico da crise climática e apontou a necessidade de transformações profundas, baseadas na justiça socioambiental, na defesa dos territórios e na superação do modelo extrativista. Essa tensão não é apenas conceitual; ela define, concretamente, o tipo de futuro que está em jogo.

No pós-COP, o Brasil se encontra diante de uma encruzilhada histórica. Por um lado, busca consolidar-se como protagonista da economia de baixo carbono, apoiando-se em sua matriz energética e em suas reservas minerais. Por outro, corre o risco de aprofundar um modelo dependente, baseado na exportação de commodities e na intensificação da mineração em larga escala, com graves impactos socioambientais. A expansão de projetos ligados às chamadas transições, energética, digital e militar, especialmente em regiões como o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, já revela o aumento de conflitos, a pressão sobre territórios e a fragilização de comunidades, indicando que essas transições, se conduzidas dentro da lógica atual, podem reproduzir desigualdades históricas e ampliar zonas de sacrifício.

Esse cenário é agravado pela conjuntura internacional. A crescente militarização, as guerras e a disputa por recursos estratégicos mostram que os minerais críticos não são apenas insumos da transição energética, mas também da infraestrutura digital e dos sistemas de guerra e segurança. Painéis solares, baterias e turbinas eólicas compartilham a mesma base material de drones, mísseis, satélites, inteligência artificial, tecnologias militares avançadas e sistemas de vigilância. Assim, a crise climática passa a ser instrumentalizada por interesses geopolíticos, enquanto a cooperação internacional dá lugar à competição por recursos, corroendo o multilateralismo. Nesse contexto, torna-se evidente a pressão de potências como os Estados Unidos para assegurar reservas estratégicas de minerais críticos, na concorrência com a China, com forte incidência sobre a América Latina e, em particular, sobre

o Brasil. Tal movimento exige atenção e discernimento, para que o país não reforce uma posição subordinada na geopolítica global nem comprometa sua soberania e seus territórios.

Diante disso, um dos principais desafios para o Brasil é não reduzir essas transições a uma agenda meramente econômica ou tecnológica. É necessário reconhecer que não se trata apenas de uma “transição” dentro do mesmo modelo, mas da urgência de uma transformação sistêmica, social, econômica e ecológica. Isso implica enfrentar as raízes da crise: o modelo de desenvolvimento baseado na acumulação ilimitada, a concentração de poder, a financeirização da natureza e a lógica extrativista que transforma bens comuns em mercadorias. Sem essa mudança estrutural, há o risco de consolidar uma “transição verde” a uma repaginação do capitalismo. Embora pretenda reduzir emissões em escala global, aprofunda injustiças locais e perpetua formas históricas de exploração.

Outro ponto decisivo é a ausência de um mapa do caminho claro, justo e vinculante para o abandono progressivo dos combustíveis fósseis. A falta dessa definição nas negociações internacionais fragiliza a credibilidade dos compromissos climáticos e abre espaço para soluções paliativas e financeirizadas. Para o Brasil, assumir protagonismo significa não apenas ampliar fontes renováveis, mas estabelecer metas concretas de redução e

superação dos fósseis, articuladas com justiça social, proteção dos territórios e garantia de direitos.

Torna-se central, nesse debate, aprofundar a crítica à financeirização da natureza. A cosmovisão indígena nos lembra que a natureza é viva, sagrada e relacional, e que os seres humanos integram uma teia de vida fundada no cuidado, na reciprocidade e no equilíbrio. Em contraste, a lógica dominante reduz florestas, águas e territórios a ativos financeiros negociáveis. Mecanismos como os mercados de carbono e fundos como o Fundo Tropical das Florestas (TFFF) não são neutros: ao atribuírem preço à natureza, substituem seu valor intrínseco por valor monetário, reforçando e legitimando a mercantilização da vida.

Diante disso, torna-se urgente avançar na regulamentação dos direitos da natureza, reconhecendo a natureza como sujeito de direitos e não como objeto de exploração.

Outro desafio central diz respeito à democracia e à participação social. A COP30 evidenciou o contraste entre o protagonismo dos povos nos territórios e sua marginalização nos espaços formais de decisão. No Brasil, isso se traduz na necessidade de fortalecer mecanismos de participação,

garantir a consulta prévia e assegurar que comunidades afetadas tenham voz e poder real nos processos que impactam suas vidas. Em um ano eleitoral, esse aspecto se torna ainda mais decisivo: trata-se de escolher projetos políticos que reconheçam os territórios não como espaços de exploração, mas como sujeitos de direitos e de futuro.

Além disso, o país precisa avançar na construção de alternativas concretas. Experiências como a agroecologia, a economia solidária, os territórios livres de mineração e as iniciativas comunitárias mostram que é possível pensar outros caminhos, baseados no cuidado, na sustentabilidade e na justiça. Essas práticas apontam para uma transformação que não se limita à mudança de matriz energética, mas envolve uma reconfiguração mais profunda das relações sociais, econômicas e ecológicas.

Nesse horizonte, a dimensão ética e espiritual também ganha relevância. A crise climática não é apenas um problema técnico, mas uma crise de

valores, que questiona o sentido do desenvolvimento, do consumo e da própria relação com a vida. A proposta da ecologia integral convida a uma conversão que vai além de políticas públicas, envolvendo mudanças culturais e civilizatórias, orientadas pelo cuidado com a Casa Comum e pela centralidade da dignidade humana.

Assim, os desafios pós-COP para o Brasil não se limitam à implementação de compromissos internacionais. Eles exi-

gem discernimento sobre que tipo de transformação queremos construir e para quem. Em um contexto eleitoral, isso implica avaliar propostas, trajetórias e compromissos à luz da justiça climática, da defesa dos direitos e da preservação dos bens comuns. Mais do que escolher entre opções, trata-se de participar ativamente da construção de um projeto de país que enfrente as causas da crise e não apenas seus sintomas.

O momento atual exige responsabilidade histórica. As decisões tomadas hoje terão impactos duradouros sobre os territórios, as populações e as futuras gerações. Diante de um mundo marcado por guerras, desigualdades e crise ambiental, o Brasil tem a oportunidade de afirmar um caminho que articule desenvolvimento, justiça e sustentabilidade, desde que não se submeta às pressões geopolíticas e avance rumo a uma transformação sistêmica centrada na vida.

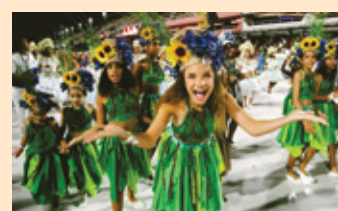
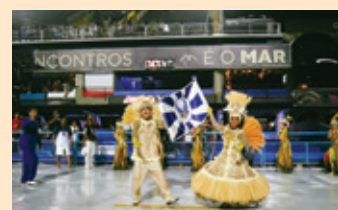
“Rodrigo Péret, OFM, é frade franciscano, engenheiro, atuando na Comissão Pastoral da Terra em casos de conflitos territoriais e socioambientais. Assessor da Comissão Especial para Ecologia Integral e Mineração da CNBB e integrante da secretaria executiva do Sinfrajupe.

CARTA DA TERRA COMPLETA 25 ANOS E MANTÉM ATUAÇÃO GLOBAL EM DEFESA DA SUSTENTABILIDADE

A escola de samba mirim Filhos da Águia, da tradicional Portela, desfilou no Sambódromo da Marquês de Sapucaí. Com o enredo “Máscaras de Justiça: Carta da Mãe Terra para os Filhos da Águia”, a agremiação celebrou os 25 anos da Carta da Terra. Rio de Janeiro (RJ), 20/02/2026.



Leia mais no site da revista.



Fotos: Barbara Cardoso

DEMOCRACIA PRECISA DE ALIMENTO

Sair do Mapa da Fome pela segunda vez não é garantia perene de um Brasil sem fome. Segurança alimentar exige política estratégica e compromisso

|| POR RITA FREIRE



Manaus (AM), 22/11/2023. Políticas para enfrentar a fome exigem considerar as condições de cada região e suas mudanças. Em 2023, Manaus viveu sua maior seca do século e a fome foi agravada pelo nível baixo do rio Igarapé Taruma-açu. Na imagem, Conceição Ferreira Marical, a Cátia, vende almoço para população da comunidade de Nossa Senhora de Fátima.

Foto: Rafa Neddermeyer/
Agência Brasil

Comida é direito incluído na Constituição Federal desde 4 de fevereiro de 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 64. Todos os demais direitos, inclusive de participação cidadã na vida democrática, dependem do acesso da vida humana à alimentação e, portanto, de uma política de segurança alimentar para o país.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgados em 17 de abril de 2026, indicaram que a população atingiu 212,7 milhões de habitantes em 2025, com um crescimento de 0,39% em relação ao ano anterior. Em 2026, o país comemorou ter saído, pela segunda vez, do Mapa da Fome da ONU, ficando abaixo da média trienal de 2,5% de pessoas sem acesso mínimo aos alimentos. Os dados de 2024 indicavam que 3,2% ainda passavam fome, mesmo havendo uma redução enorme em relação ao pico 15,5% registrado em 2022. Tecnicamente, o índice menor em 2026 pode ser considerado residual, mas são brasileiros em situação de penúria e alcançá-los exige a ampliação dos esforços regionais e nacionais.

A insegurança alimentar, medida pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), é dividida em três níveis: leve (incerteza e queda na qualidade), moderada (redução quantitativa/falta de alimentos) e grave (fome e privação total). Juntando os três em fevereiro de 2026, relatórios baseados em monitoramentos de movimentos sociais indicavam que cerca de 19 milhões de pessoas ainda passavam por situações de fome, evidenciando a persistência do problema, conforme o jornal *A Verdade*.

O desafio brasileiro é ficar longe dessa escala e da lista da fome da ONU e da FAO, que mostra os países com algum grau de insegurança alimentar, e isso explica a necessidade de compromissos

com políticas que garantam outros direitos associados, além da própria produção de alimentos. (Ver box das políticas para pôr fim à fome)

AGRICULTURA FAMILIAR FAZ O PRATO BRASILEIRO

Mais de dez milhões de pessoas trabalham atualmente na agricultura familiar e votarão nestas eleições pensando provavelmente de onde virão as garantias ao setor, que precisa de acesso a investimento, assistência técnica, tecnologias apropriadas e apoio na comercialização devido ao menor volume produzido por unidade, mas uma grande produção no conjunto: 77% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar, sendo base da economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes. Mas é na outra ponta dessa cadeia produtiva que estão os maiores beneficiários dessa produção: a agricultura familiar é considerada a principal fornecedora de alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Destaca-se na produção de mandioca (87%), feijão (70%), leite (60%), suínos (59%), milho (46%) e café (38%), sendo a oitava maior produtora de alimentos do mundo.

Ocupando de 23% a 24,3% das terras agricultáveis, a maior produção da agricultura familiar (46,6%) está no Nordeste, seguido por Sudeste (16,5%), Sul (16%), Norte (15,4%) e Centro-Oeste (5,5%), de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

A LENTIDÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Dados do Incra apresentados indicam que, entre 2023 e 2026, foram obtidos 577,6 mil hectares para a reforma agrária por diferentes caminhos. A maior parte veio de compra e venda de terras, que somam 359,3 mil hectares. Já as desapropriações ficaram em cerca de 12,4 mil hectares no período.

De acordo com reportagem da revista *Repórter Brasil*, ao incluir mecanismos como áreas arrecadadas como terra pública, imóveis obtidos por leilão, doação e outros meios, os dados mascaram a falta de desapropriações de latifúndios improdutivos - verdadeiro problema da má distribuição de terras no Brasil, dificultando sua função social e a fixação da população trabalhadora no campo.

O fato é que cerca de 1% dos estabelecimentos rurais, de acordo com o IBGE, detém aproximadamente 47,5% das terras destinadas à produção agropecuária, configurando uma das maiores concentrações fundiárias do mundo. A concentração é mais intensa em estados com forte produção de commodities, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). A reforma agrária nesses estados beneficiaria o acesso da população rural à terra e à produção de alimentos, já que, como se viu na produção da agricultura familiar, a região Oeste participa com o menor índice: 5,5% do total.

INTEGRAÇÃO

Articulação de políticas: o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) integra outros programas federais, como o Plano Brasil Sem Fome e o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planab). Mas precisa de integração com políticas estaduais e municipais, para identificar e combater vulnerabilidades locais e regionais.

Fontes: Plansan, Instituto Fome Zero, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino I(Contee), Centro de Agricultura Tropical Sustentável (STAC), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e das mídias Alma Preta, Agência Brasil, *A Verdade* e *Repórter Brasil*.

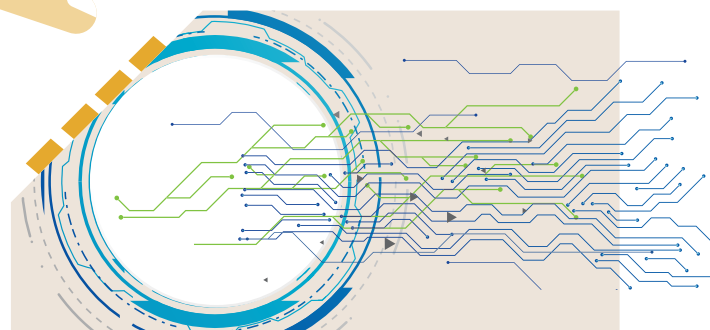
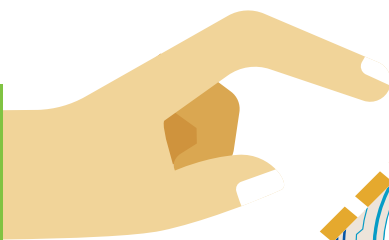
POLÍTICAS PARA PÔR FIM À FOME NO BRASIL

Estratégias associadas ao direito à alimentação devem estar garantidas nos vários níveis de governo

- + **Acesso à renda:** combate à fome por meio de políticas públicas de transferência de renda e proteção social.
- + **Acesso à terra e água:** garantia de recursos básicos para a produção, com foco em reforma agrária e pequenos produtores.
- + **Sistemas resilientes:** promoção de sistemas alimentares sustentáveis capazes de resistir a crises climáticas, contribuindo à preservação ambiental e à qualidade de vida no campo.

- + **Agroecologia e produção saudável:** ampliação do apoio à agricultura familiar para a produção de alimentos nutritivos e sem agrotóxicos, menos dependentes dos fertilizantes importados de países em guerra.
- + **Combate à má nutrição:** incentivo à alimentação adequada e redução dos índices de obesidade e desnutrição, com cuidado especial para a alimentação escolar.
- + **Populações vulneráveis:** foco prioritário em grupos historicamente afetados, como povos indígenas, comunidades quilombolas e pessoas em situação de rua.
- + **Cooperação internacional:** atuação baseada no direito humano à alimentação adequada em fóruns globais, como a FAO.

Ilustração: Freepik/Magnific.com



DEMOCRACIA DIGITAL: AS REGRAS DO TSE PARA AS ELEIÇÕES 2026

POR ALINE BAKER

O novo marco regulatório das eleições 2026: Inteligência Artificial, combate à desinformação e papel das big techs

As eleições gerais de 2026 no Brasil desenham-se como um dos maiores desafios da história recente do país, pelo risco de práticas antidemocráticas e ilegais disseminadas nas redes sociais. A definição das regras deste pleito foi marcada por um intenso debate público e audiências promovidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a participação ativa de movimentos sociais, representantes do governo,

entidades da sociedade civil, especialistas em tecnologia e acadêmicos. Ao todo, a Corte recebeu mais de 1.600 propostas de aperfeiçoamento, refletindo um esforço da sociedade para proteger a integridade do voto diante das novas ameaças digitais.

Dessa construção coletiva, resultaram 14 novas resoluções que buscam modernizar o processo eleitoral. O coração dessa mudança está na *Resolução nº*

23.755/2026, que altera regras cruciais sobre a propaganda eleitoral na internet.

Segundo análise da nota técnica produzida pelas organizações da sociedade civil, Artigo 19, Aláfia Lab e IRIS, o novo marco regulatório representa um esforço de adaptação às transformações tecnológicas recentes — especialmente o avanço da Inteligência Artificial e o papel central das plataformas digitais na circulação de informação política.

Premiação para cortar, editar e distorcer conteúdo virou festa, mas não pode mais

Uma das medidas mais celebradas foi a proibição dos “campeonatos de cortes”, que consiste em editar e viralizar pequenos trechos de conteúdos com fins político-eleitorais. O TSE proibiu a contratação de pessoas para publicações políticas em troca de prêmios baseados em engajamento. O objetivo é impedir a “terceirização remunerada” da viralização, garantindo que o apoio popular nas redes seja espontâneo, não comprado.

Pagar para um ataque à administração pública viralizar? Proibido!

Outro debate intenso girou em torno do impulsionamento de críticas. A minuta original permitia que pessoas físicas pagassem para alavancar críticas à Administração Pública já na pré-campanha. No entanto, especialistas e movimentos sociais apontaram que isso abriria uma brecha para a propaganda negativa indireta e para o espalhamento de desinformação sob o disfarce de opinião. O TSE decidiu não acolher a proposta, mantendo a proibição do uso de dinheiro para impulsionar ataques.

Com a ascensão de *chatbots* e conteúdos sintéticos, o TSE inseriu regras específicas para evitar que robôs se tornem “cabos eleitorais” ocultos. Empresas que ofertam sistemas de IA estão proibidas de ranquear ou priorizar

candidatos, mesmo que o usuário solicite, e os sistemas não podem emitir opiniões ou recomendar voto.

Deep Nudes: nem pensar!

Em um passo histórico contra a violência política de gênero, a Resolução proíbe explicitamente a criação de *Deep Nudes* (alterações audiovisuais com cenas de sexo ou nudez envolvendo candidaturas). A regra incentiva os provedores de IA a criarem mecanismos de bloqueio na fonte. A medida visa proteger especialmente as candidatas mulheres, alvos desproporcionais de ataques sexualizados que buscam desmoralizar sua atuação política.

Post removido? Plataforma deve comunicar e justificar

As novas regras introduzem elementos de “devido processo” na moderação de conteúdo. Plataformas não podem mais remover postagens sem justificativa: devem notificar o usuário sobre os motivos da exclusão e garantir o direito ao recurso dentro da própria plataforma.

Em favor da transparência, a atualização do Art. 3º-B obriga campanhas e pré-candidatos a alimentarem um repositório público com dados detalhados sobre conteúdos impulsionados. Esse escrutínio permite que eleitores e imprensa monitorem quem está financiando o alcance de determinadas mensagens em tempo real.

Universidades ajudarão na perícia digital

Estrategicamente, o TSE permitiu acordos com universidades para perícia digital. Essa cooperação científica amplia o acesso da Justiça Eleitoral a especialistas que podem identificar redes coordenadas de desinformação com agilidade, permitindo decisões judiciais tecnicamente fundamentadas e respeitando a *Lei Geral de Proteção de Dados* (LGPD).

As regras para as eleições de 2026 trazem um cenário inédito de controle tecnológico. É notável que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) endureceu o jogo contra o uso de conteúdos sintéticos, mas abriu frentes de debate sobre a clareza jurídica e o papel das plataformas digitais. Entenda os pontos centrais:

Se postou algo suspeito, terá de provar que não é falso nem ilícito

Inversão do ônus da prova: uma das mudanças mais polêmicas é a possibilidade de o juiz inverter o ônus da prova. Na prática, se houver acusação de que um conteúdo foi gerado por IA, não é quem acusa que precisa provar a fraude, mas sim quem postou que deve demonstrar a licitude e a veracidade do material. Embora bem-intencionada para combater manipulações difíceis de detectar, especialistas alertam para o uso abusivo de processos judiciais para desestabilizar ou paralisar a campanha adversária.

O TSE também alterou a forma como as redes sociais são responsabilizadas. Antes, as plataformas só respondiam por crimes se ignorassem uma ordem judicial. Com o novo Art. 9º-E, o cenário muda:

Responsabilidade solidária: em casos de risco (discurso de ódio, atos antidemocráticos ou violência política contra a mulher), os provedores devem remover o conteúdo imediatamente, sob risco de serem punidos junto com o infrator.

Conteúdos “espelho”: se um vídeo já foi derrubado por ordem judicial, a plataforma deve remover réplicas idênticas sem que o juiz precise emitir uma nova ordem para cada post.

Especialistas alertam para o efeito colateral do risco da “limpeza digital” indevida. Com medo de multas pesadas, as plataformas podem calibrar algoritmos para serem

extremamente restritivos, removendo críticas ácidas ou sátiras por receio de interpretação judicial negativa.

As redes sociais só removerão anúncios se o juiz mandar, a menos que sejam criminosos

No entanto, o Tribunal definiu que quatro temas são tão sensíveis que o “escudo” da ordem judicial cai por terra. Nesses casos, se a plataforma permitir o impulsionamento, ela pode ser punida imediatamente, mesmo sem um juiz mandar apagar. São as exceções críticas:

Desinformação sobre o sistema de votação: mentiras sobre as urnas ou o processo de contagem.

Incitação a crimes contra o Estado Democrático: discursos que pregam a derrubada das instituições.

Atos antidemocráticos: organização ou incentivo a movimentos que atentem contra a ordem.

Violência política contra a mulher: ataques sexistas, difamação de gênero ou intimidação de candidatas.

Robôs e contas fake: plataformas devem barrar

A Resolução regulamentou a remoção de contas inexistentes ou automatizadas. Se comprovado que o usuário é falso e pratica crimes eleitorais ou desinformação reiterada, a plataforma pode excluí-lo autonomamente. Persiste, porém, uma confusão terminológica entre “indisponibilização”, “remoção”, “exclusão” e “suspensão”, sem clareza se indicam punições momentâneas ou definitivas. Também há dúvida se a autonomia das plataformas para agir sem ordem judicial se restringe aos robôs ou se aplica a todos os casos de risco.

Apesar dos avanços, a nota técnica aponta que o TSE perdeu a oportunidade de incluir explicitamente a violência política contra pessoas LGBTQIA+ no rito de urgência. Ataques transfóbicos coordenados, como os vistos contra candidatas trans, podem não receber o mesmo tratamento imediato dado às mulheres cisgênero na redação atual.

Esta matéria foi escrita utilizando como fonte o documento “NOTA TÉCNICA - ELEIÇÕES 2026: Resolução 23.755/2026 do TSE e a propaganda eleitoral na internet”, de autoria da Artigo 19, Aláfia Lab e Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS).

DE OLHO NAS REGRAS!

Punições: Quem desrespeitar as normas eleitorais pode sofrer multas, responder a processos na Justiça Eleitoral e, em casos mais graves, até perder a candidatura.

Onde denunciar: Irregularidades ou crimes devem ser denunciados à Justiça Eleitoral:

- Juiz eleitoral
- Tribunal Regional Eleitoral (TRE)
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Crimes nas redes sociais:

Casos em plataformas como Instagram e Facebook também podem ser denunciados à Justiça Eleitoral; além disso, o conteúdo pode ser reportado na própria rede social, que pode removê-lo.

Localize os tribunais por Estado >> <https://www.tse.jus.br/institucional/justica-eleitoral/tres/tribunais-regionais>

Glossário para o eleitorado:

- **Conteúdo sintético:** qualquer imagem, áudio ou vídeo criado ou alterado por IA.
- **Responsabilidade solidária:** quando duas partes (usuário e plataforma) respondem juntas pelo mesmo erro.
- **Ônus da prova:** a obrigação de fornecer evidências para sustentar uma afirmação em um processo.

ALÉM DA IA: OUTRAS REGRAS DO TSE PARA 2026

Pacote do TSE reúne medidas sobre acessibilidade, combate à violência política e participação de grupos sub-representados.



Leia mais no site da revista.

ASSÉDIO ELEITORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: DO “VOTO DE CABRESTO” À ERA DIGITAL

« POR IGOR SOUSA GONÇALVES E
LUCIANA MARQUES COUTINHO

Qualquer prática de coação, intimidação, ameaça ou humilhação ligada a uma eleição, no local de trabalho ou em situações relacionadas a ele, deve ser denunciada

O proprietário de uma empresa, em reuniões no local de trabalho, passou a afirmar que o futuro do negócio e do setor dependia da vitória de um candidato específico. Houve ameaças de demissão por mensagens e em "lives" nas redes sociais, com promessas de "destruir a vida" de quem apoiasse outros políticos e de realizar cortes de pessoal logo após as eleições, caso o resultado não fosse o esperado. O patrão ofereceu transporte para os funcionários votarem, desde que fosse no candidato de sua preferência. **Processo TRT 3 ROPS 0010170-85.2023.5.03.0173**

Em outro caso, vídeos e imagens mostraram funcionários usando camisas fornecidas pela empresa com slogans políticos, além de discursos partidários feitos dentro do estabelecimento durante o horário de trabalho. **Processo TRT 3 ROT 0011163-18.2022.5.03.0027**

Uma associação exigiu que os trabalhadores votassem no candidato indicado e preenchessem fichas com nomes, números de título de eleitor e seções eleitorais. Cada trabalhador deveria fornecer, no mínimo, cinco nomes extras de pessoas que também votariam no candidato. Após uma denúncia anônima ao Ministério Público do Trabalho (MPT), duas funcionárias foram demitidas sob suspeita de terem feito a denúncia. **Processo TRT 2 ATOrd 1001209-96.2024.5.02.0314**

Funcionários de outra empresa participaram de reuniões sobre "expectativas de mercado". Os chefes afirmavam que, se determinado candidato vencesse, o Brasil "afundaria", a empresa fecharia as portas e todos perderiam seus empregos. **Processo TRT 12 - ROT 0000279-29.2023.5.12.0031**

Esses relatos ocorreram nos ciclos eleitorais de 2022 e 2024. Houve uma avalanche de casos do que hoje chamamos de "assédio eleitoral no trabalho",

praticado presencialmente ou por mídias sociais e canais corporativos.

Só em 2022, foram recebidas 3.145 denúncias de assédio eleitoral. Essas práticas se repetiram nas eleições municipais de 2024, ano em que o MPT recebeu 905 notícias de fato em todo o país.

O assédio eleitoral no trabalho é caracterizado por qualquer prática de coação, intimidação, ameaça ou humilhação ligada a uma eleição, no local de trabalho ou em situações relacionadas a ele. **Ver O Assédio Eleitoral no Trabalho no link >> <https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/?atuacao=coordigualdade&td=cartilhas>**

Esse conceito foi construído com base nas leis brasileiras e na *Convenção nº 190* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da eliminação da violência e do assédio no trabalho. Essa Convenção é o primeiro tratado internacional a reconhecer o assédio no trabalho como uma violação dos Direitos Humanos.

Um ponto importante: o assédio não precisa ser algo repetido. Pelas regras da Convenção 190, uma única ocorrência já é suficiente para caracterizar a irregularidade. Essa proteção é ampla e vale para trabalhadores com ou sem carteira assinada, estagiários, aprendizes e terceirizados.

Com base nesses regramentos, o Ministério Público do Trabalho tem atuado de forma enérgica para evitar e coibir o assédio eleitoral no trabalho. As denúncias têm sido analisadas com prioridade e urgência para se evitar danos mais severos à democracia brasileira.

Das 740 denúncias sem repetição que chegaram ao MPT em 2024, até o dia 15 de novembro daquele ano, foram expedidas 401 recomendações nos casos de indícios de irregularidades, com prazos, por vezes, fixados em horas para adequação.

No mesmo período, foram celebrados 49 termos de ajuste de conduta e

ajuizadas 30 ações civis públicas para corrigir as irregularidades e obter indenizações que foram revertidas para fundos e projetos sociais. Outra medida essencial foi a imposição aos empregadores irregulares de ordem de retratação, pelo mesmo meio em que veiculada a ilicitude, nos moldes do direito de resposta previsto na *lei n. 13.188/2015*, com ampla divulgação entre os trabalhadores envolvidos.

Também foram recebidas denúncias de retaliações de trabalhadores sofridas durante e após as eleições, por não terem seguido as orientações políticas dos seus empregadores, o que motivou investigações e atuações judiciais contra dispensas e outras medidas abusivas.

Em 2024, muitas denúncias envolveram administradores públicos e prefeitos por condutas contra servidores e trabalhadores terceirizados. A cooperação do MPT com outros órgãos, como o Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral, permitiu que empresários e candidatos fossem punidos também nas esferas eleitoral e penal.

Recentemente, o Tribunal Superior Eleitoral, acolhendo sugestão apresentada pelo Ministério Público do Trabalho editou importante Resolução (*Resolução nº 23.755*, que teve relatoria do ministro do TSE Nunes Marques, incluindo o art. 19, §2º-A à *Resolução nº 23.610/2019* do TSE) prevendo, de forma expressa, a vedação de propaganda eleitoral ou o assédio eleitoral em ambiente de trabalho público ou privado. Essa conquista, por certo, fortalecerá o enfrentamento ao assédio eleitoral, com a responsabilização de todos os envolvidos, não só os empregadores, mas também candidaturas eventualmente envolvidas.

Combater o assédio eleitoral é essencial para evitar a instituição de "curral eleitoral moderno", com práticas revividas que remetem ao antigo voto de cabresto. A liberdade de consciência política é um limite intransponível ao poder diretivo do empregador. Proteger esse limite é proteger a dignidade das trabalhadoras e dos trabalhadores e a própria democracia.

❧ **Igor Sousa Gonçalves** é procurador do Trabalho e coordenador nacional da Coordigualdade.

❧ **Luciana Marques Coutinho** é procuradora Regional do Trabalho e vice-coordenadora Nacional da Coordigualdade.

SOBRE A EDUCAÇÃO CIDADÃ NAS CASAS LEGISLATIVAS

Escolas surgiram dentro de parlamentos no início da década de 1990 e atuam como espaços de formação sobre o sistema político brasileiro

POR ÂNGELA DAMASCENO

[...] uma democracia plena exige não apenas eleições livres e competitivas, mas também oportunidades reais de participação, pluralismo político e acesso à informação.

Robert A. Dahl

São vários os tipos de democracia e sua prática vai além da escolha do voto em processos eleitorais. A relação entre democracia e eleições representa uma das principais formas de participação, pois é por meio do voto que os cidadãos escolhem seus representantes e legitimam o exercício do poder político e a execução do modelo de desenvolvimento amparado pelo poder legislativo. A qualidade do processo eleitoral estará diretamente vinculada ao nível de informação política e da capacidade crítica dos eleitores.

Observando o território brasileiro, a análise crítica precisa considerar a trajetória histórica que estruturou o governo republicano e as formas de participação popular no exercício democrático, destacando que, em que pese, os quinhentos anos de existência relatados na história oficial, a ausência de registros públicos dos modos de vida dos povos originários e o apagamento histórico das origens étnicas dos povos africanos escravizados e objetificados por quase quatrocentos anos demonstram que o modelo de desenvolvimento definido para este país priorizou interesses externos.

Segundo o Mapa do Analfabetismo no Brasil, até a década de 1960, mais de 50% da população brasileira não era escolarizada. Acrescenta-se a esse dado as precárias condições de acesso aos serviços sociais, aos direitos civis e às infraestruturas básicas que garantem condições de cidadania e, assim, nesse cenário, observa-se a manutenção da centralização dos processos decisórios nas mãos de uma elite econômica, masculina e branca.

Ora, mesmo com o passar dos anos, os avanços tecnológicos e as lutas por conquistas de direitos não foram suficientes para desconfigurar a desigualdade social que ainda adjetiva o país. Num contexto marcado pela circulação intensa de informações e pela crescente complexidade dos processos políticos, a educação legislativa torna-se uma ferramenta fundamental para viabilizar uma participação política plural, mais consciente e informada, que mantenha ativa busca pelo bem comum como compromisso da esfera pública.

Ainda que seja representativa, a democracia antevê que haja reconhecimento dos povos e seus modos de vida, do respeito e da inclusão de pessoas que representem



a diversidade de seu povo, além da ocupação de espaços de poder, com capacidade decisória. Para o filósofo italiano Norberto Bobbio, a democracia depende não apenas de regras institucionais, mas também de uma cultura política baseada na participação, na transparência e no debate público. Dessa forma, eleições realizadas em contextos de baixa educação política podem resultar em escolhas pouco informadas ou suscetíveis à influência de desinformação e manipulação política.

Na perspectiva de estreitar as relações entre o poder público e a sociedade civil e, ainda, contribuir para a qualificação dos saberes dos legisladores e seu corpo técnico, a educação cidadã surge e ganha expressão a partir das escolas do legislativo. Essas escolas surgiram no início da década de 1990 e atuam como espaços de formação que contribuem para o fortalecimento da participação, estimulando o debate público, o pluralismo de ideias, o acesso à informação, o controle social e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Para o educador brasileiro Paulo Freire, a educação deve promover a



Oficinas formativas do Parlamento Jovem na Câmara Municipal de Salvador, promovendo participação cidadã e formação política entre os estudantes.

Foto: acervo da Escola do Legislativo Pericles Gusmão Régis.

Ilustração: Freepik/
Magnific.com



conscientização crítica dos sujeitos sobre a realidade social, permitindo que se tornem protagonistas na transformação da sociedade. Nessa direção, a formação política e social dos indivíduos estimula a responsabilidade coletiva e o compromisso com o bem comum, integrando o conjunto de processos educativos voltados à educação cidadã.

Nesse cenário, iniciativas de formação política e cidadã promovidas por instituições públicas, sobretudo legislativas, têm se consolidado como importantes instrumentos de educação política, aproximando a sociedade das instituições representativas e contribuindo para a qualificação do debate público.

Diversas assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais

criaram suas próprias escolas do legislativo, a exemplo podem ser citadas: a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de MG (primeira a ser criada) e a Escola do Legislativo Péricles Gusmão Régis, da Câmara Municipal de Salvador/BA, entre outras. Das iniciativas mais relevantes promovidas por essas escolas, destacam-se programas de parlamento jovem, cursos de formação política para estudantes, projetos de simulação legislativa e atividades de educação para a cidadania. Essas ações aproximam a sociedade das instituições políticas e contribuem para o fortalecimento da cultura democrática, da cultura de participação e da formação de novas lideranças.

“Das iniciativas mais relevantes promovidas por essas escolas, destacam-se programas de parlamento jovem, cursos de formação política para estudantes, projetos de simulação legislativa e atividades de educação para a cidadania.”

Como discutido pela autora Maria da Glória Gonh, a participação constitui um dos pilares fundamentais das sociedades democráticas, pois expressa a capacidade dos cidadãos de intervir nos processos políticos e influenciar as decisões que afetam a vida coletiva. Nesse contexto, a educação cidadã desempenha um papel estratégico ao promover a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres.

A partir dessas reflexões e analisando a relação entre participação social, democracia e educação cidadã, é possível vincular o êxito do processo eleitoral, no tocante à composição plural de plenários legislativos de diferentes escalas, à necessidade de ocupação dos cargos na esfera pública por representantes que mantenham qualificação contínua de seus saberes, escuta ativa da população e exercitem a grafia de propostas que extrapolem seus projetos pessoais, garantindo acessos aos direitos e serviços, com dignidade e cidadania.

“ Ângela Damasceno é cientista social, doutora em sociologia, assessora parlamentar e pesquisadora.



NÃO ACREDITE EM TUDO QUE VOCÊ VÊ

❖ POR VINICIUS SOUZA

Fake news políticas criadas com auxílio da Inteligência Artificial são indistinguíveis da realidade e vão enganar muitos eleitores

Na política, a capacidade de manipular o real por meio das imagens existe desde que existe política. Para não falar de imagens de faraós e reis babilônicos, podemos citar um clássico brasileiro, o quadro “Independência ou Morte”, de Pedro Américo. Pintada 66 anos após o fato por encomenda do filho de D. Pedro I, a obra mostra uma idealização do momento, com o povo trabalhador descalço vendo a Guarda Real em montarias magníficas e roupas impecáveis erguendo suas espadas junto com o imperador e sua comitiva política, que saúda com os chapéus em punho. Na realidade, D. Pedro voltava da casa da amante, a marquesa de Santos, provavelmente montado em um burrico e, dizem, parou à margem do córrego do Ipiranga para “se aliviar” de uma emergência intestinal.

Com o advento da fotografia, a manipulação sobre fatos e a criação de informações imagéticas falsas avançou na sociedade. Afinal, diferentemente de uma pintura, sempre reconhecida como uma representação de algo que pode ou não ser verdadeiro, a fotografia, para os leigos, seria uma testemunha fria e imparcial da realidade. Nada mais equivocado. Produtores de imagens técnicas, como fotógrafos e cinegrafistas, sempre souberam da capacidade de manipulação do real para a construção de mensagens visuais que podem criar novos significados ou até refutar fatos registrados.

A manipulação política com finalidade eleitoral, com imagens distorcidas de fatos, esteve presente muito antes da invenção do termo *fake news*, pelo menos desde o início do século XX.

Em seu ensaio clássico *A Mensagem Fotográfica*, de 1961, o semiólogo francês Roland Barthes cita diversos “processos de

conotação fotográfica”, quando o autor da imagem “força” o seu entendimento num determinado sentido. Entre esses processos está a fusão ou trucagem de duas fotografias criando uma terceira imagem com outro significado. Como exemplo, ele mostra a trucagem de duas fotos diferentes, uma do senador democrata estadunidense Millard Tydings e outra do líder comunista Earl Browder, reunidas em uma única imagem publicada em 300 mil exemplares de um tabloide em 1950 por iniciativa do senador republicano Joseph McCarthy. A montagem, associada à propagação do medo anticomunista, custou ao democrata a reeleição para a cadeira que ocupava há 24 anos. Essa história inclusive é contada no site oficial do Senado estadunidense.

Com a introdução da inteligência artificial, os sistemas buscam em trilhões de arquivos de imagens, sons e informações as que podem ser fundidas para se produzir “realidades” que de fato nunca existiram. Além de juntar Tydings e Browder, a IA pode fazê-los se beijar e valsar ao som de uma música muito parecida com as composições de Rich.

DO PHOTOSHOP ÀS DEEPPAKES

Com a digitalização da imprensa e a popularização dos computadores, o “retoque” de fotografias para chegar à “perfeição” se tornou lugar comum. Softwares de edição de imagens, como o Adobe Photoshop, permitem fazer em fotos digitalizadas ou nativamente digitais muito mais do que era possível no antigo laboratório fotográfico. No computador, fundir fotos e elementos, como no exemplo acima, pode ser feito em questão de segundos, assim como multiplicar as pessoas em uma foto de manifestação. A disseminação de seu uso foi tanta que premiações

A esquerda, reprodução da pintura de Pedro Américo *Independência ou Morte*: A primeira Fake News oficial do Brasil?

de fotojornalismo tiveram que rever critérios e desclassificar imagens com uso exagerado de edição digital. Um exemplo foi a revogação em 2013 da premiação à fotojornalista Tracy Woodward, do jornal estadunidense *Washington Post*, que teve de devolver o prêmio "*Eyes of History*", da White House News Photographers Association, porque apagou o juiz mal-enquadrado ao fundo da imagem feita de uma luta greco-romana.

Os dois exemplos anteriores, assim como a hipotética foto de manifestação, são considerados *fake news*, mas a natureza da falsidade é diferente. Enquanto a imagem do senador com o líder comunista foi produzida para mudar uma eleição, a foto da luta foi modificada "apenas" para ficar mais "bonita". De fato, existem diferenças entre os modos de *fake news* presentes na imprensa hoje e a intenção da manipulação é o fator mais importante.

Segundo Hossein Derakhshan e Claire Wardle, na obra *Entendendo e combatendo o ecossistema da desinformação*, as *fake news* são "transtornos de informação no ecossistema da comunicação" e podem ser classificadas em três categorias:

1 – Misinformation. Informação errada, que pode não ser intencional e não é feita para causar danos, por exemplo, um erro de tradução ou o apagamento do juiz na foto da luta.

2 – Malinformation. Informação maliciosa, baseada na realidade e difundida intencionalmente para causar prejuízos

ou beneficiar pessoas, organizações, etc., como a manifestação que aumentou o número de manifestantes.

3 – Disinformation. Desinformação, esta sim deliberadamente inventada, muitas vezes sem qualquer base na realidade ou distorcendo totalmente um fato, com o intuito de atacar ou beneficiar pessoas, grupos ou instituições de modo a obter vantagens políticas, financeiras ou de status. Apesar de ambos terem existido na mesma época e país, o senador Millard Tydings diz nunca ter encontrado pessoalmente Earl Browder.

Quando a falsidade é muito exagerada, o observador pode até desconfiar, mas, se for bem feita, ela se torna indistinguível da realidade factual. E isso já aconteceu nas eleições de 2022, quando, em setembro daquele ano, circulou na internet a falsificação de uma notícia do Jornal Nacional sobre a primeira pesquisa com intenções de voto para presidente patrocinada pela Globo e realizada pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica). No vídeo original, a apresentadora Renata Vasconcelos anuncia a pesquisa e em seguida apresenta um gráfico com os números de cada candidato. Mas quando a notícia é usada na rede, os dados do gráfico são distorcidos e os resultados aparecem invertidos, com o segundo colocado aparecendo em primeiro lugar. Além da mudança na imagem, feita por IA, uma voz muito semelhante à de Vasconcelos narra os números trocados, tornando a *deepfake* ainda mais credível.

Se esse nível de manipulação de vídeo e áudio já estava disponível em 2022, imagine depois de quatro anos de IAs generativas, que "aprendem" com cada

usuário que pede a criação de novas imagens, áudios e vídeos. E a briga é pesada.

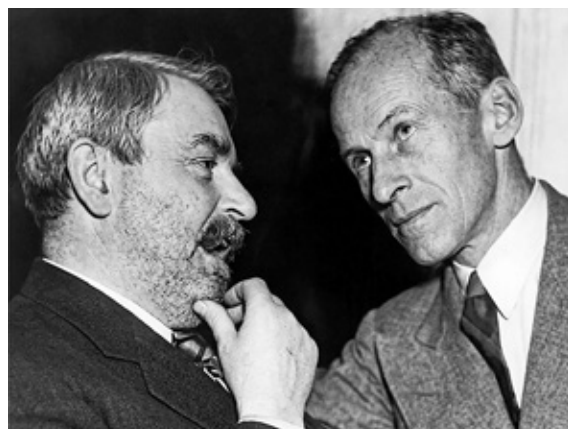
Os softwares "padrão de mercado" em edição de foto (Photoshop) e vídeo (Firefly Video Model), da estadunidense Adobe, já trazem as ferramentas de IA próprias embutidas em suas novas versões. O Canva, que há anos vem oferecendo versões gratuitas online de um excelente pacote integrado de geração e edição de vídeos, imagens e apresentações, também já vem com IA nativa integrada. Isso sem falar nas próprias redes sociais, como o Gemini, da Google (proprietária do YouTube), o Grok AI, do X (antigo Twitter), e a Meta IA, dos donos do Facebook, Instagram e WhatsApp.

Entre as chinesas, os mesmos criadores do Tik Tok (ByteDance) têm o Doubao, o Alibaba tem o Qwen e a plataforma de vídeo Kwai tem o Kling AI. Além desses, merecem destaque o estadunidense Chat GPT e o chinês DeepSeek, que disputam o topo dos mercados acadêmico e corporativo (e também o consumo de água, energia e chips).

Se é impossível, ou quase, distinguir a "realidade" do *fake*, como navegar no tempestuoso mar de informação e desinformação? A primeira dica, sempre, é buscar notícias em fontes realmente confiáveis, o que exclui seu tio que faz piada sem graça no churrasco. Outra possibilidade é checar o material com detectores de IA em vídeos e imagens paradas como o Deepware, o Hive Moderation ou a própria IA do Google, a Gemini, que também oferece essa função. Olho vivo e boa sorte na eleição!

« Vinicius Souza é fotojornalista na *Media-
quatro.com*, escritor e professor na Unifesp

Montagem do autor a partir de imagens disponíveis em: <http://www.earthwidemoth.com/blog/2005/09/06/barthes-the-photo/>. Acesso em: 27 mar. 2026.



QUER SABER MAIS?



Vinicius Souza é autor de "*Quer que desenhe? Imagens, fake news e mudança no modo de Pensamento*", Editora Casa Flutuante/CELACC USP.



A VOZ DAS PERIFERIAS NO GRITO DOS EXCLUÍDOS E EXCLUÍDAS

Ana Paula Oliveira, mãe de Jonatha, jovem negro morto por um policial militar em 2014, e cofundadora do Movimento Mães de Manguinhos, participa do Grito dos Excluídos e Excluídas na região central da cidade. Rio de Janeiro (RJ), 07/09/2025.

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil.

POR ALINE BAKER

O Grito dos Excluídos e Excluídas transformou o 7 de Setembro, tradicionalmente dedicado às celebrações da independência, em um espaço de mobilização popular, reflexão e defesa da justiça social. Realizado uma vez por ano, o movimento se consolidou como um processo permanente de denúncia das desigualdades e de construção da participação cidadã.

A iniciativa surgiu a partir dos debates da 2ª Semana Social Brasileira, realizada pela CNBB em 1993 e 1994, sob o tema “Brasil, alternativas e protagonistas”. Inspirado também pela Campanha da Fraternidade de 1995, o primeiro Grito Oficial aconteceu em 7 de setembro daquele ano, com o lema “A vida em primeiro lugar”, mobilizando

170 localidades e unindo-se, em Aparecida (SP), à tradicional Romaria dos Trabalhadores.

Ao escolher a data da Independência, o movimento propõe um contraponto à narrativa oficial da história brasileira, dando visibilidade às reivindicações de trabalhadores, populações periféricas, sem-terra, sem-teto e outros grupos historicamente excluídos. Um marco precursor dessa mobilização foi o “Clamor dos sem-teto”, realizado em 1993, em Montes Claros (MG), quando famílias ocuparam as ruas durante o desfile cívico para reivindicar moradia digna.

Desde 1996, o Grito integra a dimensão sociotransformadora da CNBB e se organiza de forma horizontal, por meio de uma ampla rede formada por pas-
torais sociais e movimentos populares,

como o MST e a Central dos Movimentos Populares. Presente nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, a mobilização alcança anualmente entre 100 e 200 cidades, mantendo seu caráter ecumênico, plural e democrático.

Ao completar 30 anos, o movimento ampliou sua atuação com o chamado “Dia D”, promovendo ações no dia 7 de cada mês para manter viva a mobilização. Seu objetivo continua sendo fortalecer o protagonismo dos próprios excluídos na defesa de seus direitos. Ao questionar os padrões de independência e exigir uma nova ordem social, o movimento reafirma que a verdadeira soberania só existe quando a dignidade humana é prioridade absoluta. E este é um princípio da *Revista Casa Comum*, que integra a articulação do Grito.



ALDEAR A POLÍTICA, DO TERRITÓRIO AO CONGRESSO

No Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) participou de sessão solene em homenagem à 22ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), Brasília, 07/04/2024.

Foto: Marcio Vilela/Funai.

O cenário político brasileiro em 2026 marca um amadurecimento sem precedentes da representatividade originária nos espaços de decisão e no processo eleitoral. O que antes poderia ser visto apenas como ativismo de base consolidou-se no conceito de 'Aldear a Política': um movimento de mobilização que busca levar os modos de vida, os saberes e as visões de mundo que sustentam a vida para dentro do centro do poder, transformando o modo de legislar a partir da ancestralidade e da proteção ambiental.

O conceito de "Aldear a Política" transcende a simples disputa por cargos, configurando-se como uma estratégia de sobrevivência e poder de decisão. Originado em 2017 e formalizado pela APIB em 2020 para combater a sub-representação histórica na política, o movimento entende que a crise climática e democrática exige o protagonismo indígena direto nas instituições. Aldear significa "reflorestar as mentes" e ocupar o Estado com uma visão de mundo que coloca a vida, as águas e as florestas no centro das decisões, retirando a pauta ambiental da propaganda e levando-a para a prática governamental.

Não se trata apenas de ocupar espaços de fala, mas de disputar os rumos do país para interromper o "genocídio legislado". Esse termo, cunhado no manifesto da APIB, denuncia como o Congresso Nacional, muitas vezes capturado por interesses do agronegócio e da mineração, utiliza a criação de leis e manobras jurídicas para rasgar a Constituição de 1988 e avançar sobre os direitos territoriais. Para o movimento, o genocídio não ocorre apenas por meio da violência física, mas também por intermédio de canetas e votos parlamentares que

buscam institucionalizar o apagamento dos povos originários e a destruição de seus modos de vida.

Diferentemente de uma campanha eleitoral convencional, o Aldear a Política atua como uma rede de ocupação institucional. Seu principal braço legislativo é a Bancada do Cocar, fortalecida em 2022 após anos de mobilização e formação política. Naquele ano, o movimento lançou 30 candidaturas que somaram mais de meio milhão de votos, resultando na eleição de lideranças indígenas como Sônia Guajajara (PSOL-SP) e Célia Xakriabá (PSOL-MG), que, ao lado de Juliana Cardoso (PT-SP), defendem os direitos territoriais no Congresso. Para as próximas eleições, a estratégia é ampliar a presença indígena no Senado e nas Assembleias Estaduais, com mandatos vinculados aos territórios e às comunidades que representam.

Para o movimento, cada voto em 2026 representa uma ferramenta de futuro e de resistência contra parlamentos capturados por interesses do agronegócio e da mineração. A proposta é fortalecer candidaturas comprometidas com os direitos dos povos indígenas, ampliando sua capacidade de enfrentar interesses que historicamente ameaçam seus territórios. Nesse sentido, o Aldear a Política busca reafirmar que não existe agenda climática ou democracia plena no Brasil sem o protagonismo político dos povos originários.

Aprofunde o debate: Leia o manifesto completo do movimento Aldear a Política neste link >> https://apiboficial.org/files/2025/10/Campanha-Ind%C3%ADgena_-Nota-de-posicionamento_APIB.pdf



PROJETOS EM AVANÇO ACELERADO AMEAÇAM DIREITOS E TERRITÓRIOS

A advogada Magnólia Azevedo Said aponta uma série de projetos em tramitação no Congresso que exigem atenção e mobilização social por representarem possíveis retrocessos em direitos sociais, ambientais e territoriais

POR MAGNÓLIA AZEVEDO SAID

Povos indígenas de centenas de etnias, do Acampamento Terra Livre, decretam emergência climática e fazem marcha na Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional contra o Marco Temporal.

Foto Valter Campanato/Agência Brasil.

O avanço de propostas no Congresso Nacional, algumas de forma acelerada, que preocupam movimentos importantes da população brasileira, deve servir de alerta para o risco de aprovação de leis que representem retrocessos para a democracia, os direitos territoriais, o meio ambiente e as políticas de proteção social.

A seção “Agenda de Pressão” reúne projetos e iniciativas considerados prioritários por organizações que atuam na defesa dos direitos humanos, ambientais, indígenas, quilombolas e das mulheres. Nesta edição, eles são projetos apontados pela advogada agrarista, feminista e educadora popular Magnólia Azevedo Said, diretora do Esplar e coordenadora da Rede Jubileu Sul Brasil, a começar pelas implicações para as populações indígenas do chamado Marco Temporal, se não for barrado por inconstitucionalidade, e ao perigo de criminalização de movimentos sociais, flexibilização do licenciamento ambiental, ampliação da mineração predatória, entre outras ameaças.

Ela alerta para projetos que ampliam restrições ao aborto legal, flexibilizam regras para compra de terras por grupos estrangeiros e favorecem intervenções em áreas de preservação permanente. São medidas que podem ampliar conflitos fundiários, enfraquecer direitos constitucionais e aprofundar desigualdades sociais, ambientais e territoriais.

Além dos projetos já em tramitação, movimentos sociais denunciam a existência de um pacote de iniciativas antidemarcação voltadas à suspensão de atos de reconhecimento e homologação de terras indígenas e quilombolas, com possibilidade de aceleração das votações no período eleitoral.

CONFIRA ABAIXO OS PROJETOS LISTADOS.

A análise completa de Magnólia Azevedo Said para a “Agenda de Pressão” pode ser lida no site da Revista Casa Comum



Leia mais
no site da
revista.

Lei 14.701/2023 – O PL dispõe sobre reconhecimento, demarcação, uso e gestão de terras indígenas. É o que conhecemos como Marco Temporal. Além de contrariar a CF/88, ele contribui para aumentar os conflitos nos territórios, aumento da violência, disputa por terras, dificuldade de demarcação de novos territórios, etnocídio, perda de direitos originários, aumento da crise climática em função da utilização predatória dos territórios. A solução de conflitos relacionados à demarcação é fundamental, porque é o direito ao território que garante a reestruturação das comunidades indígenas e a reparação histórica. Dela decorre uma outra questão: quando um povo não tem território reconhecido, as consequências recaem para a parte mais vulnerável, que são as mulheres. Portanto, a luta pela demarcação tem um valor ainda maior por ser uma pauta de gênero e de defesa das mulheres indígenas. Se o Estado brasileiro tivesse essa compreensão, o sistema de Justiça e de proteção às mulheres estaria melhor formatado.

PL 149/2003 – Altera o Código Penal para tipificar o crime de terrorismo, estabelecendo definições e sanções específicas para condutas consideradas terroristas, com o objetivo de reforçar o arcabouço legal de combate a atos que atentem contra a ordem pública e a segurança nacional.

As organizações da sociedade civil e de direitos humanos alertam para o risco de criminalização indevida de manifestações sociais, visto o contexto brasileiro de conflitos agrários e protestos populares. Há muitos interesses envolvidos, em

especial de empresas do agronegócio. A inclusão de ocupações de terra como possíveis atos de terrorismo reforça essa preocupação, entendendo que ela se configura como uma ameaça ao direito de protestar e à atuação de movimentos, como o MST e o indígena.

PL 2.159/2021 – Conhecido como PL da Devastação, cria a lei Geral do Licenciamento Ambiental, estabelecendo normas gerais para o licenciamento ambiental no Brasil, unifica regras para



**Marcha da Juventude Campesina,
17/10/2023 – Brasília (DF).**

Foto: Gian Martins/Mídia NINJA.



Fogo na Reserva
Extrativista Chico Mendes.

Foto: Katie Maehler/Mídia NINJA.

autorizar obras e atividades com impacto ambiental, alterando o atual modelo. O agronegócio e a indústria argumentam que ele trará mais agilidade e segurança jurídica para investimentos. A maioria dos empreendimentos ficará isenta de licença e de estudos de impacto ambiental, beneficiando empresas e socializando prejuízos ambientais, sociais e para a saúde. Será o fim do Licenciamento prévio. Terras indígenas e quilombolas só serão consideradas para fins de licenciamento se estiverem homologadas e tituladas. Isso deixa desprotegidas 32% de terras indígenas e 92% de territórios quilombolas.

PL 2.963/2019 – Regulamenta a compra, o arrendamento e a posse de terras por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras no Brasil. Visa flexibilizar as regras atuais, facilitando o investimento estrangeiro no agronegócio, embora limite a área por município e proíba a compra em faixas de fronteira. Para o Observatório do Clima, esse tipo de projeto acaba com direitos indígenas e quilombolas, legaliza a grilagem de terras e destrói o Código Florestal, além de reverter os instrumentos que permitiram o controle do desmatamento nos últimos

“Alguns projetos podem ser votados ainda neste ano e representam riscos à proteção do meio ambiente e à vida das populações.”

três anos. Teme-se, ainda, riscos à soberania nacional, à segurança alimentar, uma vez que irá impactar os preços dos alimentos e ao meio ambiente.

PL 2.168/2021 – Pretende alterar o Código Florestal, de modo a ampliar a possibilidade de intervenção em áreas de preservação permanente, permitindo a construção de barramentos e reservatórios voltados à expansão da irrigação do agronegócio.

Trata-se de uma evidente flexibilização das normas ambientais, para atender aos interesses do agronegócio. Essas áreas desempenham papel fundamental na proteção de recursos naturais como água, solo, manutenção de biodiversidade e garantia de equilíbrio ecológico.

PL 1.904/2024 – Conhecido como PL do Estupro, equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação a crime

de homicídio simples (pena de 6 a 20 anos), mesmo em casos de estupro, o que pode superar a pena do estuprador. Ele intensifica a restrição aos direitos reprodutivos. Para os movimentos de mulheres, o crime de estupro é uma violência de gênero que atinge a dignidade de meninas e mulheres em todo o mundo e cuja ocorrência de gestação nesses casos, sem acesso ao direito ao aborto amparado por Lei desde 1940, equipara-se a uma forma de tortura, ao obrigar uma menina ou mulher a prosseguir com uma gravidez que não deseja.

PDL 169/2024 – Projeto de Decreto Legislativo de Sustação. Ele suspende o Decreto e a Portaria que dispõem sobre igualdade salarial e critérios remuneratórios entre mulheres e homens.

PL 2.564/2025 – Teve regime de Urgência aprovado na Câmara Federal, em

março de 2026. Altera a Lei de Crimes Ambientais, impondo limitações ao exercício do poder de polícia ambiental pelos órgãos públicos, colocando em risco ações de combate ao desmatamento e ao garimpo ilegal, podendo barrar até 70% das ações do Ibama. Veda a imposição de bloqueios por parte desse órgão ou de outros órgãos ambientais, de proprietários rurais, baseados exclusivamente em monitoramento remoto, como imagens de satélite. Determina a notificação do infrator antes de ser multado ou de ter a área embargada.

Lei 12.651/2012 – Flexibiliza a Constituição Federal, reduzindo as salvaguardas para a vegetação nativa e ecossistemas sensíveis, além da ampliação de mecanismos de autorização simplificada.

PEC 3/2022 – Altera a gestão dos terrenos da Marinha, permitindo a venda e transferência dessas áreas para ocupantes particulares e governos municipais/estaduais. Retira a propriedade exclusiva da União sobre os terrenos da Marinha, o que irá resultar na privatização

das praias. Está no Senado, tendo como relator Flávio Bolsonaro (Bloco Parlamentar Vanguarda – PL).

PL 510/2021 e PL 2.633/2020 – Flexibilizam as normas sobre regularização fundiária, contribuindo para a impunidade e a consolidação da grilagem. Dispensa a vistoria prévia.

PL 3.686/2023 – Declara como de utilidade pública o represamento de cursos de águas para uso agropecuário. O projeto contribui para o risco de desmatamento e degradação de recursos hídricos. Já que considera a questão como de utilidade pública, facilitará intervenções em áreas de preservação permanente. Ele também incentiva a conversão de áreas nativas para represas, impactando ecossistemas sensíveis. Enfraquece o Código Florestal, uma vez que facilita a supressão de vegetação nativa próximo a cursos d' água.

PL 1.942/2022 – Apresentado pela Mesa Diretora da Câmara Federal. Institui o Marco Temporal para a titulação de territórios quilombolas. Aguarda parecer

do relator na Comissão de Direitos Humanos. A exigência de que a comunidade estivesse ocupando a terra na data da Promulgação da CF é o ponto mais sensível, pois muitas comunidades foram expulsas de suas terras, retornando posteriormente. O Projeto propõe que a autoatribuição não exclua a verificação pelo Estado, o que pode aumentar a burocracia. A proposta enfraquece o direito à terra, abrindo brechas para conflitos fundiários e anulando processos de titulação em andamento.

Existe em curso um pacote antidemarcação, composto de dezenas de Projetos de Decreto Legislativo, voltados para a sustação de atos de demarcação e homologação de terras indígenas. Trata-se de um grande perigo a rondar os povos indígenas e quilombolas, pois esses projetos tendem a ter sua votação acelerada, em função do período eleitoral.

 **Magnólia Azevedo Said** – Advogada agrarista, feminista e educadora popular, diretora do Esplar e da Coordenação da Rede Jubileu Sul Brasil.



Manifestação contra
PL do Estupro – Rio de Janeiro
Foto: #NiUnaMenos/Mídia NINJA.



Ilustração: Freepik – Magnific.com

POLÍTICA É COISA DE CRIANÇA

Processos de escuta e participação infantil mobilizam amplas articulações em rede e influenciam políticas públicas em todo o Brasil

POR BEATRIZ CRUZ E LORENZO ALDÉ

“Como é que eu vou perguntar a uma criança bem pequena o que ela pensa sobre política pública?”

Embora seja um direito assegurado por lei, implementar a participação infantil na elaboração de políticas públicas ainda é um desafio. “Converse com ela, brinque com ela. Durante as suas

interações, registre uma palavra-chave ou observe um desenho”, responde a professora Elisangela Mercado, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), ao exemplificar o tipo de conversa que ajudou a conduzir ao longo dos 14 meses de diagnóstico da situação da primeira infância no estado, que contou com a participação de 759 crianças (além de 429 adultos). O resultado? A promulgação do Plano Estadual pela Primeira Infância (PEPI) de Alagoas.

No assentamento rural de Atalaia, elas se sentaram em círculos, brincaram e conversaram. “O que mais gosto: igreja do Vô da Manu porque é azul, minha cor preferida. O que menos gosto: casa cheia de mosca porque tinha lixo e água parada com mau cheiro”, disse Letícia, de 5 anos. Os 92 adultos que promoveram as atividades participativas em todo o estado, profissionais das áreas de Educação, Assistência Social e Saúde, tiveram curso de formação para adequar

os momentos de escuta de acordo com a idade e a condição social das crianças. Teve “eleição” de prefeito e governador, perguntas instigadoras como “O que você quer que todas as crianças tenham?”, brincadeira de ser “repórter” entrevistando outras crianças, passeios pelo bairro, visitas a exposições, atividades de faz de conta, dramatizações, construção de maquetes e muitos registros – em cartazes, desenhos e pinturas, vídeos e fotografias.

Para espelhar a diversidade de infâncias existentes, foram promovidas escutas junto a comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e com crianças refugiadas, abrigadas, vítimas de violência, em situação de rua e com deficiências, em 30 municípios. “A escuta atenta das diversas infâncias permite ao gestor público um atendimento ao preceito constitucional da criança como prioridade absoluta e construir políticas públicas equitativas, atendendo às reais necessidades e aos interesses das pessoas. É pelo olhar das crianças que temos a dimensão das vulnerabilidades, para planejar de forma adequada uma cidade sustentável, segura e acolhedora, que considera a humanidade como um bem maior”, explica Elisângela, que integra a Rede Estadual Primeira Infância de Alagoas (REPI-AL).

“Nosso desafio não era apenas trazer a fala da criança, mas pensar em como ela poderia representar uma proposta de ação estratégica para o PEPI, em diálogo com as audiências públicas feitas com os adultos.”

Ao final do processo, foram levadas em consideração contribuições das crianças relativas a serviços de saúde, saneamento e água potável, exposição a drogas lícitas e ilícitas, entre outras – os temas mais mencionados foram educação/escola, natureza/meio ambiente e moradia/abrigo. “Foi difícil selecionar o que colocar no Plano, que já estava com mais de 100 páginas e ainda surgia coisa interessante”.

A FORÇA DAS REDES

A elaboração do PEPI com participação infantil não é um raio no céu azul de Alagoas, mas fruto de diferentes movimentos em rede que vêm se consolidando e contribuindo com políticas públicas representativas e ancoradas nos anseios reais da população. A REPI Alagoas, que liderou o processo do Plano Estadual, está vinculada à Rede Nacional Primeira

Infância (RNPI), fundada em 2007 e atualmente composta de mais de 200 instituições de todas as regiões do país. A RNPI teve papel fundamental na aprovação do *Marco Legal da Primeira Infância* (lei nº 13.257/2016), primeira legislação federal consolidando as políticas para essa faixa etária. Para Vital Didonet, que integra a secretaria executiva da rede, a legislação trouxe um avanço decisivo ao estabelecer que a criança não é apenas destinatária das políticas, mas protagonista na sua construção: “A participação das crianças precisa ser entendida como parte estruturante da democracia. Não se trata de um gesto simbólico, mas de um compromisso ético e político com a escuta das infâncias”.

Em 2025, nova conquista: a promulgação da Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNPI), que prevê a articulação de políticas intersetoriais. Em parceria com a Subsecretaria da PNPI no MEC, a RNPI vem contribuindo para instruir os municípios a desenvolverem ou atualizarem seus Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI) à luz da nova política.

Outra rede que merece atenção é a Urban95, iniciativa internacional da Fundação Van Leer, conduzida no Brasil pelo CECIP Centro de Criação de Imagem Popular: são mais de 70 municípios comprometidos em colocar em prática políticas públicas voltadas à

primeira infância. Gestores e técnicos são provocados com a seguinte pergunta: “Se você vivesse a uma altura de 95 cm – a média de uma criança de 3 anos –, como seria a sua cidade?”. A partir disso, se engajam em formações e consultorias que apoiam a implementação de programas, serviços e espaços públicos, como parques, praças e entornos escolares. Como recomendação, os projetos apostam na escuta ativa das crianças.

“A participação deve respeitar os diversos modos de expressão das crianças, como o brincar, o desenho e a fala. Ao estruturar esse diálogo de forma qualificada, os municípios passam a considerar com mais consistência as experiências das crianças, transformando políticas públicas a partir de suas perspectivas e necessidades”, explica Isabella Gregory, coordenadora da Urban95 no país.

Com base na experiência acumulada, foi produzido o guia “Escuta como ato de participação política” (disponível no site urban95.org.br), com orientações práticas para apoiar gestores e sociedade civil a ouvir crianças e adultos na elaboração dos PMPIs.

 **Beatriz Cruz e Lorenzo Aldé** são jornalistas e responsáveis pela comunicação do CECIP (Centro de Criação de Imagem Popular).



RUMO ÀS ELEIÇÕES

“O Estado, a família e a sociedade devem garantir, com absoluta prioridade, o bem-estar de nossas crianças e adolescentes”, é o que determina o artigo 227 da nossa Constituição. Neste ano eleitoral, o movimento Agenda 227, conduzido pela Andi – Comunicação e Direitos e com a participação de mais de 500 organizações, redes e coalizões, pretende dialogar com candidatos e candidatas aos executivos estaduais e federal para obter compromissos prioritários com

crianças e adolescentes. Para isso, está atualizando o “Plano País para a Infância e a Adolescência” e produzindo propostas específicas para os contextos estaduais, em torno de temas como saúde, educação, combate à pobreza e enfrentamento às violências, tendo como eixos transversais a igualdade racial e de gênero, a diversidade e a inclusão. O processo incluirá a escuta de crianças e adolescentes, incorporando suas falas, percepções e desejos.

O FASCISMO COMO AVESSO DA UTOPIA



POR MAURI CRUZ

Ele ressurgue como antítese de uma nova ordem global diversa, democrática e solidária, capaz de vencer o capitalismo

Vivemos um momento crítico com efeitos devastadores para as democracias. Num ambiente de desencanto, nos deparamos com o retorno do ideário fascista em âmbito planetário alimentado pelas *big techs*, que lucram com a polarização. O risco do fascismo sair vitorioso é real. Não devemos subestimar a capacidade que a retórica simplista tem em mobilizar milhões de pessoas. Mas sua derrota também é uma possibilidade. Para isso, é preciso reconhecer que o fascismo é um fenômeno complexo, com aspectos psíquicos, emocionais, econômicos, sociais e políticos muito diversos. Surge num cenário em que a burguesia cria uma linguagem política apresentando-se como caminho único capaz de promover liberdade, inclusão e desenvolvimento. Só que a realidade é bem distinta.

O capitalismo baseia-se na apropriação do trabalho alheio, concentrando riqueza e gerando miséria para a maioria das pessoas. As promessas de ascensão social são uma falácia.

Por isso, os trabalhadores historicamente se organizaram em sindicatos e partidos, lideraram revoluções – Rússia 1917, China 1949 e Cuba 1959 – e demonstraram que outro mundo é possível. Sentindo-se ameaçadas, as burguesias apoiaram movimentos fascistas, autoritários e violentos em vários países na Europa e em outros continentes como resposta às crises que o próprio capitalismo gerou.

A novidade é que, nos dias atuais, o fascismo chega ao poder através do próprio sistema democrático. Esse paradoxo explica-se, em parte, pelo desvio semântico que subverte os sentidos de palavras como liberdade, igualdade e democracia. É preciso reconhecer também que, no Brasil, o fascismo não é um fenômeno importado, tem raízes profundas no extermínio indígena, na escravidão secular dos povos africanos, no integralismo e nos 21 anos de ditadura militar. As jornadas de 2013, o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Bolsonaro em 2018 demonstram que esse pensamento alimenta-se do ressentimento de parte da classe média que sonha em ser elite, mas teme virar classe trabalhadora, na acepção de Marilena Chauí. Assim, se faz necessário reconhecer que o bolsonarismo opera todos os elementos que caracterizam o novo fascismo: a construção de uma linguagem política baseada no desvio semântico, a exemplo da distorção que

está em chamar regime militar de democracia; a atuação sistemática das *big techs* como amplificadoras da polarização e da desinformação; o culto ao líder que se apresenta como intérprete absoluto da vontade nacional; a defesa explícita do Estado de exceção como instrumento de eliminação dos adversários políticos e dos corpos considerados descartáveis, explicitamente, negros, indígenas, periféricos, pertencentes à comunidade LGBTQIA+, ativistas dos direitos.

O incômodo social é real. A democracia liberal capitalista sempre foi uma democracia para poucos. Para a maioria, sempre representou a manutenção da exclusão, pobreza, violência e morte. O dilema é que cada vez que as classes populares se apresentam com capacidade real de construir uma alternativa às crises do capital, o próprio sistema constrói narrativas de que a causa da crise é a democracia e, via fascismo, busca a ruptura institucional. Nesse quadro, o fascismo ressurgiu como resposta direta das elites burguesas e das camadas médias das sociedades ao avanço do poder das camadas populares e do crescimento de ideologias sociais que buscam construir sociedades mais justas e igualitárias.

O fascismo legitima a violência do Estado sem máscaras ou disfarces. Alimenta-se da própria crise capitalista para instalar um regime de exceção. Neste sentido, o fascismo se caracteriza

como uma antítese de uma nova ordem global efetivamente democrática.

Felizmente, a dialética marxista nos ensina que a história é resultado da luta de classes capaz de alterar o fluxo da história. Para combater o fascismo, é preciso reconstruir a utopia de uma nova humanidade. Um mundo decolonizado, antirracista, com justiça social, direitos humanos, igualdade de gênero, justiça climática, agricultura agroecológica, saúde e educação universais, públicas e gratuitas, cultura e comunicação plurais e diversas, controle social da tecnologia, desmilitarização e paz.

O combate e a derrota do fascismo contemporâneo exigem que suas ideias sejam confrontadas com uma nova utopia capaz de mobilizar corações e mentes, promovendo esperança na possibilidade de que outro mundo é possível.

Este texto é uma síntese do artigo de Mauri Cruz "O fascismo como antítese de uma nova ordem global diversa, democrática e solidária, capaz de vencer o capitalismo", disponível no site da Revista Casa Comum.



« Mauri Cruz é advogado, educador popular do CAMP – Escola do Bem Viver, diretor executivo do Instituto de Direitos Humanos – IDhES, sócio-diretor da Usideias, membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial e autor do livro "Democracia, Direitos dos Povos e do Planeta"

A esquerda, marcha de abertura da I Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos em Porto Alegre, março de 2026.

Foto: Samir Oliveira



Regimes fascistas do século XX mobilizaram massas com discursos nacionalistas e autoritários. Na imagem, Mussolini discursa em ato público na Itália, registrada pelo Istituto Luce entre as décadas de 1920 e 1930.

O bloco Pacotão, que existe desde 1978, saiu da 302 norte com destino a Asa Sul. Eudaldo Sobrinho participa do grupo Muralha Antifascista.

Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



COMO SE PREPARAR PARA O QUE VEM

Um bom começo seria multiplicar os espaços nos quais o mal-estar seja escutado, bem como dar voz à esperança e ativar um cuidado prático e local em vez de correr atrás das cóleras

POR CARMEM DE OLIVEIRA

Às vésperas das campanhas eleitorais no Brasil, há indicativos de um mal-estar entre os eleitores. Em parte, isso parece expressar o medo de reviver as fra-turas sociais geradas nas eleições presidenciais de 2022. Mas talvez estejam presentes novas variáveis perturba-doras. De qualquer forma, pode-se supor que o mal-estar diante dessas ameaças (o fantasma de retorno do já vivido e o assom-bro diante do que seria extraordinário no contexto atual) incidirá nos resultados das eleições deste ano, especialmente porque mobilizam reações subjetivas de alto poder de contágio.

Destacam-se dois possíveis vetores de influência para a con-fi-guração desse mal-estar: a mudança de como percebermos as de-sigualdades e os impactos das mídias digitais em nossas vidas.

A mudança de percepção das desigualdades é uma tese desenvolvida pelo sociólogo francês François Dubet, no livro *O tempo das paixões tristes*. Ele argumenta que antes o sis-tema era percebido como injusto e as desigualdades pare-ciam fixadas na estrutura social, mas era uma situação rela-tivamente estável e compreensível.

Agora, entretanto, as desigualdades se individualizam e se multiplicam, provocando uma mudança de percepção. Se-gundo Dubet, a individualização foi forjada pela onda neolibe-ral que afirma o Estado mínimo e coloca a mobilidade social como responsabilidade do sujeito, pelo seu esforço e talento. Ao mesmo tempo, tivemos a multiplicação das desigualdades pelo fracionamento dos indivíduos em diferentes grupos so-ciais e, muitas vezes, com lutas identitárias concorrentes no acesso às políticas de proteção.

Essas duas condições tornariam as “pequenas” desigualda-des mais significativas do que as “grandes”, uma vez que não nos comparamos àqueles que estão mais longe de nós, mas aos que estão mais próximos. Por outro lado, as “pequenas” desigualdades não se inscrevem em nenhuma grande narra-tiva capaz de dar sentido, apontar causas e seus responsáveis e de esboçar projetos para seu enfrentamento. Dessa forma, a consciência de exploração estaria sendo substituída pelo sen-timento de discriminação, diz Dubet.

Se olharmos para os recentes indicadores sociais no Brasil, veremos que as políticas de enfrentamento das desigualdades



produziram alguns avanços na igualdade de oportunidades (como no acesso à educação), mas não levaram a uma igualdade de posições, ou seja, são micromobilidades que pouco modificaram a estrutura social. Além disso, esses deslocamentos parecem provocar um sentimento de instabilidade e um medo de desclassificação, porque nada é garantido e nada parece realmente aberto, uma vez que a fraca macromobilidade demonstra a forte reprodução das posições sociais.

E como essas mudanças são vivenciadas pelos sujeitos? Se, antes, os desafios singulares alimentavam razões de lutar jun-tos e ofereciam consolos e perspectivas, agora o esgotamento na competição e a decepção com os resultados ampliam o sentimento de injustiça. Nesse contexto, sentir-se vítima ou culpado se torna mais recorrente, determinando que a experi-ência subjetiva mais básica das desigualdades sejam os senti-mentos de impotência e vergonha, abrindo espaço para o res-sentimento a fim de o sujeito evitar o desprezo de si mesmo.

O segundo vetor de influências se refere aos impactos das mídias digitais. A análise do filósofo italiano Franco “Bifo” Be-rardi sobre o que ele denomina de semiocapitalismo nos dá algumas pistas para compreendermos melhor as mutações produzidas pelas novas tecnologias de comunicação.

Ele aponta que a intensificação e aceleração do ritmo produ-tivo e informativo, bem como a proliferação de signos através da onipresença das telas e da conexão permanente têm produzido efeitos de caos na psicoesfera coletiva - conjunto de crenças, valores, ideologias, hábitos e discursos que orientam as ações da sociedade. Isso vem provocando uma sobrecarga emotio-nal com efeitos desestruturantes da capacidade cognitiva pela desproporção entre o volume de novas informações e a insufici-ência de tempo disponível para seu processamento consciente. Essa redução das possibilidades de elaboração individual torna mais difícil identificar o que é relevante e o que é irrelevante ou de discriminar entre o verdadeiro e o falso na informação.

Um outro efeito da atrofia da atenção é sobre a memória, na medida em que a imensa quantidade de estímulos ofusca as temporalidades passadas e produz a incapacidade de imagi-nar o futuro, levando os sujeitos a rotas simplificadas ou à re-petição de padrões comportamentais já incorporados.



Roda de conversa "Transbordar: Corpos e territórios, memória e resiliência", no Centro Cultural Yves Alves, Festival Artes Vertentes, Tiradentes (MG), 15/09/2025.

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Em síntese, enquanto a individualização e a multiplicação das desigualdades produzem a impotência e o ressentimento, as mídias digitais provocam o estresse perceptivo, cognitivo e psíquico. Ambas as circunstâncias debilitam o sujeito e favorecem a emergência de um mal-estar vivenciado como um apagão libidinal, com a retirada do desejo de lugares, objetos e atividades.

No caso da retirada da arena política, identifica-se uma dupla expressão: por um lado, traduz o esgotamento da representatividade a decepção com as instituições; mas também, por outro, é sinal de fuga da responsabilidade cívica. Por isso, desertar da arena política não é propriamente uma saída, mas uma desistência, que expressa uma resposta ressentida de fechamento ao mundo, na lógica de que "já que não há mais o que fazer, então não fazemos nada". Esse tipo de retirada pode estar associada à elevada taxa de absenteísmo ou de voto nulo projetado nas recentes pesquisas eleitorais no país. Trata-se de uma indignação inócua, mais próxima de uma revolta de passividade e resignação e bem distante das insurreições que instigam transformações.

O fato é que não tem sido fácil cumprir as ambiciosas promessas da

democracia e o princípio fundamental de igualdade. Mesmo os avanços em políticas sociais dos governos progressistas, como a redução da pobreza, são considerados por muitos como "gastos públicos" e entraves ao crescimento econômico, enquanto o cidadão assistido é visto como usurpador do orçamento público.

Tal interpretação contribui para a ampliação da desconfiança na capacidade das instituições democráticas de resolver os problemas da população.

Portanto, não é de estranhar que o discurso antissistema passe a ter enorme apelo eleitoral, transformando a mentira em método e a política, um curral de fanatismo para encobrir, por exemplo, a discriminação das minorias sociais e o desprezo por ciência, educação, cultura e sistema de justiça. Cabe lembrar que o populismo autoritário contemporâneo nada mais é do que um filho dileto e violento do neoliberalismo, que opera no sentido de regulação das subjetividades e de desregulamentação dos mercados.

Como sairemos da posição crítico-acusatória que nos confina na polarização política cada vez mais calcificada? Como superar a atrofia da imaginação coletiva que nos torna incapazes de ver

possibilidades alternativas para a devastação, a miséria e a violência?

Para a psicanalista brasileira Suely Rolnik, os períodos de convulsão social são sempre os mais difíceis de viver, mas também os mais vigorosos, porque é neles que a vida grita mais alto e mobiliza um trabalho coletivo de pensamento. Mas como imaginar dentro de um estado de intoxicação digital que paralisa a imaginação? Onde encontrar a visão de uma nova paisagem em meio ao "grande cansaço"?

Uma das pistas de Berardi é a "criação de ilhas de desertão amigável". Um outro tipo de desertão está sendo aqui proposto: uma retirada da competição e do produtivismo e uma recusa da "servidão high-tech" e da saturação de informações.

A "ilha de desertão amigável" aposta no sentido inverso da amizade agenciada por algoritmos e que produzem apenas o efeito da câmara de eco, com a troca de informações com pessoas que pensam como nós, nos levando a rejeitar o encontro com a diversidade. O que precisamos, urgentemente, é de uma comunicação fora da bolha.

Nessa direção, o que se afirma é a construção de pontes para a busca do que temos em comum.

A ideia é de que somente a amizade, a proximidade afetiva e a solidariedade podem imaginar algo possível eticamente e estrategicamente eficaz.

Um bom começo seria multiplicar os espaços nos quais o mal-estar seja escutado, bem como dar voz à esperança e ativar um cuidado prático e local em vez de correr atrás das cóleras. Talvez fosse necessário também multiplicar espaços de refúgio para sobreviver durante uma eventual tempestade. São diferentes formas de se preparar para o que vem, mas sempre se trata de imaginar o inimaginável.

Uma das pistas de Berardi é a "criação de ilhas de desertão amigável": retirada da competição e do produtivismo e recusa da "servidão high-tech" e da saturação de informações.

Carmem de Oliveira é psicóloga, psicanalista, doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP e pesquisadora convidada do Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

A LIÇÃO DOS POVOS DO RIO

Indígenas munduruku, arapiuns, tupinambá e todas as 14 etnias que ocuparam a juntas o terminal da Cargill fizeram reverberar pelo país sua força em defesa do Rio Tapajós

O trabalho do fotógrafo indígena **José Marcos** documenta a histórica ocupação do terminal da Cargill, no distrito portuário de Miritituba (PA), onde a presença indígena interrompeu o fluxo de uma das maiores gigantes do agronegócio global que se apropriava do Rio Tapajós.

Sob o sol intenso do Pará, cerca de 1.200 indígenas, de 14 etnias — entre elas Munduruku, Apiaká e Cara Preta —, unificaram suas presenças em um único ponto de pressão. O terminal da Cargill tornou-se o epicentro da mobilização histórica dos guardiões da floresta expressando a urgência da defesa do rio como extensão da vida na região. O levante foi uma resposta direta ao Decreto nº 12.600,

que permitia incluir os rios Tapajós e Madeira no Programa Nacional de Desestatização, facilitando dragagens e a privatização de hidrovias sem consulta prévia aos povos que há séculos vivem daquele ecossistema e o protegem.

Uma escalada de tensão e obstruções marcaram a ação indígena. A ocupação do terminal portuário paralisou as exportações e se expandiu para outros pontos estratégicos: indígenas bloquearam o acesso ao aeroporto de Santarém, ocuparam o próprio aeroporto e as balsas de grãos da Cargill no Rio Tapajós. Diante do impacto logístico, os manifestantes enfrentaram forte intimidação policial e prisão pela desocupação. Mas o pátio da empresa foi ressignificado, transformado

em espaço de pajelança, assembleia e articulação política, abrigando reuniões, debates e apoiadores da causa.

A expressão política e espiritual presente nos cantos ancestrais indígenas demonstrou sua capacidade de mobilização para redefinir os termos da disputa. Após mais de 30 dias de ocupação, a vitória veio com o anúncio da revogação do decreto pelo governo federal. O recuo do governo cedeu às evidências de que, para os povos do baixo Tapajós, a defesa do rio é inegociável.

O país testemunhou uma ação direta de democracia feita de presença, corpo e território — que são, muitas vezes, os povos originários a manterem viva essa prática essencial.







Na página de abertura, celebração de iniciação, rito que antecipa os debates e reivindicações para com os representantes do governo.

Na página anterior, antes do ato em defesa do rio, contra a lei 12.600/25, Pajé Nato, liderança Indígena do Baixo Tapajós, se preparando para o início da caminhada do centro/orla da cidade de Santarém ao porto da Cargill.

Nas fotos desta página, manifestações contra o decreto 12.600/25 e fechamento da rodovia Fernando Guilhon, interditando o acesso ao aeroporto.

Na página ao lado, duas fotos da comemoração dos guerreiros Munduruku pela revogação do Decreto 12.600/25 em comemoração da revogação, incluindo uma grande ciranda festiva.





MOBILIZAR-SE É PRECISO: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E DEFESA DA VIDA COLETIVA

ROTEIRO FORMATIVO
CASA COMUM
CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

“POR FÁBIO PAES E
TATIANA SCALCO

TRILHA DE SABERES

Nº **15**
ABR/MAI/JUN 2026



Ilustrações: rawpixel.com e Freepik – Magnific.com

Já está em suas mãos o Roteiro Formativo – Trilha de Saberes da 15ª edição da Revista Casa Comum, iniciativa do Sinfrajupe – Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia, construída em parceria com organizações, movimentos, coletivos e redes comprometidos com a defesa dos direitos humanos, da democracia, da justiça socioambiental e da vida

Além da edição impressa, a Revista também circula em ambientes digitais, ampliando espaços de informação, diálogo, mobilização e formação crítica.

A cada edição, a Revista reúne conteúdos destinados a educadores(as), lideranças comunitárias, juventudes, movimentos sociais, pastorais, escolas, coletivos e organizações que atuam na construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária. Mais do que informar, busca fortalecer processos de reflexão, participação e ação coletiva em defesa dos direitos, dos territórios e do bem comum.

Nesta 15ª edição, o eixo central é a democracia em um contexto marcado

pela desinformação, pelas desigualdades sociais, pela crise climática, pela violência política e pelas disputas em torno dos direitos e da participação cidadã. Ao mesmo tempo, evidencia experiências de resistência, organização popular e mobilização social que seguem produzindo alternativas em diferentes territórios.

As eleições fazem parte desse cenário, mas a democracia vai além do voto. Ela se fortalece na participação cotidiana, na organização comunitária, na defesa dos direitos, na circulação responsável da informação, no reconhecimento das diferenças e na construção permanente do bem comum.

Mobilizar-se significa compreender que a democracia depende da participação ativa da sociedade nos diferentes espaços de decisão.

Esta **Trilha de Saberes** foi elaborada para apoiar educadoras e educadores — entendidos como todas as pessoas que promovem processos de diálogo, escuta e formação em comunidades, escolas, movimentos, pastorais, coletivos e organizações. Organizada em três momentos complementares — **Conhecer, Refletir e Agir** —, a proposta busca transformar informação em reflexão, reflexão em participação e participação em mobilização.

PONTO DE PARTIDA Mobilizar-se é preciso: consciência, direitos e democracia

As eleições não representam apenas a escolha de representantes. Elas colocam em disputa diferentes projetos de sociedade, capazes de influenciar políticas públicas, acesso a direitos, proteção social, justiça ambiental e condições concretas de vida.

A democracia depende das instituições, mas também da participação cidadã. Quando a sociedade acompanha, debate e participa das decisões públicas, fortalece sua capacidade de enfrentar desigualdades, autoritarismos e processos de desinformação.

O voto produz efeitos concretos sobre educação, saúde, trabalho, transporte, moradia, proteção ambiental e qualidade de vida. Por isso, exige informação, reflexão e responsabilidade.

Como lembra **Chantal Mouffe (2013)**, a democracia é um espaço permanente de disputa entre diferentes projetos de sociedade. O desafio democrático não é eliminar os conflitos, mas tratá-los por meio do diálogo público, da participação e das instituições democráticas.

Na mesma direção, **Achille Mbembe (2011)** mostra que as decisões políticas influenciam diretamente quem terá acesso à proteção, aos direitos e às condições dignas de

vida. As escolhas eleitorais não são neutras: produzem impactos concretos sobre diferentes grupos sociais.

Para **Isabel Wilkerson (2020)**, as desigualdades são construídas historicamente por decisões políticas, institucionais e culturais que determinam quem acessa oportunidades e quem permanece em situação de exclusão.

Em um cenário marcado pela intensa circulação de informações, pelas redes sociais e pelo uso crescente da inteligência artificial, torna-se indispensável desenvolver pensamento crítico. **Byung-Chul Han (2012)** alerta que o excesso de informação pode reduzir a capacidade de reflexão, favorecendo decisões rápidas e superficiais.

A produção cultural também amplia essa compreensão. **Emicida**, em *AmarElo* (2019), destaca a solidariedade e a construção coletiva como caminhos de transformação. **Djonga**, em *O Menino que Queria Ser Deus* (2018), evidencia os efeitos do racismo estrutural e da desigualdade na vida cotidiana. **Baco Exu do Blues**, em *Esú* (2017), apresenta uma leitura crítica das relações entre identidade, violência e exclusão social.

Assim, democracia não é apenas um sistema eleitoral. É um processo permanente de participação, organização coletiva e defesa da vida.

OBJETIVOS DA TRILHA

Objetivo Geral

Fortalecer processos de formação crítica sobre democracia, participação social, direitos, informação, justiça socioambiental e mobilização coletiva, estimulando práticas capazes de ampliar a participação cidadã e o compromisso com a defesa da vida, dos territórios e do bem comum.

Objetivos Específicos

- compreender a democracia para além das eleições, reconhecendo sua relação com a participação cotidiana;
- refletir sobre os impactos da desinformação, da inteligência artificial e das plataformas digitais;
- discutir as relações entre desigualdade, racismo, justiça ambiental, defesa dos territórios e acesso a direitos;
- reconhecer experiências de mobilização social e resistência democrática;
- estimular práticas de diálogo, organização comunitária e incidência política;
- fortalecer processos educativos comprometidos com os direitos humanos, a democracia e a justiça socioambiental.



COMO PERCORRER ESTA TRILHA

Esta Trilha foi construída como instrumento de apoio a processos formativos coletivos. As propostas podem ser adaptadas ao perfil dos participantes, ao tempo disponível e às realidades locais, sendo utilizadas em escolas, movimentos sociais, pastorais, organizações da sociedade civil, coletivos, grupos comunitários e espaços de educação popular.

Os percursos não precisam ser realizados de forma rígida. Cada grupo poderá selecionar temas, aprofundar debates e incorporar experiências do próprio território. O objetivo não é transmitir conteúdos prontos, mas promover escuta, diálogo, leitura crítica da realidade e construção coletiva do conhecimento.

Além dos textos da **Revista Casa Comum**, recomenda-se utilizar músicas, documentários, podcasts, reportagens e experiências comunitárias que dialoguem com os temas abordados.



PREPARAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA TRILHA

Antes de iniciar os encontros, recomenda-se que a equipe facilitadora:

- leia previamente os textos da *Revista Casa Comum*;
- conheça os principais temas desta edição;
- identifique experiências e iniciativas do território relacionadas aos debates;
- organize um ambiente acolhedor, participativo e favorável ao diálogo;
- providencie materiais simples para registro das reflexões do grupo.

A proposta desta Trilha não é transmitir respostas prontas, mas estimular processos de escuta, reflexão crítica, troca de experiências e construção coletiva de conhecimentos e ações.



MATERIAIS DE APOIO AO PERCURSO FORMATIVO



Os conteúdos da *Revista Casa Comum* constituem a principal referência desta Trilha e podem ser complementados por podcasts, documentários, músicas e outras produções culturais.

Temas sugeridos:

- democracia, participação e formação cidadã;
- informação, inteligência artificial e desinformação;
- eleições e relações de poder;
- justiça socioambiental, defesa dos territórios e mobilização social.

Como referências complementares destacam-se o **Caderno Incidência Política e Participação Social e Popular** (Instituto Pólis), a **Carta da Terra**, os documentários **Mil Mãos e Mil Corações** (2022) e **Martírio** (2016), além dos podcasts e textos indicados na Revista.



PERCURSO FORMATIVO

A Trilha está organizada em três momentos complementares — **Conhecer, Refletir e Agir** —, inspirados na educação popular e orientados pela construção coletiva do conhecimento. Cada encontro articula um objetivo, um texto de apoio, questões para diálogo, uma dinâmica participativa e um momento de síntese.



ENCONTRO 01: 01 CONHECER

Democracia, participação e vida cotidiana

Objetivo: Compreender que a democracia vai além das eleições e se manifesta nas diferentes formas de participação cidadã, na defesa dos direitos e na construção do bem comum.

Preparação: Consulte previamente os textos, podcasts e materiais audiovisuais indicados na seção “Materiais de Apoio”, especialmente os relacionados à democracia, participação social e formação cidadã.

Texto de apoio

A democracia costuma ser associada ao voto, mas também está presente nas formas como as pessoas participam da vida pública. Associações comunitárias, movimentos sociais, conselhos, organizações da sociedade civil, escolas e coletivos são espaços nos quais se constroem direitos e decisões coletivas.

Conquistas como educação, saúde, trabalho, moradia e proteção social resultaram da mobilização de pessoas e comunidades. As experiências apresentadas na *Revista Casa Comum* mostram que a democracia se fortalece quando há participação, diálogo e organização coletiva. Conhecê-las ajuda a compreender que a defesa do bem comum depende do envolvimento da sociedade nos espaços públicos.

Perguntas para dialogar

- O que significa democracia para você?
- Quais decisões públicas afetam sua vida e seu território?
- As pessoas participam das decisões em sua comunidade? Por quê?
- Quais direitos foram conquistados pela mobilização social?
- Que experiências mostram que a participação transforma a realidade?
- O que acontece quando a população deixa de participar?

Dinâmica - Mapa da Participação

Em grupos, durante cerca de 20 minutos, identificar:

- organizações e movimentos existentes no território;
- espaços de participação social;
- principais desafios coletivos;
- experiências de participação já vividas;
- presença de crianças, adolescentes e jovens nas iniciativas locais;
- fatores que favorecem ou dificultam a participação.

Cada grupo apresenta uma síntese em até três minutos. A equipe facilitadora registra palavras-chave e constrói um painel coletivo sobre democracia e participação.

Encerramento

Retome as principais reflexões e destaque que a democracia se fortalece quando pessoas e comunidades participam das decisões, defendem direitos e constroem soluções para os desafios coletivos.

ENCONTRO 02: 02 REFLETIR

Desigualdades, desinformação e disputa de poder

Objetivo: Refletir sobre como a desinformação, as tecnologias digitais, as desigualdades e as relações de poder influenciam a participação cidadã e a democracia.

Preparação: Consulte previamente os materiais indicados sobre informação, tecnologia, eleições e democracia.

Texto de apoio

Vivemos em um contexto de intensa circulação de informações por redes sociais, aplicativos e plataformas digitais. Essas tecnologias ampliam a comunicação, mas também favorecem a disseminação de desinformação, discursos de ódio e conteúdos manipulados, desafios potencializados pelo avanço da Inteligência Artificial.

Ao mesmo tempo, desigualdades sociais, raciais, econômicas e territoriais condicionam quem tem acesso à informação de qualidade e quem consegue participar dos debates públicos.

As eleições tornam essas disputas mais visíveis, pois diferentes projetos de sociedade disputam apoio e definem prioridades para direitos, políticas públicas e distribuição de oportunidades. Desenvolver pensamento crítico, verificar informações e compreender os interesses presentes na produção de conteúdos são condições fundamentais para fortalecer a democracia.

Perguntas para dialogar

- Como você costuma se informar?
- Como verifica se uma informação é confiável?
- Já compartilhou alguma informação falsa sem perceber?
- Como as redes sociais influenciam opiniões e escolhas?
- Quem tem mais facilidade para ser ouvido na sociedade?
- Como as desigualdades afetam a participação?
- O que fortalece o diálogo democrático?

Dinâmica - Informação, poder e democracia

Em grupos, discutir:

- principais fontes de informação;
- formas de verificar conteúdos;
- impactos da desinformação;
- quem produz e difunde informações;
- influência das plataformas digitais;
- estratégias para fortalecer informação de qualidade e participação democrática.

Na socialização, cada grupo apresenta suas conclusões enquanto a equipe facilitadora organiza um painel coletivo.

Encerramento

Retome as discussões, destacando a importância da informação de qualidade, do pensamento crítico e do diálogo respeitoso para a participação democrática.

ENCONTRO 03: 03 AGIR

Mobilização, participação e transformação social

Objetivo: Reconhecer experiências de mobilização social e identificar possibilidades de atuação coletiva nos territórios.

Preparação: Consulte os materiais de apoio sobre mobilização social, justiça socioambiental, defesa dos territórios e participação cidadã.

Texto de apoio

A democracia se fortalece quando pessoas e comunidades se organizam para enfrentar desafios comuns. Ao longo da história, movimentos sociais, organizações comunitárias, povos indígenas, juventudes, mulheres e diversos coletivos ampliaram direitos e promoveram transformações sociais.

As experiências apresentadas na *Revista Casa Comum* mostram que participar significa também defender territórios, promover justiça climática, valorizar saberes tradicionais e construir soluções coletivas. Mobilizar-se é reconhecer que os desafios sociais, ambientais e democráticos exigem cooperação, solidariedade e ação compartilhada.

Perguntas para dialogar

- Quais iniciativas defendem direitos em seu território?
- Quais problemas exigem ação coletiva?
- Como as pessoas se organizam para enfrentá-los?
- Que experiências de mobilização você conhece?
- Quais grupos encontram mais dificuldades para participar?

- Como ampliar a participação de crianças, adolescentes e jovens?
- Que ações podem surgir após este encontro?

Dinâmica - Caminhos para a ação coletiva

Em grupos, identificar:

- principais desafios do território;
- organizações já atuantes;
- ações que podem ser fortalecidas;
- possíveis parceiros;
- contribuições individuais e coletivas.

Na plenária, os grupos apresentam suas propostas e a equipe facilitadora organiza um painel com possibilidades de mobilização social.

Encerramento

Retome as experiências discutidas e destaque que a transformação social resulta da organização coletiva, da solidariedade e da participação cidadã. Convide cada participante a compartilhar um compromisso ou ação que pretende desenvolver em sua comunidade.

Sugestão de ação prática

Como continuidade da Trilha, incentive os participantes a conhecerem a plataforma **Brasil Participativo**, acompanhando consultas públicas e contribuindo para processos de participação social e construção de políticas públicas.

ENCERRAMENTO DA TRILHA

Retome os principais temas trabalhados ao longo do percurso: democracia como prática cotidiana, impactos da desinformação e das desigualdades, defesa dos direitos, mobilização social e participação cidadã.

Convide o grupo a compartilhar uma palavra, imagem ou compromisso que represente sua principal aprendizagem. Valorize os conhecimentos construídos coletivamente e as experiências trazidas pelos participantes.

Finalize reforçando que a democracia não se fortalece apenas nas

eleições, mas no exercício cotidiano da participação, da circulação responsável da informação, da defesa dos direitos, do cuidado com os territórios e da capacidade de agir coletivamente diante dos desafios comuns.

Mais do que concluir uma formação, esta **Trilha de Saberes** pretende ser um convite permanente para continuar aprendendo, dialogando, mobilizando pessoas e fortalecendo iniciativas comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa, democrática, solidária e orientada pela defesa da vida coletiva.



ATENÇÃO!

Além de compartilhar e disseminar o material localmente e/ou nas redes sociais, os grupos podem enviar as produções para serem divulgadas na *Revista Casa Comum* e inspirar outras comunidades. Para isso, basta enviar o material para o e-mail: contato@revistacasacomum.com.br. Se preferirem, caso publiquem nas redes, podem marcar também o perfil da Revista: [@revistacasacomum](https://www.instagram.com/revistacasacomum).

Essa Trilha de Saberes teve a colaboração do:



CONHECIMENTO GRATUITO QUE FORTALECE O SUAS

A **PAULUS Social**, utilizando sua experiência no campo editorial, disponibiliza gratuitamente materiais de referência para a Assistência Social, por meio do Programa de Assessoramento InovaSUAS.

Com a publicação, impressão e distribuição sem custos, a iniciativa fortalece a rede socioassistencial, ampliando o acesso a conteúdos que contribuem para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para a garantia dos direitos de cidadania.

MATERIAIS DISPONÍVEIS



COMO SOLICITAR

- O pedido deve ser feito por meio de **ofício*** emitido por órgão público ou instituição vinculada à Assistência Social.
- Tiragem mínima de **1.000** exemplares (ou mais, conforme a demanda).
- A entrega é gratuita em um único endereço do município (vinculado ao CNPJ da instituição ou outro indicado).
- Após a entrega, será emitido um recibo de gratuidade para comprovação da doação.

*Ofício sujeito à análise.

- Cartilha “SUAS – Modo de Usar”
- Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA
- Estatuto da Pessoa Idosa
- Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS
- NOB-SUAS
- Perguntas Frequentes do SCFV
- PNAS 2004
- Resolução nº 99 – O Direito dos Usuários do SUAS
- Resolução nº 100 – O Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social
- Tipificação 2014

Acesse o formulário de solicitação por meio do QR code!

“NÃO SE ESQUEÇA DE ANEXAR O OFÍCIO!”



Os pedidos estão sendo reunidos para a próxima impressão, prevista para 2026.



Dúvidas: paulus.social@paulus.org.br



Acesse a Trilha de Saberes da 15ª edição



Conheça a revista digital:
www.revistacasacomum.com.br

Acompanhe as novidades nas redes da Revista Casa Comum:



@RevistaCasaComum

Iniciativa:



SINFRAJUPE

Realização:



Sefras
AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA
cuidar, cuidar e defender

Coordenação editorial:



Apoio:



Patrocínio:



Governança compartilhada:



ESCOLA DE ATIVISMO

